

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA**

***O DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO NA ILHA DE SANTA CATARINA:
dos percalços do turismo massivo às proposições de um turismo
sustentável – a análise do Projeto Ambiente Sul***

JUSSARA MINGORI

Florianópolis (SC), março de 2001

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA**

**O DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO NA ILHA DE SANTA CATARINA:
dos percalços do turismo massivo às proposições de um turismo
sustentável – a análise do Projeto Ambiente Sul**

Orientadora: Dra. Cécile Raud Mattedi

Mestranda: Jussara Mingori

**Dissertação de mestrado inserida na linha
de pesquisa: Meio Ambiente e
Desenvolvimento Rural e Urbano,
apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Sociologia Política pela
Universidade Federal de Santa Catarina,
para obtenção de grau de mestre em
Sociologia Política.**

Florianópolis (SC), março de 2001



Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política
Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Campus Universitário - Trindade
Caixa Postal 476
Cep: 88040-900 - Florianópolis - SC - Brasil
E-mail: ppgsp@cfh.ufsc.br

**O DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO NA ILHA DE SANTA CATARINA:
dos percalços do turismo massivo às proposições de um turismo
sustentável – a análise do Projeto Ambiente Sul.**

JUSSARA MINGORI

Esta Dissertação foi julgada e aprovada em sua
forma final pela Orientadora e Membros da
Banca Examinadora, composta pelos

Professores:

L. H. R. Nunes Lins

Prof^a. Dr^a. Cécile Hélène Jeanne Raud Mattedi
Orientadora

L. Moretto Neto

Prof. Luís Moretto Neto
Membro

H. Nunes Lins

Prof. Dr. Hoyêdo Nunes Lins
Membro

I. Scherer-Warren

Prof^a. Dr^a. Ilse Scherer-Warren
Coordenadora

Florianópolis, SC, Abril de 2001.

"Somente quando for secado o último rio, cortada a última árvore, envenenado o último peixe, aí o homem se dará conta que não poderá comer o dinheiro"

(Autor desconhecido)

AGRADECIMENTOS

Gostaria de manifestar meus sinceros agradecimentos a todos aqueles que de uma forma ou de outra contribuíram para tornar este trabalho de pesquisa possível.

À Cécile, pelas dicas do caminho a seguir, pelas orientações e pelo alento nas horas de angústia.

Ao professor Paulo Vieira, pelas sugestões e ofertas de conhecimento.

Aos membros da banca de defesa do projeto de pesquisa, professores: Hoyêdo Nunes Lins e Luis Moretto Neto, pelas contribuições apresentadas na ocasião, as quais me auxiliaram na centralização do objeto de análise.

Ao Alexandre, colega nos momentos de discussão teórica.

À Albertina e à Fátima, pela maneira gentil de serem.

À minha família, que embora distante, fez-se presente nos momentos em que o corpo e a mente demonstraram cansaço.

E, em especial, ao Dirceu, pelo incentivo e o carinho demonstrados.

SUMÁRIO

RESUMO	01
ABSTRACT.....	02
INTRODUÇÃO.....	03
PRIMEIRO CAPÍTULO	
I – PROBLEMÁTICA.....	07
1.1 – Considerações iniciais a respeito do turismo.....	07
1.2 – O turismo na Ilha de Santa Catarina.....	32
1.3 - Bases teóricas para um turismo sustentável.....	41
1.4 – Questões norteadoras.....	48
II – HIPÓTESES.....	49
III – OBJETIVOS.....	49
IV – JUSTIFICATIVA	50
V – APORTE METODOLÓGICO: coleta e análise dos dados.....	51
SEGUNDO CAPÍTULO	
2.1 – Um Panorama das produções científicas sobre turismo massivo na Ilha de Santa Catarina.....	56
2.2 – A caracterização do turismo massivo na Ilha: análise dos impactos – socioculturais, ambientais e econômicos.....	71
TERCEIRO CAPÍTULO	
3.1 – Ações e planos "sustentáveis" na Ilha de Santa Catarina.....	95
3.2 – A descoberta do meio ambiente: análise do Projeto Ambiente Sul.....	103
3.3 – O risco do sul "copiar" o norte da Ilha: análise crítica do EAPUPS.....	139
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	144
ANEXOS.....	149
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	152

RESUMO

O intuito deste trabalho de pesquisa científica foi trazer para análise as diversas facetas que o desenvolvimento turístico assumiu na Ilha de Santa Catarina. Para isso, registramos uma compilação de dados estudados por obras científicas anteriores sobre o surgimento e o desenvolvimento turístico local a partir da década de 70. Propondo, desta forma, visualizar crítica e comparativamente o desenvolvimento de um turismo com características massivas e impactantes, visível no norte/leste da Ilha, face a uma nova configuração paradigmática turístico-ambiental, na região sul da mesma.

A principal inquietação pauta-se sob a égide de um turismo sustentável como vetor de desenvolvimento local. Portanto, pretendemos vislumbrar em que medida o turismo sustentável, conforme está sendo pensado, planejado, implantado e gerido em Florianópolis, se enquadra na concepção de sustentabilidade, embutida no ecodesenvolvimento.

Destacamos, então, como pré-requisito central a necessidade de reconhecimento da potencialidade econômica dos ecossistemas litorâneos envolvidos, tornando-os atrativos para a criação de alternativas sociais e ecologicamente sustentáveis, devidamente articulado ao princípio de equilíbrio, eqüidade e preservação proposto pelo ecodesenvolvimento. Na Ilha de Santa Catarina, o turismo sustentável surge como uma nova configuração face a um desenvolvimento turístico mimético. Entretanto, este viés sustentável que o turismo assume exige que a comunidade local esteja envolvida em todas as fases desse processo, direcionando-o para um desenvolvimento sustentável.

ABSTRACT

The aim of this scientific research work was to analyse the several facets that the tourism development assumed in the Island of Santa Catarina. For that, we registered a compilation of data studied by previous scientific works about the local tourism development from the 70s. However, we intend to visualize critically and comparatively the development of a tourism with massive and impacting characteristics, visible in the north and east of the Island, in face of a new tourism environmental configuration, in the south of the Island.

The main inquietude is ruled under the protection of a tenable tourism as vector of local development. Therefore, we intend to shimmer in what measure the tenable tourism, as it has been thought, planed, implanted and managed in Florianópolis, it is framed in the sustaining conception, built in the environmental development.

We highlighted, then, as central pre-requirement the necessity of recognition of the economical potentiality of the involved litoral ecosystems, making them attractive for the creation of social alternatives and tenable environmental properly articulated to balance justness and preservation. In the Island of Santa Catarina, the tenable tourism appears as a new configuration in face of a mimetic tourism development. However, it demands that the local community is involved in all the phases of this process, addressing it for a tenable development.

INTRODUÇÃO

A partir da década de 1970, teve início na Ilha de Santa Catarina, um processo de desenvolvimento amparado na atividade turística, sobretudo em função da sua base natural. Desde então, todas as atividades econômicas da cidade e região voltaram-se para atender às necessidades crescentes de consumo impostas pelo novo setor – o turismo. Como decorrência, muitas transformações socioculturais, econômicas e ambientais se intensificam. A agricultura tradicional, economicamente inviável, cede seu espaço físico para a instalação de empreendimentos turísticos; a pesca artesanal enfraquece devido à presença da indústria pesqueira; ocorre um explosivo crescimento industrial na microrregião da Grande Florianópolis, especializado no fomento de materiais de construção, bens e serviços de insumo urbano, necessários para atender à indústria do turismo; o comércio tem seu dinamismo mantido em função de Florianópolis ser, além de centro turístico, o centro administrativo do Estado, o que, por outro lado, ocasiona um estímulo ao crescimento populacional, acarretando uma urbanização descontrolada, acentuada especialmente na década de 1990.

Diante deste processo de desenvolvimento local, o norte da Ilha foi escolhido como área preferencial para o desenvolvimento turístico, atendendo aos interesses privados de empresários e políticos locais, bem como de grupos econômicos nacionais. Estes interesses específicos apoiavam-se sobre a base legal do Plano Diretor do Município e dos Balneários, que foi sofrendo transformações, tornando-se um instrumento mutável, implicando no uso do local sem a devida percepção sobre as características do mesmo, estimulando, conseqüentemente, a sobreposição de inúmeros impactos, repetindo ações destrutivas dos recursos naturais ou construídos acometidas no início do século XX, nos balneários da área Continental de Florianópolis.

Este investimento massivo de recursos financeiros (especialmente privado), no norte da Ilha, deixou à deriva a região sul da mesma. Foi somente a partir da década de 1990, que a região sul começou a sentir os reflexos, por vezes negativos, das ocupações humanas realizadas de forma desordenada, incentivadas por um comércio imobiliário especulativo.

Nesta ascensão de problemas estimulados, fundamentalmente, pela atividade turística, surgem também, algumas possibilidades de utilização do turismo como meio de desenvolvimento comunitário e em harmonia com o meio ambiente litorâneo. Neste contexto, a sociedade civil organizada inicia uma reflexão sobre suas práticas e sua forma de ver o turismo. Surgem, então, algumas propostas amparadas no novo paradigma – o desenvolvimento sustentável, tencionando um turismo sustentável na Ilha, com o intuito de coibir e/ou amenizar os usos abusivos desencadeados pela prática do turismo massivo, incompatível com os limites naturais e físicos que um ambiente insular oferece.

Na primeira parte desta pesquisa, realizamos uma inferência crítica ao modelo vigente de desenvolvimento através da discussão teórica sobre a ascensão do novo paradigma – o desenvolvimento sustentável, bem como às noções de gestão de recursos e participação da sociedade nas decisões sobre seu próprio desenvolvimento. Partimos, de maneira introdutória, da Sociologia do Laze, para adentrarmos na complexa relação que se estabelece na prática do turismo, apontando para isso sua evolução histórica e seus reflexos. Analisamos a dimensão específica do turismo massivo, por caracterizar a prática vigente, ainda hoje, no litoral catarinense, destacando alguns de seus impactos mais significativos. E, por fim, abordamos a progressão do turismo sustentável, sua definição e seus possíveis impactos.

Ainda nesta primeira parte da pesquisa, discorreremos sobre a problemática que estimulou a realização desta pesquisa científica, seus aspectos teóricos e metodológicos. Iniciamos com uma breve descrição histórica do turismo na Ilha de Santa Catarina, destacando dados sobre sua implantação e seu processo de desenvolvimento, as relações de interesses que sempre permearam esta

atividade e a proposição de uma nova dimensão turística. Em seguida, argumentamos sobre a necessidade de mapearmos preliminarmente as produções científicas que analisam a problemática turismo e o desenvolvimento da Ilha de Santa Catarina, acervo rico em aspectos socioculturais, político-econômicos e ambientais, importante fonte de resgate sobre a discussão, envolvendo os impactos promovidos pelo turismo massivo e a necessidade de se pensar uma nova alternativa para esta atividade, talvez um turismo sustentável. Por isso, nos debruçamos sobre o mapeamento e a análise das propostas para o desenvolvimento de um turismo sustentável na Ilha. Teoricamente, nos amparamos na noção de ecodesenvolvimento, usando para análise de apropriação e uso dos recursos naturais ou construídos por parte da sociedade, a gestão patrimonial. Finalizando, segue a justificativa da pesquisa e o procedimento metodológico.

Na segunda parte da pesquisa mapeamos aproximadamente 40 produções científicas realizadas em Florianópolis, a maioria na década de 1990 (em função de conterem um maior número de dados acerca do processo de desenvolvimento turístico e de seus reflexos), que de alguma forma atendiam aos anseios desta pesquisa em buscar respaldo teórico-científico sobre a ocorrência de impactos ou transformações significativas com o advento da implantação do turismo em Florianópolis. Na tentativa de caracterizar estes impactos socioculturais, ambientais e político-econômicos, selecionamos quatro estudos de caso que ilustram com propriedade a influência da atividade turística nos balneários que recebem o maior fluxo turístico registrado na Ilha. São eles: Jurerê Internacional/Canasvieiras, Ingleses e Barra da Lagoa.

Na terceira e última parte, citamos algumas ações de cunho sustentável (embora a maioria se caracterize apenas em forma de iniciativa pontual) que vem se desenvolvendo na Ilha, para somente depois aferirmos sobre a análise minuciosa da proposta de um Plano de referência para um turismo sustentável no Sul da Ilha de Santa Catarina – o Projeto Ambiente Sul, apresentado em 1999. Nossa intenção é verificar em termos teóricos, se esta proposta se enquadra na noção de ecodesenvolvimento, comparando seus objetivos aos

critérios de sustentabilidade, além de verificar como está se dando o envolvimento dos atores sociais locais neste processo.

E, por último, tentamos elencar, para concluir este trabalho de pesquisa em sociologia ambiental, alguns pressupostos que consideramos essenciais para o desenvolvimento de um turismo sustentável na Ilha de Santa Catarina, através do auxílio da noção de ecodesenvolvimento.

PRIMEIRO CAPÍTULO

I – PROBLEMÁTICA

1.1 – Considerações iniciais a respeito do turismo

1.1.1 – Ascensão de um novo paradigma¹ – o desenvolvimento sustentável

Com o advento da Revolução Industrial, a ciência e a técnica adquirem um significado central na vida dos homens. De acordo com GONÇALVES (1996), em decorrência desse processo, a natureza torna-se cada vez mais um objeto a ser possuído e dominado. Portanto, pensar o homem e a natureza de forma integrada torna-se mais difícil, pois é neste momento que as ciências da natureza se separam das ciências do homem. Este contra-senso se prolongou por muitos anos. Enquanto os ecologistas falavam do uso racional dos recursos naturais, os economistas se preocupavam com o valor de troca das mercadorias. Aqui, valor de uso e valor de troca se opõem. Conseqüentemente, o ecológico vê-se subordinado ao econômico, o tempo que sobressai por trás desse processo é o tempo do capital e não a temporalidade dos ecossistemas. Do euforismo deste processo de crescimento industrial acelerado passamos à apologia da taxa zero de crescimento². Sem dúvida, os processos de industrialização e urbanização nos séculos XIX e XX contribuíram enormemente para a degradação ambiental, sendo que o conceito de desenvolvimento desde os clássicos (Adam Smith e David Ricardo principalmente) sempre significou crescimento econômico. Diante deste cenário mundial alarmante, marcado pela emergência de problemas ambientais globais, surgiram reuniões, encontros, seminários, etc., em formato de conferências³ na tentativa de pensar um outro rumo para o desenvolvimento.

¹ Com base na teorização proposta por KUHN (1982), entendemos paradigma enquanto realizações científicas efetivamente reconhecidas pela comunidade científica universal, fornecendo no período de sua vigência modelos de organização e solução à problemas que se impõem, fazendo uso para isso da teoria e do fato científico, inseparavelmente.

² De acordo com SACHS (1986a), as previsões apocalípticas feitas pelo Clube de Roma sobre o esgotamento de alguns recursos naturais e da catástrofe ecológica pretensamente iminente não estavam sem fundamento, mas o debate tomou caminho errado, prendendo-se a uma falsa alternativa: crescimento ou qualidade do meio ambiente.

³ Citaremos a seguir.

Assim, a década de 1970⁴ marcou uma mudança no pensamento sobre o desenvolvimento⁵ mundial, e sobre a relação do homem com seu meio. Em junho de 1971 aconteceu o Encontro de Founex, como parte do processo de preparação da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, realizada em Estocolmo em 1972. O Relatório de Founex teve como base a rejeição das abordagens reducionistas do ecologismo intransigente e do economicismo estreito e rigoroso, traçando um caminho intermediário entre as posições extremas de "malthusianos" e "cornucopianos". O Relatório de Founex, a Declaração de Estocolmo e a Declaração de Cocoyoc⁶ (resultante do Simpósio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA e da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento – UNCED, realizado no México em 1974) continham uma mensagem de esperança em relação ao planejamento e à implementação de estratégias ambientalmente viáveis para promover um desenvolvimento sócio-econômico equitativo, ou para o "ecodesenvolvimento", posteriormente denominado de "desenvolvimento sustentável"⁷ (SACHS, 1993: 11-18).

Em 1979 e 1980, o PNUMA realizou, com a colaboração das Comissões Econômicas Regionais das Nações Unidas, uma série de seminários sobre

⁴ Para MCCORMICK (1992), a partir deste período, a crise ambiental deixou de ser uma crise silenciosa. Uma nova questão começa a caminhar para a agenda das políticas públicas. A ciência, por sua vez, veio confirmar os temores dos ambientalistas, a raça humana estava usando rapidamente seu estoque de recursos naturais.

⁵ No entendimento de SACHS (2000), o desenvolvimento é o processo histórico de apropriação universal pelos povos da totalidade dos direitos humanos, individuais e coletivos, negativos e positivos, significando três gerações de direitos: políticos, cívicos e civis; sociais, econômicos e culturais; e os direitos coletivos ao desenvolvimento, ao meio ambiente e à cidade.

⁶ De acordo com SACHS (1993), estas abordagens avançaram, fora do sistema das Nações Unidas, para o relatório *What Now*, publicado em 1975 por Dag Hammarskjöld Foundation for Development Strategies, IFDA Dossier 17, maio-junho 1980.

⁷ Para GODARD (1997b), é possível distinguir três principais correntes teóricas envolvidas na análise do desenvolvimento econômico e de suas conseqüências sobre o meio ambiente: a **1ª corrente** de pensamento estava empenhada em promover o que foi chamado de "estratégias de ecodesenvolvimento", concebidas como uma nova abordagem baseada em estratégias de atendimento às necessidades fundamentais das populações menos favorecidas. A **2ª corrente** assumiu o projeto de desenvolver uma nova representação teórica da atividade econômica a partir da confrontação com os novos conceitos desenvolvidos pelas ciências da natureza (termodinâmica, evolução e organização dos seres vivos, ecologia, teoria dos sistemas auto-organizadores), o que passou a ser chamado de "economia ecológica". E a **3ª corrente** inscreve-se no prolongamento da teoria neoclássica do equilíbrio e do crescimento econômico. Dentro desta corrente, um grupo se empenhou em refutar a existência de uma relação entre o crescimento e a degradação do meio ambiente. Já outro grupo, se empenhou em analisar os regimes de exploração de recursos naturais não renováveis, a fim de identificar as condições de uma exploração economicamente ideal.

estilos alternativos de desenvolvimento, que refletiram, mais tarde, no Relatório Brundtland (Nosso Futuro Comum) de 1987, levando à convocação da Conferência do Rio de Janeiro em 1992, reconhecendo o meio ambiente e o desenvolvimento como dois lados da mesma moeda (SACHS, 1993: 13). De acordo com este relatório, o desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas (CMMAD, 1988: 49 apud BARBIERI, 1997: 25).

A partir da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - CNUMAD em 1992 no Rio de Janeiro, com a aprovação de vários documentos como: Declaração do Rio de Janeiro sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento; Convenção sobre Mudanças Climáticas; Declaração de Princípios sobre Florestas; Convenção sobre a Biodiversidade; e Agenda 21; teve início um novo ciclo de conferências sobre desenvolvimento e meio ambiente, entre elas: Conferência sobre Direitos Humanos realizada em Viena em 1993; Conferência sobre População e Desenvolvimento realizada no Cairo em 1994; Conferência sobre Desenvolvimento Social, em Copenhague⁸ em 1995; sobre Mudança Climática, em Berlim em 1995; sobre a Mulher, em Pequim, também realizada em 1995; e sobre Assentamentos Urbanos – Habitat II, realizada em Istambul em 1996 (BARBIERI, 1997).

Torna-se necessário dizer que a última década conheceu um salto quantitativo e qualitativo em relação ao debate mundial sobre sustentabilidade⁹

⁸ "Confrontada com o problema global de pobreza, desemprego e exclusão social, a Declaração de Copenhague reafirmou o compromisso da Organização das Nações Unidas com o conceito de desenvolvimento sustentável, no qual as dimensões social, econômica e ambiental estão intimamente entrelaçadas. O desenvolvimento, segundo entendemos hoje, é um conceito abrangente diferente de crescimento econômico, ainda considerado uma condição necessária, mas de forma alguma suficiente, incluindo as dimensões ética, política, social, ecológica, econômica, cultural e territorial, todas elas sistematicamente inter-relacionadas e formando um todo. A natureza processual do desenvolvimento exige, além disso, que se leve em consideração sua sustentabilidade para satisfazer o postulado ético da solidariedade diacrônica com as futuras gerações, simétrico ao postulado da solidariedade sincrônica com a geração presente que, por sua vez, explica a primazia das considerações sociais na determinação dos objetivos de desenvolvimento." (SACHS, 1997: 215).

⁹ O conceito de sustentabilidade dispõe atualmente, segundo VIEIRA & WEBER (1997), de um estatuto ambíguo e controverso. A definição proposta pelo Banco Mundial acentua a

a partir da idéia disseminada pelo *Relatório Nosso Futuro Comum*, o qual traçou a base teórica para pesquisas e ações após a Rio-92. Conforme ilustra BARBIERI (1997), o conceito tradicional de sustentabilidade tem sua origem nas Ciências Biológicas e aplica-se aos recursos renováveis, especialmente aqueles que correm o risco de se exaurir em decorrência da exploração descontrolada. A sustentabilidade para esse tipo de recursos apoia-se na idéia de que só é possível uma exploração permanente, se esta se restringir apenas ao incremento do período, normalmente um ciclo anual, de modo a preservar a base inicial dos recursos. O limite da exploração seria dado através de estudos sobre dinâmica populacional, ciclos de reprodução, instrumentos de exploração e outros capazes de fixar uma taxa de Rendimento Máximo Sustentável. Os limites de exploração também podem ser estimados para um conjunto de recursos renováveis¹⁰ em interação num determinado ecossistema. A idéia de manejo de recursos renováveis implica reconhecer as interações entre eles de modo controlado.

De forma mais abreviada, nos pautamos em SACHS (1986a) para definir o ecodesenvolvimento, como referindo-se a um estilo de desenvolvimento que, em cada ecorregião, insiste nas soluções específicas de seus problemas particulares, levando em conta os dados ecológicos da mesma forma que os culturais, as necessidades imediatas como também aquelas a longo prazo. Sugere, também, a constante possibilidade de um esforço criador para o aproveitamento da margem de liberdade oferecida pelo meio. Refere-se a um desenvolvimento endógeno e dependente de suas próprias forças, submetido à lógica das necessidades do conjunto da população, consciente de sua dimensão ecológica e buscando estabelecer uma relação de harmonia entre o homem e a natureza, imprimindo a necessidade de participação do mesmo no planejamento.

Como forma de aplicabilidade do conceito de ecodesenvolvimento, a ele se incorpora a noção de gestão patrimonial. Simplificadamente, nesta noção, os

dimensão dos níveis de retorno dos investimentos, enquanto outras definições privilegiam a preservação em si ou a preservação da "viabilidade" dos usos possíveis dos recursos.

¹⁰ Por recursos renováveis entende-se "recursos vivos ou em movimento, onde a presença da variável temporal implica a adoção de enfoques centrados na noção de fluxo e de variabilidade. (...) Os recursos não renováveis, por sua vez, se caracterizam pelo fato de serem passíveis de análise apenas em termos de estoques." (VIEIRA & WEBER, 1997: 27).

problemas sócio-ambientais não conseguem espaço de resolução nem através do mercado, nem tão pouco através do Estado. É nesta ausência de ações tradicionais eficazes que surge, como uma terceira opção, a participação da sociedade¹¹ no planejamento¹² de seu próprio processo de desenvolvimento. Cabe ressaltar que, na gestão patrimonial, os recursos são considerados um patrimônio comum e, portanto, os conflitos de interesses dos diversos atores sociais podem ser resolvidos através da negociação. Para isso a gestão patrimonial pretende oferecer subsídios para a resolução de problemas complexos envolvidos na gestão do meio ambiente¹³, de forma satisfatória para o homem e para a sociedade. Tem como base o conceito de modo de apropriação, enfatizando a interdependência de cinco dimensões: o sistema de representações cognitivas dos atores sociais implicados; os usos possíveis dos recursos; as modalidades de acesso e de controle do acesso aos recursos; a modalidade de transferência de direitos de acesso (numa mesma geração ou entre gerações); e a modalidade de repartição dos recursos ou dos frutos de sua exploração (VIEIRA & WEBER, 1997). [Retomaremos a este assunto adiante, onde o abordaremos com maior profundidade, nosso objetivo aqui era apenas introduzir os conceitos essenciais que norteiam esta pesquisa].

1.1.2 – Concebendo o turismo: um passeio pela sociologia do lazer

Uma vasta bibliografia retrata as transformações históricas empreendidas a partir e em decorrência da Revolução Industrial¹⁴. Neste contexto, o lazer

¹¹ FRIEDMAN (1977) aponta que "a única solução possível é a dos pequenos grupos". Para este autor, somente as pequenas formações comunitárias podem resolver os seus problemas de subsistência, e salienta que o papel do governo e da mídia seria encorajar esta atitude.

¹² Sentimos necessidade de elencar algumas definições de planejamento, "planejar é decidir antecipadamente o que deve ser feito, ou seja, é uma linha de ação pré-estabelecida"; "o planejamento é a formulação sistemática de um conjunto de decisões, devidamente integrado, que expressa os propósitos de uma empresa e condiciona os meios de alcançá-los." (BARRETO, 1996: 12).

¹³ O meio ambiente constitui "o conjunto de meios naturais ou artificializados da ecosfera onde o homem se instalou e que ele explora, que ele administra, bem como o conjunto dos meios não submetidos à ação antrópica e que são considerados necessários à sua sobrevivência." (JOLLIVET & PAVÉ, 1997: 63).

¹⁴ "Durante os primeiros tempos da acumulação de riqueza, a insistência sobre a propriedade, como base de respeitabilidade, é extremamente ingênua e imperiosa. Essa desnecessidade de trabalhar é a prova convencional da riqueza, sendo portanto a marca convencional de posição social; e essa insistência sobre o mérito da riqueza leva a uma insistência sobre o ócio." (VEBLEN, 1974). Com base na Teoria da Classe Ociosa de VEBLEN

parece ocupar, de sobressalto, uma posição privilegiada, passando a ser visto, na contemporaneidade, como uma necessidade e conquistado como um direito¹⁵ do ser humano.

As noções de tempo e de espaço tornam-se fator preponderante na compreensão do lazer. Estas noções nem sempre tiveram a mesma conotação no mundo ocidental. Elas sofreram profundas transformações no decorrer da história até atingirem a modernidade. Além disso, a própria diversidade social e cultural da humanidade tem revelado a existência de diferentes percepções em relação ao tempo e ao espaço. Contudo, é possível afirmar que tempo e espaço são categorias indissociáveis¹⁶ e essenciais na compreensão do lazer e, mais especificamente, do turismo; que além de representar uma atividade produtiva, reflexo da sociedade industrial, indica a formação de redes de relações socioculturais, muitas vezes complexas. Nesta mesma linha de argumentação, SACHS (1986b) declara que o tempo constitui um vetor de valores e atividades, das quais destacam-se: o tempo das atividades profissionais remuneradas; o tempo das atividades econômicas fora do mercado de trabalho; o tempo de outras atividades: lúdicas, educativas, culturais e relacionais [sendo implícito nesta característica o tempo de lazer e do turismo]; e, por fim, o tempo de repouso. A combinação variada e relacional destes usos do tempo pelo homem pode resultar em uma nova concepção de estilos de vida, inserida num novo contexto espacial – o global¹⁷.

Assim, com a instauração desta nova noção temporal [enquanto uma grande transformação na direção e no sentido das atividades e dos valores derivados do uso do tempo], a conscientização da necessidade de um tempo livre cresceu e se disseminou, estimulando o mercado a oferecer produtos destinados a satisfazer a demanda por lazer e turismo. Entretanto, irrefletidamente, transparece que o lazer refere-se apenas ao uso do tempo

podemos perceber a evolução conceitual sofrida pela noção de ócio e sua sobreposição à terminologia "lazer".

¹⁵ Ver: Constituição Federal/1988, Cap.II – Dos Direitos Sociais, Art.6º.

¹⁶ Embora TUAN (1983) alerte que tempo e espaço coexistem, se entremesclam, mas cada um é definido de acordo com a experiência pessoal.

¹⁷ Segundo SACHS (1986a), os problemas globais, em grande parte, estão interligados, e o desafio intelectual é ultrapassar a simples análise dos dados e auxiliar governos e nações a transcender a abordagem gerencial da crise, mediante o planejamento do desenvolvimento, concebido como processo de aprendizagem da sociedade.

livre com algumas atividades, tais como: recreação, passeios, esportes, cultura, etc. A noção de lazer moderno tenta ultrapassar esta idéia, possibilitando ao homem atuar na gestão do mesmo, o que implica, entre outros fatores, a participação no planejamento e a implantação e gestão da qualidade do meio ambiente como um todo, refletindo, conseqüentemente, na qualidade de vida. Enfim, diz respeito à autonomia que o homem exerce sobre suas escolhas e ações, no sentido de uma construção do lazer por seus próprios esforços, sendo implícita aqui a idéia de *self-reliance*¹⁸, atribuindo aos homens a livre capacidade de criação e organização, que se aproxima da visão de SACHS (1986a), referente à concretização da autoconfiança coletiva, perpassando pela criação de uma rede eficaz de colaboração científica e técnica.

No dizer de Dumazedier, estudioso da sociologia do lazer,

(...) o lazer não é a ociosidade, pois que ele supõe, antes de mais nada, a presença do trabalho profissional, ao passo que a ociosidade supõe em primeiro lugar a negação deste. O lazer não pode ser confundido com o tempo extraprofissional. É apenas uma parte dele. (...) é tanto em relação à libertação do trabalho familiar quanto em relação à libertação do trabalho profissional, que o lazer deve se definir daqui por diante. A sociologia do lazer precisa recusar a confusão entre lazer e tempo livre. (DUMAZEDIER, 1999: 236).

Por outro lado, na visão de Morin, "o lazer moderno não é apenas o acesso democrático a um tempo livre." (MORIN, 1987: 67). Para ele, o lazer deriva da própria organização do trabalho burocrático e industrial, se ajustando não só aos anseios dos trabalhadores e às reivindicações sindicais como também e, principalmente, à lógica econômica; pois o lazer atua no sentido de abrir os horizontes do bem-estar, do consumo e de uma nova noção de vida privada, possibilitando ao homem sua afirmação enquanto indivíduo voltado, mesmo que momentaneamente, para um mundo de prazer e satisfação pessoal; embora permaneça a percepção de que até mesmo a escolha por um lazer é determinada pelo mercado consumidor, reproduzindo a sua lógica.

Em alguns aspectos, Sachs parece aproximar-se, com algumas ressalvas, desta noção de lazer moderno, ao afirmar que

¹⁸ Maiores detalhes sobre o assunto, ver: GALTUNG; O'BRIEN & PREISWERK (1977).

(...) o tempo disponível é potencialmente a medida da nossa liberdade cultural, e a soberania exercida sobre o tempo é a medida da nossa liberdade pura e simples, assim como, da mesma forma, o excedente econômico é, por definição, a medida da liberdade econômica de uma sociedade. No entanto, entre essa visão teórica e a situação real se interpõe um abismo, dado que as margens potenciais de liberdade estão seriamente hipotecadas pelo jogo das instituições e das sobrecargas culturais. (SACHS, 1986b: 45).

De acordo com estas colocações, a questão central é: quem tem o poder de decidir sobre os usos do tempo? Se o lazer está caracterizado, na sociedade capitalista, por um tempo supostamente livre, de quem é a autonomia na escolha do lazer? Dentro desta perspectiva, Sachs visualiza uma sociedade liberada, onde

(...) a sociedade civil toma consciência da sua força e do seu lugar e, dessa forma, ao se emancipar passa a constituir um terceiro sistema de poder, capaz de criar seu próprio sistema de comunicação e de moderar o domínio total do Estado, das forças organizadas do mercado e das profissões mutilantes, através do exercício efetivo da democracia política, da autogestão das empresas, da representação dos consumidores nas instâncias responsáveis pela direção da economia e do controle social da ciência e da técnica. (SACHS, 1986b: 47).

Isto vem confirmar a importância do desenvolvimento local como força mobilizadora da sociedade, ativa e criativa, principalmente no que tange ao turismo; sendo ele uma das várias representações do lazer. Com vistas a esta proposição de Sachs, aborta-se a noção de um turismo condicionado pela fuga da vida real e alimentado por um mercado consumidor, onde o turista se evade de sua residência para a prática de um lazer racional, planejado, moldado, copiado e cronometrado; fugindo, assim, à prospeção de uma autogestão do lazer. Este é o momento de introduzir a percepção do tempo pelo indivíduo, o qual é levado a perceber que um lazer forçado ou suportado passivamente nada mais é que uma fonte de tédio (SACHS, 1986b). Cabe ao indivíduo usar ou não as oportunidades autônomas em relação ao lazer.

1.1.3 – Um breve olhar sobre a história do turismo¹⁹

Um sucinto histórico do turismo²⁰ nos oferece um demonstrativo das suas diferentes etapas a nível mundial. Conforme sugere RUSCHMANN (1997: 20-21), o turismo, para chegar aos moldes atuais, passou por quatro fases distintas. No século XVIII, ocorreu a descoberta da natureza e das comunidades receptoras²¹; os turistas detinham uma certa curiosidade em relação ao meio visitado, interessados em relatar os aspectos únicos e diferenciados das regiões que descobriam, culminando com o desejo de afastarem-se dos centros industriais. No final do século XIX e início do século XX, surgiu um turismo dirigido²² e elitista; não havendo preocupação com a proteção ambiental, e em função da crescente demanda, ocorreu um estímulo às construções. Apesar de caracterizar-se por uma fase de domesticação da natureza, as empresas turísticas limitavam seus produtos às estações e ao seu entorno, esta fase ficou conhecida como a *Belle Époque*. Por volta de 1950, teve início o turismo de massa²³, atingindo seu apogeu nos anos 70 e 80, em grande parte como reflexo do pós-guerra, do avanço tecnológico e do forte crescimento econômico²⁴. A demanda turística dos países desenvolvidos cresceu num ritmo acelerado, acentuando a expansão dos locais turísticos, até saturá-los. Trata-se de uma fase de excessos agravada pela qualidade medíocre da reprodução de artesanatos locais e da arquitetura. E por fim, tem início, na década de 90, uma fase caracterizada pelo turismo de natureza ou

¹⁹ Indicamos, como sugestão de leitura e pesquisa, duas obras que se dedicam ao estudo da sociologia do turismo. A primeira aborda o turismo em termos mundiais, e a segunda representa uma visão do turismo dentro de uma perspectiva brasileira: KRIPPENDORF (1989) e PAIVA (1995).

²⁰ Segundo ANDRADE (1995), o termo *tour* foi usado pela primeira vez na Inglaterra em 1760, mas a matriz do radical *tour* é o latim "tomus", do verbo "tornare" que significa girar, voltar, viajar. Na prática, de acordo com CASTELLI (1990), a origem do turismo data de 1840, na Europa e América do Norte. Já no século XVIII, mas sobretudo, no século XIX, iniciam-se os incrementos dos balneários, enquanto modalidades de lazer. É também neste mesmo século que o inglês, Thomas Cook, inicia a comercialização do turismo.

²¹ Fator comprovante são os relatos de viajantes estrangeiros sobre a ilha de Santa Catarina, descritos em HARO (1990).

²² De acordo com nosso entendimento, o turismo dirigido diz respeito a uma atividade voltada para uma gama de locais construídos ou remodelados especialmente para atrair visitantes (turistas), tomando-se pontos turísticos de expressão mundial. Assim, os locais visitados tornariam-se conhecidos pelo seu potencial ou por aquilo que se dispuseram a oferecer, como por exemplo: Roma – história antiga, seu cartão postal – o Coliseu; Rio de Janeiro – cidade do carnaval, seu cartão postal – o Cristo Redentor; etc.

²³ Caracterizado pelo grande volume de pessoas que viajam em grupos ou individualmente para os mesmos lugares, geralmente nas mesmas épocas do ano (RUSCHMANN, 1997: 110).

²⁴ Período conhecido como "Os Trinta Gloriosos".

ecológico. Diante deste quadro, instaura-se, neste último período, a proposição de mudança para um novo paradigma turístico-ambiental, voltado para a inter-relação sócio-ambiental, denominado ecoturismo²⁵. Trata-se de uma renovação do turismo, onde os visitantes buscam a calma, as aventuras, e o conhecimento mais profundo dos locais visitados.

Assim, o grande e fundamental estímulo para o desenvolvimento do turismo nos remete ao século XIX. É a partir da Revolução Industrial que muitas transformações sócio-econômicas ocorrem. Novos processos de produção emergem culminando na atual sociedade de consumo²⁶, cuja base de sustentação advém do fordismo²⁷. Com o desenvolvimento tecnológico, e a regulação do trabalho, instaura-se uma nova noção de tempo. Neste entremeio do tempo de trabalho com o tempo de repouso surge um tempo livre²⁸, que passou a ser preenchido com inúmeras atividades, entre elas o turismo. Portanto, é dentro destes moldes que o turismo passa a ser organizado e propagado mundialmente.

O turismo, enquanto fenômeno, representa um marco histórico, sociocultural e econômico para o século XX, cuja ascensão se concatena ao período da modernidade²⁹. Esta atividade, também produtiva, proliferou por um impulso difundido pela indústria, especialmente de bens e serviços, no período

²⁵ Conforme definição da EMBRATUR (Instituto Brasileiro de Turismo), o ecoturismo "é um segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista pela interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações." (apud SERRANO, 1997:17).

²⁶ Na visão de Bauman, "Os 'demônios interiores' desse tipo de sociedade nascem dos poderes de sedução do mercado consumidor." (BAUMAN, 1998: 54).

²⁷ O início simbólico do fordismo data de 1914, quando Henry Ford introduziu seu dia de 8 horas e 5 dólares como pagamento aos trabalhadores da linha automática de montagem de carros. Mas o fordismo, enquanto processo, refere-se "a racionalização de velhas tecnologias e a uma detalhada divisão do trabalho preexistente, embora ao fazer o trabalho chegar ao trabalhador em posições fixas, conseguiu-se drásticos ganhos de produtividade." (HARVEY, 1989: 121).

²⁸ Devemos esclarecer que foi somente neste momento histórico que o tempo livre, que existia anteriormente, passa a ser atrelado a uma atividade econômica. Data também deste período o surgimento da terminologia lazer.

²⁹ O termo "modernidade" é geralmente associado à forma de sociedade que emergiu no quadro das mudanças desencadeadas pelas Revoluções Francesa e Industrial. Atualmente, este termo vem sendo alvo de inúmeras discussões e análises no âmbito da Sociologia Contemporânea. Anthony Giddens é um dos estudiosos que se dedica a esta análise. A ênfase de sua argumentação recai sobre a interpretação descontinuista do desenvolvimento social moderno. Para este autor, a modernidade depende da separação tempo-espaço e da sua recombinação, imprescindível para o dinamismo desta era. Em linhas gerais, a modernidade se

pós-guerra. Percebeu-se no consumo estimulado pelas viagens um grande filão de mercado. Desta forma, todo um marketing se encarregou de disseminar, na sociedade, o intenso desejo de conhecer novos lugares, novas culturas, e povos com especificidades distintas, que não fizessem parte da sua vida cotidiana.

Conceitualmente, o turismo caracteriza-se por uma forma mais elitizada de lazer, ou seja, em concordância com CORIOLANO (1998), é uma modalidade do tempo livre que supõe viagens, deslocamentos, infra-estrutura urbana e de serviços, transportes e hotéis. É para alguns um modo de vida e uma dinâmica social. É, pois, uma complexa atividade humana que envolve uma das maiores seduções dos tempos modernos marcada por relações, influências, motivações, desejos e representações. Mas, segundo esta autora, o turismo é acima de tudo um processo de transformação: "a sociedade de consumo, entendendo a importância do lazer na contemporaneidade, transforma-o em turismo, passando a comercializá-lo nos moldes dessa sociedade, ou seja, atrelado às leis de mercado." (CORIOLANO, 1998: 29).

Associado a este processo, grande parte da tecnologia disponível desde o término da II Guerra Mundial se voltou para a indústria. Conforme enfatiza TRIGO (1996), os meios de transportes ficaram mais rápidos, confortáveis e seguros. Os grandes empreendimentos turísticos passaram a dispor de toda uma infra-estrutura voltada ao entretenimento e à contemplação da paisagem, natural ou construída. Assim, com todos os recursos naturais e artificiais disponíveis, os locais turísticos ficaram mais acessíveis a uma parcela maior da população³⁰. Porém, a atividade turística não alavancou somente a indústria de bens, mas também o setor de prestação de serviços, que foi se ampliando e se sofisticando para atender às novas necessidades de uma classe social (média) emergente.

Ainda nas palavras de TRIGO (1996: 20), foi somente a partir de 1960 que o turismo explodiu como possibilidade de prazer para milhões de pessoas e como fonte de lucros e investimentos, com *status* garantido no mundo das

constitui através da reflexividade do próprio conhecimento aplicado, que apresenta a possibilidade constante de ser revisto (GIDDENS, 1993).

finanças internacionais. Evidentemente, esta valorização que o turismo sofreu faz parte de um abrangente processo social, impulsionado pela composição de novas tecnologias, revitalizando e estimulando novas configurações econômicas, alterando hábitos e produzindo novos estilos de vida no mundo todo.

Para sintetizar este processo histórico vivido pelo turismo usaremos a contribuição, com perfil antropológico, de EUGÈNE sobre a transição do turismo em pequenos núcleos receptores europeus,

(...) numa primeira fase, o turismo serve para revelar os recursos naturais, valorizando os atrativos baseados em patrimônio natural; numa segunda fase, com o aumento do número de visitantes a ponto de caracterizar o turismo de massa, verifica-se uma forte interferência no núcleo receptor, com degradação no meio ambiente natural e artificial – é quando se justifica a frase 'o turismo destrói o turismo', em vista de exageros – e que se recomenda evitar; a terceira fase é a da separação, mediante regulamento, obras de reposição e semelhantes, se bem que há certas perdas irreparáveis; e finalmente, a quarta fase é a da reconciliação, marcada pela prevenção atrasada – estudos, pesquisas, projetos dimensionados para cada caso, inventário de recursos para dispor de dados para orientar projetos turísticos... (apud PELLEGRINI, 1993: 136).

As leituras realizadas sobre a temática turismo e a análise dos diversos estudos de caso realizados em Florianópolis sobre este assunto nos levaram a detectar e destacar o turismo massivo (de férias ou de veraneio) como a tipologia que ocorre com maior frequência na Ilha e cujos entraves são mais evidentes. Por isso, detalharemos a seguir esta modalidade de turismo.

1.1.4 – Uma incursão às particularidades do turismo massivo

O turismo de massa³⁰ apresenta características específicas e diferenciadas de qualquer outra manifestação turística. Comumente, este tipo de turismo é efetuado por indivíduos ou grupos que se utilizam dos serviços oferecidos

³⁰ O que não significa que toda a população tem acesso a esta atividade de lazer.

³¹ Cabe ressaltar que, segundo ANDRADE (1995: 56), o turismo de massa também é denominado turismo de maiorias ou de burguesia, e é realizado pelos componentes de uma classe caracterizada como média assalariada e de empresários de médio e pequeno portes, cujos rendimentos de capital são limitados.

pelos pacotes turísticos, com um nível razoável de conforto e sem muitas despesas adicionais ou supérfluas. O tempo gasto com lazer, férias ou diversão, nestes casos, é devidamente programado. Seus participantes buscam prazer em atrações criadas e pouco originais, não se interessam pela vida real do local visitado e dele nada levam, ou então, levam *souvenirs*, muitas vezes retirados do próprio meio ambiente ou artesanatos grosseiros, além de presenciarem uma reprodução do folclore local muito artificial. Em contrapartida, deixam muitos resquícios, diretos ou indiretos, de sua passagem. É um turismo muito freqüente em áreas litorâneas, especialmente aquelas onde ocorre a junção cidade-natureza como atrações que se complementam.

Para URRY³² (1996: 182), existe uma fascinante atração do turismo de massa pelos balneários à beira mar. Entretanto, adverte, esta atividade só pôde se expandir quando e onde exista um mínimo de condições necessárias para a satisfação dos visitantes. Contudo, o turista não pode ser o único sancionado pela destruição ou alteração promovida em decorrência do turismo. Os envolvidos nesse processo são os grandes, médios e pequenos empreendedores do turismo, e o comércio em geral, que visam o lucro rápido; o Estado, pela complacência e omissão; as várias instituições, fundações e órgãos públicos ou privados; os educadores, pela falta de atuação no sentido da conscientização; e a população local, pela falta de consciência e ação; cada um possui sua parcela de responsabilidade, apesar de todo este processo estar envolto pela máscara do desenvolvimento econômico.

A dinâmica do turismo de massa encontra-se, na atualidade, em vias de saturação, provocada, em grande parte, pelo significativo volume de deslocamentos, os quais estimulam toda uma indústria na produção de locais próprios para este consumo, sem se importar com seus impactos. Este modelo industrial calcado na busca do novo, do diferente, do exótico, acompanhado de conforto e satisfação a qualquer custo, provocou este descalbro em relação aos locais turísticos. Pois, os locais considerados de significativo potencial turístico não estavam preparados para receber o excessivo fluxo turístico que o

³² Este autor analisa a dinâmica de desenvolvimento de grandes balneários a beira-mar na Inglaterra, desde o século XIX, destinados a veranistas de classe média e detentores de recursos capazes de movimentar, significativamente, o mercado.

marketing e a propaganda boca a boca promoveram acerca dos mesmos. Esta destruição dos locais turísticos acabam afastando os turistas, que se direcionam para outros locais ou buscam outras formas de praticar esta atividade.

De forma bastante pontual, PAIVA (1995) argumenta sobre a necessidade de enumeração dos problemas mais significativos propagados pelo turismo massivo nos vários núcleos receptores do Brasil: i) a aceleração do processo inflacionário em detrimento da população nativa, pois a população flutuante aumenta a demanda por bens e serviços e os empresários elevam os preços em busca de lucro a curto prazo; ii) a degradação ambiental cometida em prol dos grandes empreendimentos turísticos, podendo até mesmo comprometer o ecossistema; iii) o uso do solo urbano de forma especulativa sob o símbolo do desenvolvimento através do turismo constitui outro problema, agravado com a sobreposição de grandes grupos econômicos a frente dos negócios; iv) a concessão de subsídios às elites locais ou a grupos estrangeiros no financiamento dos empreendimentos; v) a associação do turismo de massa ao neocolonialismo. A cultura sofre o chamado efeito "demonstração", ou seja, é vista e fotografada como um espetáculo, além de sua potencial descaracterização com a introdução de novos hábitos à população nativa; vi) por fim, deve-se destacar que a falta de infra-estrutura é um problema significativo nas comunidades receptoras, mas a implantação de infra-estrutura direcionada especialmente ao turismo forma verdadeiras "ilhas de luxo", a exemplo dos *resorts*³³. Isto vem agravar ainda mais as disparidades sociais e econômicas entre os "ricos" visitantes e os "pobres" nativos.

Por estas e outras conseqüências, o debate teórico atual incide sobre o mal-estar promovido pelo turismo de massa. Inegavelmente, o turismo, na modernidade, assumiu grande importância econômica, movimentando um significativo volume de dinheiro, bens e serviços; influenciando a expansão

³³ KRIPPENDORF atribui a este tipo de empreendimento turístico a denominação de gueto. As férias em guetos, ou seja, "os guetos dos homens em férias são as reservas artificiais criadas especialmente para os turistas..." (KRIPPENDORF, 1989: 73). Segundo este autor, a versão mais perfeita do turismo em guetos é certamente a que o Club Méditerranée desenvolveu. Estes aspectos são característicos de um turismo internacional, para saber mais sobre esta atividade, seus mecanismos de circulação e transferência de renda, consultar FALCÃO (1996).

comercial e financeira, e propiciando o crescimento a curto prazo de locais com potencial turístico. Apesar do turismo sugerir várias interfaces, seus organizadores seguem estritamente a lógica do mercado capitalista, vislumbrando o lucro imediato, fator que tende a saturar os recursos, naturais ou construídos. A própria esfera do consumo pelo consumo, numa sociedade de massa, impõe o ritmo dos usos efetuados pelo turismo. Da mesma forma, a retórica que recobre o turismo passa à sociedade uma imagem, muitas vezes, precipitada de crescimento econômico e de conseqüente geração de emprego. Por isso, o momento atual, na literatura que trata do turismo, ressalta a tomada de consciência em relação aos danos causados pelo turismo massivo, cuja variedade de causas e conseqüências podem ser apreciadas nas obras que relatam e analisam este processo pelo mundo (ASCANIO, 1994; DACHARY & BURNE, 1993 e 1994; CORIOLANO, 1998; URRY, 1996; KRIPPENDORF, 1989; entre outros).

1.1.5 – A disseminação de impactos: socioculturais, ambientais e econômicos

Definir turismo, na modernidade, significa uma tentativa ousada, tamanha a diversidade de variações e novas configurações que esta atividade congrega. Entretanto, podemos nos empenhar numa reflexão sobre a temática, partindo do pressuposto de que o turismo representa uma atividade com dimensões planetárias, implicando em profundas e dinâmicas transformações impactantes³⁴ ao meio, principalmente por envolver um contexto massivo. Estes impactos, por sua vez, podem assumir um caráter positivo ou negativo, podem apresentar-se de forma simples ou agregada, e ainda, podem provocar outros cismas, muitas vezes de caráter imprevisível e também irreversível.

Na teoria social contemporânea, os teóricos Anthony Giddens e Ulrich Beck ganham destaque ao abordarem a noção de risco³⁵, dentro de uma

³⁴ Uma problemática em evidência, atualmente, refere-se ao uso e ao abuso dos espaços públicos por parte do turismo. Para saber mais sobre este tema, ver: BARRETTO (1996).

³⁵ A temática dos riscos figura na Ciências Sociais desde a década de 80, mas é nos anos 90 que este conceito passa a ser visto como central para entender o caráter da modernidade. O conceito de sociedade de risco, introduzido a partir de então, diz respeito não apenas ao

perspectiva que salienta os impactos sócio-ambientais do desenvolvimento, em especial, mas também outros riscos, como os tecnológicos, culturais, econômicos, políticos, etc. Estes estudos trazem uma grande contribuição auxiliando na compreensão dos impactos causados pelo turismo. As análises de Giddens e Beck abrem uma nova fase nas Ciências Sociais a respeito do debate sobre os riscos, pois ambos apontam para as especificidades dos riscos contemporâneos. Eles partem da transição de uma sociedade calcada no desenvolvimento industrial que, ao se radicalizar, passa da modernidade para a sociedade da alta modernidade ou da modernização reflexiva, respectivamente; o que se traduziria num anteposto à pós-modernidade³⁶, já que para estes autores a humanidade ainda não atingiu esta fase. Neste contexto, conforme esclarece GUIVANT (1998), o progresso gerado pelo desenvolvimento da ciência e da tecnologia passa a ser a fonte potencial de autodestruição da sociedade industrial, a partir da qual se produzem novos riscos de caráter global.

Deste modo, pode-se afirmar que grande parte dos impactos turísticos se originam de um processo de mudanças e não representam eventos pontuais, resultantes de uma causa específica. Eles são decorrentes de um processo bastante complexo de inter-relação entre os diversos atores e segmentos sociais envolvidos, direta ou indiretamente. Por isso, conforme argumenta FERREIRA (1992), a busca de uma definição de impacto turístico mais abrangente suscita inúmeros problemas. Podemos destacar dentre os mais significativos, a distinção entre os efeitos do turismo e os processos mais amplos em que ele se insere, tais como a urbanização, a industrialização, a terceirização, culminando em mudanças. Neste sentido, os procedimentos avaliativos envolvem um esforço de identificação, análise e predição do conjunto de impactos e efeitos que atingem os locais turísticos. Neste caso, o

surgimento de novas formas de perigo à humanidade, bem como de novas relações estabelecidas entre leigos e peritos (GUIVANT, 1998).

³⁶ De acordo com o aporte teórico de BAUMAN (1998), a pós-modernidade representa um estado de permanente pressão para se despojar de toda interferência coletiva no destino individual, para desregular e privatizar. E além disso, no mundo pós-moderno de estilos e padrões de vida livremente concorrentes, há ainda um severo teste de pureza que se requer seja transposto por todo aquele que solicite ser ali admitido: tem de mostrar-se capaz de ser seduzido pela infinita possibilidade e constante renovação promovida pelo mercado consumidor.

esforço analítico deve incidir sobre uma visão integrada da rede de inter-relações possíveis para o turismo nestas localidades.

Impactos ambientais

Consensualmente, a influência que o homem exerce sobre o meio encontra-se distribuída de forma completamente desigual no globo terrestre. De modo mais significativo, alguns aspectos como: o volume populacional, as inovações tecnológicas e o modo de consumo, contribuem para aumentar a influência do homem sobre o meio. Esta interação, nem sempre harmoniosa, facilita a tendência do homem criar e recriar seu próprio ambiente, adaptando-o às suas necessidades. Esta modificação do meio afeta, em pequena ou grande escala, a perpetuação de todos os seus componentes: ar, água, solo, vegetação, seres vivos. Porém, algumas mudanças acabam fugindo ao controle humano, e em decorrência disso, o acúmulo de seus efeitos no meio acaba por originar novos perigos e imprevisibilidades. É o que se pode chamar de efeito cumulativo dos riscos. Esta inter-relação adversa entre o homem e a natureza, e o desencadeamento de impactos no ambiente, comprometem a sobrevivência das gerações futuras, um dos princípios básicos da noção de desenvolvimento sustentável.

A relação impactante causada pelo turismo sobre o meio ambiente refere-se a um conjunto de modificações ecossistêmicas; à seqüência cumulativa de eventos provocados pelo processo de desenvolvimento turístico, nos moldes massivos, e também à conseqüente urbanização descontrolada nas comunidades receptoras. Desta forma, as variáveis causadoras destes impactos possuem uma origem, uma direção e uma intensidade variada, mas os resultados possuem um alto nível de interação, tornando-os, com freqüência, irreversíveis.

Existem inúmeros fatores que colaboram para a modificação tanto do meio ambiente quanto da sociedade onde a atividade turística encontra espaço de atuação. Podemos discriminar uma série destes fatores, mas os de maior importância para exprimir a dificuldade de análise dos impactos derivados do turismo, nesta pesquisa, dizem respeito, especificamente: i) ao homem,

salientando que este enquanto mentor do turismo, não é o único agente modificador do meio ambiente, sendo que ele próprio se modifica, fator que dificulta a análise dos impactos ecológicos e a distinção daqueles causados especificamente pelo turismo; ii) à complexa teia de interações socioculturais, econômicas e políticas desencadeadas por esta atividade. iii) à sazonalidade desta atividade, por acompanhar uma dinâmica, temporal e espacial, implicando no uso e na ocupação intensiva de determinados espaços em certos períodos.

É justamente neste complexo processo de interação e de discriminação de impactos que se insere o turismo de massa, tipologia cujos mesmos são de grandes proporções. Assim sendo, seria prudente atentarmos para a colocação de DREW (1983), o qual salienta que uma corrente conservacionista mais equilibrada prega o uso "sábio" ou a administração dos recursos, reconciliando as necessidades humanas com as limitações do meio físico. Entretanto, para que isso ocorra é necessária a compreensão do funcionamento do ambiente planetário, além de impor um equilíbrio ou uma administração a nível global. Mas, acima de tudo, é necessário impor um limite de consumo à sociedade global. Estas proposições também são sentidas nos escritos teóricos que compõem toda a obra de Sachs sobre o ecodesenvolvimento.

Impactos socioculturais

Além da necessidade de conhecermos os fatores causadores de impactos ambientais para preservarmos o meio ambiente em prol da sobrevivência da humanidade, devemos estar atentos também para os impactos socioculturais oriundos do turismo. SWARBROOKE (2000) destaca os principais impactos potenciais do turismo sobre culturas e sociedades locais, quais sejam:

*** em relação à herança** – os impactos benéficos são: 1) melhoria na qualidade de museus; e 2) mais atenção à conservação de comunidades locais, especialmente, por parte dos órgãos do setor público. Já os impactos negativos ficam por conta: 1) da construção de edifícios usando estilos arquitetônicos não-tradicionais; 2) do roubo de artefatos pelos turistas; e 3) da censura de histórias herdadas para que não incomodem os turistas.

* **em relação à língua** – de forma positiva ocorre: 1) mais interesse na conservação de línguas dos antepassados, caso sejam consideradas uma atração turística. Mas de forma negativa ocorre: 1) a introdução de palavras estrangeiras no vocabulário; e 2) a pressão sobre línguas locais se os turistas forem incapazes ou não desejarem conversar com o pessoal de serviços na língua deles.

* **em relação à religião** – ocorre de maneira positiva: o crescimento do respeito pela religião da comunidade local por parte dos turistas. Entretanto, ocorre negativamente: a perda de espiritualidade em localidades religiosas que se tornam dominadas pelos turistas.

* **em relação às artes tradicionais** – ocorre positivamente: 1) o desenvolvimento de novos mercados para artesanato e formas de arte tradicionais; e 2) a renovação de formas de arte tradicionais. Mas, negativamente, ocorre: 1) a pressão para substituir o artesanato tradicional por outros produtos que os turistas exigem; e 2) a banalização/modificação de formas de arte tradicionais para satisfazer desejos de turistas.

* **em relação aos estilos de vida tradicionais** – o impacto positivo é: 1) o aumento da conscientização de estilos de vida em todos os lugares do mundo. E os impactos negativos são: 1) o perigo de passar da auto-suficiência para a dependência; 2) o aumento da influência da mídia estrangeira; e 3) os novos hábitos alimentares.

* **em relação aos valores e ao comportamento** – o impacto positivo se caracteriza na: adoção de aspectos positivos dos valores e comportamentos do turista. Já os impactos negativos se caracterizam: 1) no crescimento da criminalidade; 2) na perda da dignidade por ser forçada a comportar-se de maneira servil em relação aos turistas; e 3) na redução do padrão de moralidade pessoal.

* **e, em relação à população local** – os impactos positivos são: 1) a migração para a comunidade de pessoas dinâmicas para nela morarem ou trabalharem;

e 2) a redução de despovoamento. O impacto negativo é: a dominação da comunidade por imigrantes de outras comunidades.

Impactos econômicos

Contudo, o turismo, contrapondo-se ao discurso de autoridades locais e estrangeiras e ao consenso de grande parte da população local, não traz somente benefícios econômicos, também vem acompanhado de impactos econômicos negativos. Podemos verificar estes dois tipos de impactos na citação de SWARBROOKE (2000) sobre o assunto: dentre os benefícios econômicos do turismo estão: 1) a criação de empregos; 2) a injeção de renda na economia local pelo efeito multiplicador; 3) o auxílio para a manutenção da viabilidade dos negócios locais; 4) a reforma e a reestruturação da economia em cidades e metrópoles onde outras atividades industriais estão em declínio; e 5) o estímulo a investimentos internos e industriais. Em contrapartida, os custos econômicos do turismo demonstram que: 1) muitos empregos são mal remunerados e/ou sazonais; 2) ocorrem os custos de ocasião, isto é, o dinheiro investido em turismo não poderá ser usado posteriormente para outras finalidades; 3) ocorrem congestionamentos; 4) é investido em infra-estrutura dispendiosa, usada apenas em parte do ano; 5) ocorre excessiva dependência do turismo, tornando a economia local vulnerável.

Esta saturação ocasionada pelos usos desordenados dos recursos naturais ou construídos, pela descaracterização cultural das comunidades locais e pela transformação social e econômica derivados do turismo, superam seus pontos positivos. Indubitavelmente, clamamos por mudanças na forma de ver e pensar o desenvolvimento turístico.

1.1.6 – Turismo Sustentável: definição e dimensões

O debate sobre turismo sustentável sofre influência do conceito de desenvolvimento sustentável, mas o fundamental para que este debate se amplie e ganhe maior aceitação mundial decorre, conforme demonstra SWARBROOKE (2000), do reconhecimento dos potenciais impactos da

explosão do turismo de massa na década de 60; ampliando o conceito para gestão de turistas nos anos 70; causando o aparecimento do conceito de turismo verde³⁷ na década seguinte e nos anos 90 atingindo a noção de turismo sustentável.

Assim sendo, o termo turismo sustentável passou a ser usado a partir da década de 1980, impulsionado pelos debates sobre o Relatório Brundtland, se intensificando nos anos 90. Neste sentido, cabe ressaltar que, na Conferência Globo'90 em Vancouver, foi compilada uma listagem contendo um amplo conjunto de benefícios do turismo sustentável, o qual:

- estimula uma compreensão dos impactos no ambiente natural, cultural e humano;
- assegura uma distribuição justa de benefícios e custos;
- gera empregos locais (diretos e indiretos);
- estimula indústrias domésticas lucrativas (hotéis, pousadas, restaurantes, bares, sistema de transporte, artesanato, e serviços de guias locais);
- gera entrada de divisas para o país e injeta capital e dinheiro na economia local;
- diversifica a economia local;
- atua na tomada de decisões em todos os segmentos da sociedade;
- estimula o desenvolvimento do transporte local, das comunicações e de outras infra-estruturas básicas da comunidade;
- cria facilidades de recreação, que também podem ser usadas pela comunidade local, além de auxiliar a cobrir gastos com a preservação de sítios arqueológicos, construções e locais históricos;
- encoraja o uso produtivo de terras, consideradas marginais para a agricultura, além de permitir que vastas regiões permaneçam cobertas por vegetação natural;
- através da cultura, intensifica a auto-estima da comunidade local;
- demonstra a importância dos recursos naturais e culturais para a economia de uma comunidade e seu bem-estar social;
- monitora, assessora e administra os impactos do turismo.

³⁷ O turismo verde, expressão usada nos anos 80, incluía a redução dos custos e a

Neste domínio podemos afirmar que o turismo sustentável³⁸ apresenta-se como uma área ampla, de complexa definição e que abrange muitos elementos do sistema de turismo. Para as várias linhas de pensamento sobre o turismo, existem diferentes formas de ver e pensar o planejamento e a gestão das diversas tipologias de turismo. Alguns vêem o turismo sustentável e o turismo de massa enquanto "opostos polares", sendo necessário renunciar ao turismo de massa para poder desenvolver o turismo sustentável. Outra linha vê o turismo sustentável e o turismo de massa como um "continuum" sendo possível ir de uma prática turística massiva para outra sustentável sem oferecer problemas. Existem ainda aqueles que vêem numa ação (movimento) positiva a possibilidade de tornar o turismo de massa mais sustentável. E, por fim, os que mantêm a idéia de "convergência", imprimindo em todos os tipos de turismo o esforço e a possibilidade de se tornarem sustentáveis (SWARBROOKE, 2000).

A adoção do conceito de desenvolvimento sustentável e sua extensão ao turismo representa, na opinião de SILVEIRA (1997), uma estratégia válida para se buscar a integração entre o uso turístico, a preservação do meio ambiente e a melhoria das condições de vida das comunidades locais. Mas ele também adverte que, se este conceito não for incorporado às políticas e práticas do planejamento territorial do turismo em nível local³⁹, a sustentabilidade não passa de retórica. Todavia, é necessário discutir e propor formas concretas de se promover um turismo ambientalmente sustentável, economicamente viável e socialmente justo, possuindo como base a dinâmica local e o planejamento participativo.

Na discussão recorrente sobre turismo sustentável, é perceptível a preocupação imediata com os problemas ambientais impulsionados por esta

maximização dos benefícios ambientais do turismo (SWARBROOKE, 2000).

³⁸ BENEVIDES (1997) utiliza o termo turismo alternativo para sugerir uma nova postura no desenvolvimento do turismo, o que interpretamos como uma proposta de turismo sustentável. Para ele, o desenvolvimento local por meio do turismo alternativo equalizaria cinco objetivos cuja compatibilização é problemática, são eles: preservação/conservação ambiental; identidade cultural; geração de ocupações produtivas e de renda; desenvolvimento participativo; e, qualidade de vida.

³⁹ Sobre exemplos de comunidades que começam a se organizar para obterem um desenvolvimento local por suas próprias forças, ver: CORIOLANO (1998).

atividade, porém, não se oferece o mesmo tratamento teórico aos problemas sociais e culturais, apesar de, normalmente, a disseminação destes últimos acabarem por ocasionar os problemas ou impactos ambientais. Negligência semelhante ocorre por parte dos planejadores e órgãos oficiais do turismo em relação às proposições de um turismo sustentável. Estas propostas continuam apresentando uma centralização absoluta em todas as fases do planejamento, desde a concepção até a gestão, impregnados por pensamentos paradigmáticos anteriores, cujo centro de importância recai exclusivamente sobre a dimensão econômica do turismo.

Não obstante, o turismo sustentável deve atribuir igual importância às dimensões que o compõem: na **dimensão ambiental**, o desenvolvimento de formas mais sustentáveis de turismo exige que pensemos em termos de ecossistemas ao invés de meio ambiente, além de impor o reconhecimento do homem como elemento importante dentro do processo de transformação equilibrada deste ecossistema. Isso propõe a adoção de uma visão mais crítica do conceito e da prática de conservação (SWARBROOKE, 2000).

Na **dimensão econômica**, devemos reconhecer que o turismo é um fenômeno com grande força econômica no mundo. Apoiados em dados estatísticos, os autores são unânimes em afirmar que o turismo, na atualidade, é a principal indústria e o principal motivo de entrada de divisas em moeda estrangeira em muitos países emergentes; é também a base do crescimento de muitas empresas multinacionais; integra em proporção significativa a renda anual disponível de muitos povos dos países desenvolvidos; e consome bilhões em dinheiro, todos os anos, em investimentos de infra-estrutura no setor público. Com a ascensão do paradigma sustentável na economia mundial, a dimensão econômica do turismo também sofre alterações. A indústria do turismo, que antes detinha a hegemonia sobre esta atividade, passou a dividir espaço de atuação com as comunidades locais, que vêem no turismo sustentável uma forma de se auto-reestabelecer econômica e socialmente.

Infelizmente, constatamos que a **dimensão social** é a que recebe menor atenção no debate sobre turismo sustentável, talvez em função dos impactos socioculturais ocorrerem de forma muito mais lenta ou por serem, em grande

parte, menos visíveis em relação às outras dimensões. Entretanto, os impactos sociais do turismo também são de difícil reversão, e merecem ser tratados de igual maneira. De acordo com SWARBROOKE (2000), devemos partir do pressuposto de que todos os que investem no turismo têm tanto direitos quanto responsabilidades que precisam ser identificados. O autor demonstra, resumidamente, a dimensão social do turismo sustentável associada à:

- equidade – assegurando que todos os que investem no turismo recebam o mesmo tratamento;
- equivalência de oportunidades – tanto para os que trabalham com turismo e residem nos locais turísticos, quanto para os que dele usufruem;
- ética – para com os turistas, com fornecedores, com governos locais;
- equivalência de parceria – turistas e trabalhadores do turismo vistos como parceiros.

Ao retratarmos a **dimensão cultural** do turismo sustentável devemos lembrar que, freqüentemente, o potencial turístico cultural de um país está vinculado às grandes atrações conhecidas no mundo todo ou a clichês. Este pode ser um fator de impedimento ao desenvolvimento de um turismo cultural sustentável, pois compreendemos, através do conceito de sustentabilidade, que não se pode considerar uma construção sem o seu entorno paisagístico, ignorando os fragmentos de conhecimento tradicional e de memória que fazem parte daquele local, e acima de tudo, por que o patrimônio cultural desaparece rapidamente. Por isso, para MAZUEL (2000), é necessário a organização de ações em torno de três eixos, para presidir a sustentabilidade das culturas:

- a experimentação de métodos de apreensão global do patrimônio cultural⁴⁰;
- a organização de redes de parcerias em torno de técnicas de conservação ou de valorização dos conhecimentos locais;
- a difusão do conhecimento para a conscientização dos habitantes e dos visitantes urbanos.

Tentamos estabelecer uma linha seqüencial da caracterização de um

⁴⁰ "A definição que se poderia instituir recobre elementos concretos como a arquitetura...", mas não é possível pensar o patrimônio cultural sem considerar seu entorno paisagístico, os museus, as festas tradicionais, as construções modestas e as espécies naturais (MAZUEL, 2000: 97).

turismo sustentável, no intuito de clarear o debate sobre esta noção ainda bastante incipiente na teorização do turismo. Normalmente, o turismo sustentável é tratado como sinônimo de ecoturismo ou ainda com o rótulo de um turismo alternativo⁴¹.

Seguindo a argumentação de SWARBROOKE (2000), é necessário aprimorar a definição do que é um turismo sustentável e o que é um turismo ecológico, pois comumente ambos são considerados como a mesma coisa, embora apresentem especificidades próprias. Por exemplo, o ecoturismo⁴² é caracterizado pelo destino de ecoturistas que preferem o contato direto com a natureza pouco tocada, ambientes rústicos que se aproximam do natural, atividades de aventura e contemplação da natureza, enfim, atrações que só podem ser encontradas em locais específicos, como parques, reservas naturais, matas, etc. Já o turismo sustentável, como já vimos, também pode se desenvolver no meio urbano, utilizando especificidades como a cultura, a arquitetura, etc. Assim, "o imperativo essencial dos ecoturistas ou turistas alternativos é o de se dissociar do turismo de massa. Agir diferentemente das outras pessoas, ir a lugares inexplorados, fazer algo de fora do comum, onde isso se torna uma aventura longe da civilização. E mais, estes turistas preferem ter um contato maior com o nativo, renunciam à maioria da infra-estrutura turística normal, tentam se adequar aos hábitos locais." (KRIPPENDORF, 1989: 77). Mas, o autor chama a atenção para o fato de que estes turistas alternativos, normalmente, fazem o papel de batedores do turismo de massa, ao qual tentam escapar. Nesta mesma linha, RIBEIRO & BARROS (1997) afirmam que o ecoturismo não pode ser reconhecido como um novo turismo, mas, de certa forma, uma continuidade do turismo de massa.

Esta discussão sobre o desenvolvimento turístico sustentável, na Ilha de Santa Catarina, ainda é bastante incipiente e requer grande atenção, por se tratar de um ecossistema especial, uma área insular tomada pela urbanização crescente, em função de situar-se aqui a capital do Estado e de ser oferecida comercialmente como uma cidade turística.

⁴¹ Como exemplo, ver: TRONCOSO (1999a e 1999b).

1.2 – O turismo na Ilha de Santa Catarina

1.2.1 – Uma rápida descrição histórica do turismo na Ilha⁴³

A Ilha de Santa Catarina congrega um conjunto de recursos naturais⁴⁴ e/ou construídos⁴⁵ que atraem o observador pelas suas propriedades, causando assim, as impressões e emoções estéticas nos mesmos. Portanto, esta dimensão visual da paisagem constitui um dos principais apelos de atratividade, promovido, principalmente, pelo marketing turístico, em Florianópolis. Neste sentido, a paisagem deixa de ser considerada um simples contorno estético para se tornar um recurso, um recurso turístico. Segundo PIRES, "recursos turísticos são todos os bens naturais ou culturais que poderão satisfazer às necessidades da demanda turística, através dos meios e serviços colocados à sua disposição." (PIRES, 1996: 165). Esta definição mercadológica de recurso turístico segue um caminho oposto ao definido por Sachs [e com o qual concordamos] ao afirmar que "é recurso tudo aquilo que sabemos utilizar como tal a um nível dado de técnica e em relação a um objetivo de produção julgado útil. Tirando o melhor partido da especificidade e da variabilidade de cada ecossistema, libertando-se conscientemente dos preceitos culturais das sociedades industrializadas." (SACHS, 1986a: 87).

Comprovando o significativo valor da dimensão paisagística para o turismo em Florianópolis, uma recente pesquisa desenvolvida pela SANTUR (Santa Catarina Turismo), órgão oficial de turismo no Estado, demonstra que os atrativos naturais da Ilha estão classificados em primeiro lugar na preferência dos turistas com 81,91%; seguido pelos atrativos histórico-culturais e científicos com 3,62%. O terceiro lugar é ocupado pelos eventos com 1,13%; em seguida vêm as manifestações populares com 0,23%. O restante dos visitantes vêm a

⁴² Sobre custos e benefícios do ecoturismo, ver: SCHLÜTER (1993). E ver também, SALVATI (2000).

⁴³ Nosso trabalho não se propõe a relatar dados sobre a ocupação e evolução histórica da Ilha de Santa Catarina, nem a registrar a formação e localização geográfica da mesma, para isso ver: SANTOS (1998); CARUSO (1997) e CECCA (1997a), entre outros.

⁴⁴ A paisagem natural da Ilha de Santa Catarina comporta: floresta ombrófila densa, manguezais, restingas, florestas de planícies quaternárias, um sistema estuarino (baías norte e sul), lagoas, dunas e fauna (CECCA, 1997a).

⁴⁵ Entre os recursos construídos, na Ilha de Santa Catarina, destacam-se as construções em estilo açoriano, na área central da cidade e em algumas comunidades pesqueiras/litorâneas, representando a história e a cultura local.

Florianópolis para visitar parentes e amigos (12,38%) e para tratamento de saúde (0,73%) (SANTUR, 2000).

No entanto, nem sempre foi assim. No final do século XIX e início do XX frequentar a praia, banhar-se nela, tomar banho de sol era considerado um ato de desrespeito ao código de posturas que regia as normas sociais na Capital, sob pena de ser preso. Antes da década de 1920, conforme relata FERREIRA (1998), as praias eram vistas como local privado usado para o despejo de dejetos humanos e lixo de toda monta. A partir dos anos 20 e 30, um conjunto de interesses convergem na transformação desses hábitos e novos usos foram destinados às praias. Segundo este autor, as belezas da Ilha, sobretudo suas praias, começaram a despertar na elite local o sonho de transformá-la num centro de turismo. Este sonho virá expresso inicialmente através dos jornais locais. As medidas concretas por parte do poder público só serão efetivadas muito mais tarde, apesar deste já dar mostras de que gostaria de controlar a exploração das potencialidades turísticas na Ilha, planejando construir lugares "chiques" para pessoas elegantes desfrutarem dos banhos de mar. Assim, ir à praia tornava-se um símbolo de civilização. Logo após este costume – do banho de mar – se firmar como prática, iniciam-se as construções de loteamentos nas praias, reiniciando um novo processo de privatização das mesmas. A evolução de ocupação das praias deu-se a partir do perímetro urbano – Praia de Fora, estendeu-se ao continente próximo, indo depois para as praias da baía norte e sul (Sambaqui, Cacupé, Ribeirão da Ilha), e por fim, após a abertura de estradas no interior da Ilha, estendeu-se às praias oceânicas (Canasvieiras, Ponta das Canas, Ingleses e Lagoa da Conceição).

Porém, historicamente e com esta terminologia, o turismo emerge na cidade de Florianópolis no início da década de 70 com a criação da EMBRATUR/SC (hoje, Instituto Brasileiro de Turismo) e traz consigo a opção de desenvolvimento econômico. Como estímulo a esta atividade, ocorre, simultaneamente, a entrada de grande volume de capital destinado ao financiamento de empreendimentos turísticos (hotelaria, serviços, bares, restaurantes, etc.) e à melhoria das comunicações e das rodovias (JANUÁRIO, 1997). Mas é somente a partir da década de 80 que Florianópolis começa a se destacar como pólo receptor de turistas. Contudo, uma observação atenta do

local mostra que o desenvolvimento recente do turismo na Ilha de Santa Catarina vem permeado de pontos frágeis e arraigado ao paradigma anterior, e ao mesmo tempo vigente, o turismo de massa. Ferreira demonstra com visibilidade as etapas de evolução caracterizada pelo padrão urbano-turístico na Ilha,

(...) a **primeira etapa** ocorre durante os anos 70, quando predomina o turismo tradicional (veraneio), caracterizado por uma lenta ocupação do litoral (com ênfase para as regiões Norte da Ilha e Lagoa da Conceição). A procura da segunda residência dá início ao processo de parcelamento rústico do solo nas praias da Ilha, sem o devido apoio de infraestrutura. (...) A **segunda etapa** abrange os anos 80 e se expressa com maior intensidade através da ocupação da Costa Norte da Ilha. Florianópolis supera o sentido restrito de espaço de veraneio, constata-se uma tendência na evolução do número de turistas e de pernoites. Evidenciam-se deficiências na oferta de infra-estrutura, tanto para o atendimento das necessidades do fluxo turístico, quanto das necessidades básicas da população residente. Se, por um lado, durante este período, consolida-se a tão propalada 'vocação turística' da Ilha, por outro lado, tornam-se mais visíveis os conflitos decorrentes da queda do estilo de vida tradicional das comunidades litorâneas. Esta etapa reflete a transformação dessas comunidades em zonas balneárias. (...) A **terceira etapa** do desenvolvimento turístico, iniciada a partir dos anos 90, caracteriza-se pela emergência de novos atores econômicos. Estes buscam atrair uma demanda de 'turistas internacionais', a partir da qualificação da oferta. Isto significa a construção de grandes empreendimentos turísticos, que vêm redefinir as expectativas de exploração da paisagem, e externaliza o desejo destes empreendedores em evitar a tendência à massificação do turismo com o conseqüente esgotamento da infra-estrutura já instalada, atraindo um perfil de turista dotado de maior poder aquisitivo. (FERREIRA, 1992: 89) [Grifo nosso].

Desta forma, o turismo, esta indústria em ascensão, vem demonstrando um crescimento significativo em Florianópolis. Conforme dados estatísticos fornecidos pela SANTUR, o movimento turístico estimado, em Florianópolis, na temporada de 1999/2000 foi de 335.435 turistas nacionais e 170.806 turistas internacionais, perfazendo uma receita em dólares de 75.338.189,09 e 69.500.733,94, respectivamente. Comparativamente a dois anos anteriores, teve um aumento de 23,03% no fluxo turístico estimado em Florianópolis.

Embora a atividade turística tenha, em Florianópolis, uma história recente, e restrinja-se, principalmente, aos meses de verão, ela vem acompanhada de problemas já detectados em outros locais onde o turismo atua a mais tempo. O

fator da sazonalidade do turismo em Florianópolis, por exemplo, resulta na concentração de seu maior fluxo de visitantes para os meses de janeiro e fevereiro. Constatase, conforme salienta JANUÁRIO (1997), que, por um lado, o turismo, enquanto atividade econômica, está fundado no apelo exercido pelos atrativos naturais; e, por outro, que a Ilha, circundada por praias, situa-se numa região com as quatro estações climáticas bem definidas, limitando o turismo apenas a alguns meses do ano. Isto dá mostras da aceleração intensiva dos usos dos espaços natural ou construído pelo turismo, acarretando na sua degradação.

Utilizaremos aqui uma indagação registrada na obra do CECCA (1997a), "que desenvolvimento Florianópolis pode suportar?" Está clara a necessidade de que os planejamentos, envolvendo o desenvolvimento turístico, ocorram de forma a estabelecer limites à expansão urbana e ao uso dos recursos naturais ou construídos na atividade turística. O exemplo do uso descontrolado de balneários turísticos já nos foi dado, antes mesmo de utilizarmos o termo lazer e turismo, quando do uso e da exploração do litoral continental de Florianópolis para o banho de mar⁴⁶, no início do século XX. Hoje, não é difícil constatar a total degradação destes locais, muitos inclusive aterrados e destinados à construção civil. Este tema será desenvolvido no decorrer do segundo capítulo, cuja intenção é resgatar, com caráter interdisciplinar⁴⁷, os estudos científicos sobre a Ilha de Santa Catarina, referente a seu desenvolvimento, sua cultura, e aos problemas apresentados neste "pedacinho de terra cercado de mar".

1.2.2 – Investigações científicas sobre os impactos do turismo na Ilha de Santa Catarina

A Ilha de Santa Catarina, nosso objeto de análise, considerada uma cidade turística, vem sofrendo, contudo, com maior intensidade, a ação dos impactos negativos de um turismo massivo: a) usos abusivos do meio ambiente, natural

⁴⁶ Maior detalhamento sobre este assunto, ver: FERREIRA (1998).

⁴⁷ Em conformidade com JOLLIVET & PAVÉ (1997), a interdisciplinaridade deve ser considerada dentro de duas perspectivas: 1) como participação de várias disciplinas num campo comum de pesquisa; e, 2) como trabalho de pesquisa realizado em comum por várias disciplinas.

ou construído, tais como: a fragmentação do solo, elevando o adensamento populacional⁴⁸ e ampliando os problemas de saneamento básico devido à falta de infra-estrutura; o desmatamento das áreas verdes, muitas das quais de preservação permanente, comprometendo encostas e áreas dunares, e contribuindo para a extinção de espécies da fauna silvestre; o aterramento de mangues, reduzindo as possibilidades de manutenção do ecossistema marinho, implicando diretamente na sobrevivência de grupos de pescadores artesanais e seus familiares; poluição de lagoas, rios e, conseqüentemente, do mar, etc. b) a segregação social, decorrente da desigualdade econômica instaurada, evidentemente por um processo mais amplo, de caráter mundial, mas também pela especulação financeira proveniente do mercado turístico pautado em bases exógenas. E, por fim, c) a deterioração da cultura local⁴⁹, solapada por comportamentos culturais globais, de uma sociedade de massa. Muitos estudos empíricos pontuais⁵⁰ foram realizados em Florianópolis com o intuito de analisar e chamar a atenção sobre estes problemas.

Num estudo de caso realizado no balneário dos Ingleses e numa análise do Projeto Costa Norte, de cunho sustentável, MORETTO NETO (1993) demonstra com propriedade que, apesar de não serem implementadas ações significativas por parte do estado ou da sociedade civil para impedir ou estagnar o uso predatório dos recursos naturais, residentes locais, empresariado e governantes reconhecem as ameaças efetivas e potenciais que envolvem o futuro do turismo na região.

Temos, pois, em Florianópolis, a caracterização de dois estilos de viver distintos. Grande parte da região norte da Ilha de Santa Catarina expressa

⁴⁸ Notas sobre o crescimento desordenado e seus problemas em Florianópolis é também matéria freqüente nos meios de comunicação locais. Ver, por exemplo: Gazeta Mercantil/SC de 13/nov./00.

⁴⁹ Elencamos as festas populares e religiosas locais: em dezembro e janeiro (Festas de Natal) ocorrem o Boi-de-Mamão, as Folias e os Temos de Reis. Em fevereiro temos a festa de Nossa Senhora dos Navegantes e demais santos padroeiros do mar; além do Carnaval. Em fevereiro/março e abril (festas de Páscoa) ocorre a Procissão de Nosso Senhor dos Passos; as correrias e a brincadeira de boi (conhecida como a Farra do Boi); e a Malhação do Judas. Em maio/junho (festa do Divino) ocorre a cerimônia religiosa de Corpus Christi; e a festa da tainha. Ainda em junho acontecem as festas de São João, São Pedro e Santo Antônio, nestas festividades costuma-se dançar: a dança do Pau-de-Fita, também conhecida como Jardineira ou Dança dos Arcos e Flores, tem ainda a Ratoeira e o Capote, esta última extinta. Em outubro/novembro é o período dos Corações e Pão-por-Deus (CECCA, 1997a). Para um complemento maior sobre "a cidade revelada nas festas" ver também: FANTIN (2000).

⁵⁰ Ver: FERREIRA (1992), LINS (1993), MORETTO NETO (1993), OURIQUES (1998), etc.

estilos de vida típicos de regiões litorâneas consumidas pela atividade turística massiva⁵¹, com toda uma estrutura urbana se desenhando, descompassadamente, para atender às necessidades da demanda, confirmando a reprodução mimética de modelos turísticos existentes em outros locais do planeta. Em decorrência do plano urbanístico do município ter preferido atender aos anseios de uma classe empresarial e política lá localizada, o lado norte/leste da Ilha de Santa Catarina viu o asfalto e o concreto, bem como a segregação econômica e social, tornarem-se parte do local, descaracterizando práticas tradicionais que se fundaram com a colonização açoriana desde o século XVIII. De maneira distinta, na região sul da Ilha, destaca-se, ainda hoje, a predominância da vida em comunidade⁵², apesar do crescente número de novos residentes no local, inserindo novos estilos de vida e abrindo espaço para a expansão urbana, sem uma definição de seu planejamento. A forma ou o estilo de vida do sul da Ilha denota, ainda, a existência de uma relação harmoniosa do homem com o meio e estimula a conscientização de preservação cultural e ambiental, juntamente com a noção

⁵¹ Apesar de ainda existirem no local (especialmente na praia dos Ingleses e na Barra da Lagoa) comunidades pesqueiras.

⁵² De acordo com o Dicionário do Pensamento Social do Século XX (1996), Comunidade é um dos conceitos mais vagos e evasivos em Ciências Sociais. Tomou-se uma palavra *passpartout*, usada para descrever unidades sociais que variam de aldeias, conjuntos habitacionais e vizinhanças locais até grupos étnicos, nações e organizações internacionais. No mínimo, comunidade geralmente indica um grupo de pessoas dentro de uma área geográfica limitada que interagem dentro de instituições comuns e que possuem um senso comum de interdependência e integração. O que une uma comunidade não é, especificamente sua estrutura, mas um estado de espírito, um sentimento de comunidade. Outra confusão surge da combinação de comunidade como unidade ou coletividade social (clube, aldeia, município) com comunidade como um tipo de relacionamento social (baseado em laços de sentimento ou econômicos). Essa confusão pode remontar a TÖNNIES (1887), o qual cita o conceito original de *Gemeinschaft*, que representa a comunidade integrada, pré-industrial, em pequena escala, baseada em parentesco, amizade e vizinhança, em que as relações sociais são íntimas, duradouras e multintegradas. Para este autor, a comunidade contrastava com sua contrapartida, a não-comunidade, a *Gesellschaft* ("associação") – simbolizando os laços impessoais, anônimos, contratuais e amorais característicos da sociedade industrial moderna. Também Florestan FERNANDES (1973) traz em sua obra *Comunidade e Sociedade* um conjunto de definições do que se entende por comunidade na Teoria Social, vejamos: para L. Wirth, significa uma base territorial, distribuição de homens, instituições e atividades, no espaço; uma vida em conjunto fundada no parentesco e interdependência econômica, e uma vida econômica baseada em mútua correspondência de interesses. Toda comunidade tem sempre dois aspectos, o de viver-se juntos, e o de participar-se de uma vida em comum, demonstrando assim, seu caráter inclusivo. Nas comunidades humanas, entretanto, não só lidamos com espaço e relações de subsistência, como também encontramos essas relações elementares complicadas pelos fatores econômicos, políticos e culturais (p.82-91). Para R.M.Maciver e C.H.Page, comunidade é o termo que aplicamos onde quer que os membros de qualquer grupo, pequeno ou grande, vivam juntos e de modo tal que partilhem, não deste ou daquele interesse, mas das condições básicas de uma vida em comum. A comunidade é, pois, uma área de vida social assinalada por certo grau de coesão social (p.122). Por fim, para J.H.Fischer, comunidade é um grupo territorial de indivíduos com relações recíprocas, que se

de autonomia local, fruto da participação de uma vida comum, na preservação ou contenção de problemas globais.

Em oposição ao cenário instaurado pelo turismo de massa, estimulando a dependência cultural, a desigualdade social e a degradação ambiental, amparado no modelo econômico vigente, a proposição de avanço do campo de estudos comparativos sobre o desenvolvimento constitui a abordagem central da proposta de ecodesenvolvimento, que, por sua vez, propõe um critério de racionalidade social diferente da lógica mercantil, fundado no longo prazo e na prospecção de novas modalidades de crescimento, transformando os elementos do meio ambiental e sociocultural em recursos úteis; rejeitando, assim, os tradicionais métodos de custo-benefício (SACHS, 1986a).

Neste sentido, alguns projetos⁵³ de cunho alternativo, cujo objetivo é pensar um desenvolvimento turístico sustentável, estão sendo pensados junto à comunidade local, tentando fugir aos modelos massivo e "padrão internacional" do norte da Ilha de Santa Catarina. Este trabalho pretende prender-se na análise científica destas novas configurações de turismo sustentável para a região sul da Ilha de Santa Catarina, como forma de contribuir prática e cientificamente para com o desenvolvimento local.

1.2.3 – Novas proposições para um turismo sustentável: o caso do Projeto Ambiente Sul

Extraímos como amostra para análise teórico-científica de uma proposta de turismo sustentável o Projeto Ambiente Sul, por representar a região Sul da Ilha de Santa Catarina, sendo que esta região possui características específicas marcantes, guardando ainda alguns traços de sua colonização açoriana, além de não congrega no local nenhum grande empreendimento turístico e nem mesmo registrar características expressivas de um turismo

servem de meios comuns para lograr fins comuns. É, pois, apenas um setor organizado da sociedade total (p.154).

⁵³ São eles: Projeto Ambiente Sul; e PRESTO (Programa Regional de Serviço Turístico Organizado) – Ribeirão da Ilha.

massivo. Embora existam pequenos hotéis, pousadas⁵⁴ e casas destinadas para o veraneio ou para aluguel, o que ocorre, com maior intensidade no local, é o turismo de um dia, ou seja, existe um fluxo de pessoas que vão às praias da região e retornam no mesmo dia. Este projeto, elaborado com o apoio da ACIF (Associação Comercial e Industrial de Florianópolis), propôs traçar um Plano de Referência para um Turismo Sustentável no Sul da Ilha de Santa Catarina, cujas mobilizações organizacionais datam de 1999.

O ponto de partida deste projeto centra-se na necessidade em adotar novos parâmetros de atuação, individual ou coletiva, que levem ao desenvolvimento de um novo olhar imbuído de sentimento de cidadania e responsabilidade para a aproximação da sustentabilidade. Neste sentido, surge a primeira questão pertinente aos participantes desta proposta: que tipo de dinâmica sócio-ambiental pretende-se construir?

Esta proposta tem a pretensão de contribuir para que o processo de ocupação desta região (Sul) ocorra de maneira diferenciada do restante da Ilha de Santa Catarina. Para tanto, se apoia em diretrizes e conceitos de sustentabilidade, com o objetivo de promover, no Sul da Ilha, um turismo sustentável como gerador de trabalho e renda, seguindo a tese de que "é possível desenvolver sem destruir".

Segundo esta proposta, a agenda 21 local possibilita o desenrolar das discussões sobre sustentabilidade enquanto um processo em construção, onde se compatibiliza uma agenda ambiental e uma social, de acordo com os imperativos de crescimento econômico, igualdade social e equilíbrio ecológico. Neste contexto, o turismo, acompanhado de educação ambiental, é visto como um agente de preservação ambiental. Mas, como transformar o turismo num vetor de desenvolvimento capaz de realizar a passagem de um modo de desenvolvimento para outro, utilizando o potencial existente para melhorar a qualidade de vida da população sem degradar o meio ambiente?

⁵⁴ Conforme dados fornecidos pela Secretaria de Finanças do Município de Florianópolis/Departamento de Tributos (relatório de Fev./2001), alguns bairros localizados na região sul da Ilha: Ribeirão da Ilha, Pântano do Sul, Morro da Pedras e Armação do Pântano do

As discussões deixam claro que, para a construção de um novo modelo de turismo, é necessário o envolvimento dos diversos setores da sociedade, tais como: administração pública, iniciativa privada, instituições civis e comunidades locais. Isto leva à criação de esferas participativas de planejamento e gestão do turismo sustentável, pontuando os limites do ambiente insular e a necessidade de pensar um planejamento integrado.

Articulada neste processo de construção está a população organizada através: da Câmara de turismo sustentável do distrito do Pântano do Sul; do Plano de turismo PRESTO/SEBRAE – SC e do Movimento Verde Mar Vida do Ribeirão da Ilha; do Projeto Guias Mirins da Ilha do Campeche; e do Conselho de moradores do Parque Municipal da Lagoa do Peri.

Este processo tem como objetivo central assegurar a manutenção do patrimônio sócio-ambiental do Sul da Ilha de Santa Catarina, propondo alternativas de desenvolvimento que venham contribuir para a consolidação de uma identidade regional fundamentada na preservação ambiental e cultural. Para isso é preciso, segundo esta proposta:

- elaborar planos de referência plurianual;
- criar uma estrutura de gestão;
- propor um elenco de projetos-piloto;
- criar um sistema de certificação como estímulo;
- contribuir para a implantação efetiva das Unidades de Conservação;
- promover a integração da região;
- estabelecer uma rede de cooperação;
- ampliar o debate com relação às políticas públicas para a região.

Além disso, estão presentes neste contingente de proposições: a dinâmica interdisciplinar; a co-responsabilidade; a redução dos níveis de consumo; a utilização de tecnologias brandas; e a recuperação de áreas degradadas. O fundamental neste processo é se assentar em bases teóricas consistentes que possibilitem orientar no planejamento mais adequado, no método de implantação desta proposta e na forma mais coerente de utilização e gestão

dos recursos necessários ao desenvolvimento, especialmente no que diz respeito ao turismo.

1.3 – Bases teóricas para o desenvolvimento de um turismo sustentável

1.3.1 – O enfoque de ecodesenvolvimento

Foi a partir da Conferência de Estocolmo, em 1972, que se disseminou uma certa "consciência ecológica" pelo planeta. Mas, diante de problemas ambientais de âmbito global, cuja consciência emergiu nos anos 80, as fragilidades aparecem demonstrando a incapacidade de algumas nações e órgãos internacionais no combate à questão (VIEIRA, 1998).

Porém, somente a partir de 1992, com a CNUMAD, realizada no Rio de Janeiro, é que a questão ambiental abre espaço junto à opinião pública, especialmente após a divulgação da Agenda 21, cuja proposta firmada referia-se ao desenvolvimento sustentável como forma de prever e reverter desequilíbrios ambientais propulsores de impactos destrutivos.

É neste contexto mundial que o ecodesenvolvimento⁵⁵ vem se firmando. Segundo BUNGE (1989), o ecodesenvolvimento refere-se a uma construção intelectual ainda incipiente e de alta densidade teórica, associando inovações no plano das teorias empíricas e normativas do desenvolvimento e no plano da criação de tecnologias sociais (apud VIEIRA, 1998).

Para Sachs, a definição de sustentabilidade aparece enquanto um conceito dinâmico que incorpora alguns critérios essenciais: a sustentabilidade social - visando alcançar um patamar razoável de homogeneidade social, uma distribuição de renda justa, emprego pleno e/ou autônomo com melhora na qualidade de vida de grande contingente populacional e igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais; a sustentabilidade econômica - fazendo prevalecer a eficiência na alocação e no manejo dos recursos naturais

⁵⁵ O ecodesenvolvimento é definido por SACHS (1997) como um desenvolvimento endógeno e dependente de suas próprias forças, submetido à lógica das necessidades do conjunto da população, consciente de sua dimensão ecológica e buscando estabelecer uma relação de harmonia entre o homem e a natureza.

proporcionando segurança alimentar, o desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado, e a capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção, seguido de razoável nível de autonomia na pesquisa científica e tecnológica; a sustentabilidade ecológica - implicando na preservação do potencial do capital natureza na sua produção de recursos renováveis, e limitar o uso dos recursos não renováveis; a sustentabilidade ambiental - visando respeitar e realçar a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais; a sustentabilidade geográfica ou territorial - que significa manter um equilíbrio na distribuição espacial dos assentamentos humanos e nas atividades econômicas, propondo configurações urbanas e rurais balanceadas, eliminando, para isso, as inclinações urbanas nas alocações do investimento público, melhoria do ambiente urbano, superação das disparidades inter-regionais, estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguras para áreas ecologicamente frágeis, conservando a biodiversidade; a sustentabilidade cultural - sugere que o processo de modernização tenha raízes endógenas, propondo a mudança concomitante com a continuidade cultural vigente em contextos específicos, ou seja, um equilíbrio entre respeito à tradição e inovação, capacidade de autonomia para a elaboração de um projeto nacional integrado, autoconfiança combinada com abertura para o mundo (SACHS, 1993).

Recentemente, SACHS (2000), introduziu em sua síntese sobre a noção de sustentabilidade mais duas dimensões de significativa importância: a sustentabilidade política (nacional) - requer a democracia definida em termos de apropriação universal dos direitos humanos, o desenvolvimento da capacidade do Estado para implementar o projeto nacional em parceria com todos os empreendedores, e um nível razoável de coesão social; a sustentabilidade política (internacional) - alerta para a necessidade de eficácia do sistema de prevenção de guerras da ONU, na garantia da paz e na promoção da cooperação internacional, um pacote Norte-Sul de co-desenvolvimento baseado no princípio de igualdade (estabelecendo as regras do jogos e propondo compartilhar a responsabilidade de favorecimento do parceiro mais fraco), controle institucional efetivo do sistema internacional financeiro e de negócios, controle institucional efetivo da aplicabilidade do Princípio de Precaução na gestão do meio ambiente e dos recursos naturais,

prevenção das mudanças globais negativas, proteção da diversidade biológica e cultural, a gestão do patrimônio global como herança comum da humanidade, e um sistema efetivo de cooperação científica e tecnológica internacional, além da eliminação parcial do caráter de *commodity* da ciência e tecnologia também propriedade comum da humanidade.

Neste sentido, a essência teórica e normativa do ecodesenvolvimento possibilita trazer sob sua luz a proposição e análise de um turismo sustentável, o qual surge como uma nova e dinâmica possibilidade de desenvolvimento turístico para as populações locais, pois reconhece a importância da comunidade local e de sua cultura, a forma como as pessoas são tratadas e o desejo de maximizar os benefícios econômicos do turismo para esta comunidade, preservando o meio ambiente de forma a não comprometer a capacidade de desenvolvimento das futuras gerações de satisfazerem suas próprias necessidades⁵⁶ (SWARBROOKE, 2000).

Ainda assim é imprescindível para a pesquisa sobre turismo sustentável esclarecer que o enfoque de ecodesenvolvimento considera fundamental uma relação de harmonia homem-homem e homem-natureza, estabelecendo para isso a noção de sustentabilidade enquanto um conceito dinâmico, que leva em conta as necessidades crescentes das populações, num contexto internacional em constante expansão, característico do período de globalização⁵⁷ pelo qual a sociedade mundial vem passando. Conforme argumenta SACHS (1997), o conceito de desenvolvimento sustentável envolve uma nova consciência dos limites do planeta e da fragilidade de seus equilíbrios ecológicos globais; é um enfoque do desenvolvimento sócio-econômico orientado para a satisfação de necessidades básicas e o reconhecimento do papel fundamental da autonomia cultural neste processo.

⁵⁶ Outros autores, talvez com um posicionamento epistemológico diferenciado, mas com a mesma preocupação, demonstram a ascensão do turismo de natureza; ou seja, a relação possível entre turismo, cultura e ambiente. Para isso ver: BRUHNS (1997); SERRANO (1997) e RODRIGUES (1997). Esta última referência diz respeito a uma coletânea que traz uma discussão interessante sobre a relação do turismo com a natureza, as implicações da exploração do turismo em áreas naturais, as reservas particulares do patrimônio natural, o ecoturismo, e a transformação da paisagem litorânea.

⁵⁷ Que segundo SACHS (1997), denota a emergência de problemas globais que afetam todos os habitantes do planeta Terra, independentemente da dimensão social. Mas significa também pensamento global, isto é, enxergar o mundo como um todo.

Em suma, o ecodesenvolvimento, uma proposta teórica de desenvolvimento amparada no viés normativo da ação, oferece sustentação ao estudo de problemáticas socioculturais, ambientais e econômicas, como reflete o turismo em suas várias formas. Este enfoque assinala para o turismo a direção dos processos de mudança, além de oferecer um conjunto de critérios e estratégias para a avaliação da viabilidade e prudência nestas ações, uma vez que se refere a um desenvolvimento de longo prazo.

Uma temática fundamental, no que diz respeito à sustentabilidade do turismo, refere-se à mudança constante dos diversos estilos de vida, sendo que estes explicam as finalidades e o funcionamento da sociedade. Desde os primórdios da existência humana e do convívio social, a mudança como forma de adaptação e integração no grupo social vem ocorrendo em maior ou menor escala. Na modernidade, onde o homem atua num espaço de manobra globalizado, os novos estilos de vida funcionam enquanto reflexos dinâmicos da sociedade. Isto nos remete à reflexão de que, "nas sociedades complexas e pluralistas, deve-se dar ênfase à diversidade, ou seja, à coexistência de assincronismos." (SACHS, 1986b: 64). Assim, se o homem é um ser plural, conforme ele argumenta, o meio do qual ele faz parte deve estar igualmente adaptado a todas as suas fases de vida e aos mais diversos estilos de viver. Ainda segundo este autor, o próprio termo "mudança de estilo de vida" absorve diversas realidades, por vezes, como resultado da pressão externa do mercado, das técnicas, etc., sobre os atores, que por sua vez não possuem nenhuma forma de controle; e por vezes, pela intervenção individual ou coletiva.

Desta constatação pode emergir o problema de que a configuração dos novos estilos de vida possa representar um processo mimético arraigado e impulsionado pelas forças de um mercado local ou global, que apenas reproduza as mesmas formas de viver que satisfaçam aos jogos do mercado consumidor. Assim, pensar em alternativas de desenvolvimento viável e sustentável exige uma reavaliação constante dos padrões de consumo e dos estilos de vida⁵⁸. Procedimentos deste tipo contribuem para a minimização das

⁵⁸ Em contraposição a este princípio teórico, BOURDIEU salienta que "o gosto é o motor que impulsiona o estilo de vida, que nada mais é que um conjunto unitário de preferências

desigualdades sociais e da degradação ambiental. É essencial, de acordo com a proposta de ecodesenvolvimento, buscar um novo estilo de desenvolvimento que respeite os diversos estilos de vida inseridos em quadros de consumo moderado e consciente, estimulando a formação prudente de novas formas de organização da vida social, bem como o estímulo à participação da sociedade na tomada de decisões sobre seu próprio desenvolvimento.

1.3.2 – A necessidade de reconstrução do modelo turístico local: o auxílio da gestão patrimonial

Consideramos que os impactos sócio-ambientais ocasionados pela disseminação de práticas de atividades turísticas massivas estimulam o debate sobre a necessidade de mudança deste enfoque para outro de âmbito sustentável.

Lembramos, pois, que o exercício de um turismo sustentável pressupõe uma profunda compreensão do que se entende por desenvolvimento sustentável, que conforme a CMMAD (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento) refere-se a "um processo de transformação, no qual a exploração tecnológica e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas." (apud RUSCHMANN, 1997: 109). Para esta autora, estes dois conceitos (desenvolvimento sustentável e turismo sustentável) estão estritamente imbricados na sustentabilidade do meio ambiente, em função de dependerem da preservação da viabilidade⁵⁹ dos recursos ambientais como base.

Ciente de que o meio ambiente constitui a base econômica da atividade turística e de que ele apresenta oportunidades e limitações, deve-se propor

distintas que exprimem mesma intenção expressiva e cuja análise destrói ao recortá-lo em universos separados." (apud ORTIZ, 1994: 83).

⁵⁹ Segundo VIEIRA & WEBER (1997), o conceito de viabilidade advém do universo da pesquisa matemática aplicada à regulação de processos econômicos, e incorporado à problemática dos recursos naturais renováveis, incide no questionamento dos pressupostos teleológicos embutidos nas análises microeconômicas convencionais e nos instrumentos de regulação "otimizada" que estas análises recomendam.

uma nova forma de gerir este patrimônio comum da humanidade. Sendo assim, a Gestão Patrimonial representa que

(...) um novo conceito de participação da sociedade civil em espaços públicos ganha contornos mais nítidos, em função do interesse em se viabilizar o engajamento patrimonial do maior número possível de cidadãos no exercício ativo da solidariedade intergeracional. Refere-se a um padrão de gestão que busca transcender a ideologia do envolvimento 'induzido' das populações em torno de projetos de 'desenvolvimento' concebidos do exterior, com base em objetivos que não constituem necessariamente o resultado de um *démarche* pluralista de negociação de interesses e conflitos entre os atores. (VIEIRA & WEBER, 1997: 36).

Neste contexto, o enfoque patrimonial, apoiando-se na noção de "patrimônio", inspirada pelo "sistemismo" e pelas pesquisas sobre a "comunicação" e a "negociação", reúne conceitos, métodos e procedimentos destinados a guiar intervenções que visam a resolução de problemas complexos de ação envolvidos na gestão da natureza, de forma satisfatória para o homem e para a sociedade (OLLAGNON, 1997). Este enfoque traz consigo a proposição de um modelo de análise, bem como alguns procedimentos que permitem estabelecer uma comunicação entre os atores, investindo no aperfeiçoamento dos sistemas de ação que estes formam.

Em conformidade com esta perspectiva, GODARD (1997a: 261) resgata a idéia de uma "gestão patrimonial negociada de recursos naturais", baseada nos seguintes argumentos: a) a qualidade dos recursos naturais depende do processo de evolução dos meios, e a gestão de alguns deles depende da gestão dos outros; b) a preocupação de legar às gerações futuras um patrimônio natural em processo dinâmico de renovação; c) a solução não está em atribuir à administração o trabalho de gestão, pois a qualidade dos meios depende de comportamentos e de usos cotidianos de um grande número de pessoas e das interdependências entre elas; d) o tipo de gestão exigido pelos problemas ligados à degradação de recursos e dos meios constitui uma gestão patrimonial de "bens comuns" envolvendo uma pluralidade de atores; e) o impulsionador deste tipo de gestão está na organização de um processo de negociação entre os atores envolvidos; f) através da adoção de um quadro de referência e de um procedimento de negociação, pela mobilização de conhecimentos sobre os meios, pela elaboração de previsões e simulações de

evoluções possíveis, pela implementação de abordagens multicritério – este processo reorganiza e racionaliza as formas tradicionais de gestão; e, g) os meios que asseguram a gestão e o controle são: regulamentos, instrumentos financeiros, incitações contratuais, meios de informação, etc., desde que se promova a associação das partes envolvidas.

A abordagem da gestão patrimonial destaca ainda, segundo GODARD (1997a: 262), a idéia de atores autônomos e responsáveis, cuja identidade e capacidade de adaptação resultam da gestão refletida de relações patrimoniais estabelecidas com os recursos naturais e com o *habitat*. Destaca, também, a relação de negociação explícita entre os atores, da perspectiva de uma gestão comum, sem, contudo, eliminar o papel das administrações estatais na instalação e no desenvolvimento das negociações.

Mas, conforme enfatizam DE MONTGOLFIER & NATALI (1997: 363), alguns elementos do patrimônio são geridos por um decisor único (indivíduo ou instituição), enquanto outros são regidos em regime de bem comum, por vários atores, onde cada um exerce, por meio de decisões e ações, uma influência determinada (positiva ou negativa). Assim, o desafio posto refere-se à necessidade de construção de novos modos de gestão que congreguem em sua base e por meio de técnicas modernas o estabelecimento da dimensão do longo prazo e a integração efetiva de todos os atores sociais envolvidos no processo de gestão do patrimônio. Deste modo, uma alternativa para responder ao desafio de construir estes novos modos de gestão diz respeito aos instrumentos de análise que possam refletir o diagnóstico dos problemas colocados pela gestão deficiente de um dado recurso natural e o prognóstico da evolução desta situação, avaliando estratégias de resolução do dado problema, que podem ocorrer por meio de negociação.

No que tange à promoção de uma gestão sustentável do turismo, a gestão patrimonial poderia cumprir um papel fundamental, primeiro na viabilização de estratégias de gestão sustentável, através de estudos sobre os modos de apropriação e de gestão dos recursos naturais; somando-se a isso a constatação dos padrões de uso destes recursos, associado ao papel dos atores sociais envolvidos (direta ou indiretamente) e de suas representações

sociais em relação ao turismo. E, por fim, a elaboração conjunta de estratégias alternativas de ação, que dizem respeito aos usos e acessos destes atores aos recursos turísticos, a serem negociados entre os diversos atores envolvidos.

Sinteticamente, este modelo de gestão torna possível mapear os atores sociais envolvidos no processo, os diversos interesses destes atores, seus usos e seus acessos à paisagem, à cultura e à história local; bem como a potencial conflitualidade de seus interesses diversificados, incorrendo na necessidade de uma dinâmica refletida sobre a tomada de decisões.

1.4 – Questões norteadoras da pesquisa

Ao realizarmos a primeira etapa desta pesquisa⁶⁰, ou seja, o mapeamento e a sintetização dos estudos científicos existentes sobre os impactos causados pelo turismo massivo na Ilha, tivemos a intenção de buscar responder várias questões: 1) quais os impactos mais freqüentes causados pelo turismo massivo na Ilha de Santa Catarina? 2) Como se posicionam cientificamente os especialistas sobre este assunto? 3) Quais as propostas de confrontação que estes especialistas apresentam? 4) Existe uma certa homogeneidade na opinião e verificação científica destes especialistas em relação aos impactos turísticos nas diversas praias da Ilha? 4.1) Se a resposta for negativa, então, que diferenças são sentidas?

Na realização da segunda etapa desta pesquisa⁶¹, ou seja, quando pretendemos verificar o que estava sendo feito na linha do turismo sustentável, nos perguntamos: 1) afinal, as novas propostas de turismo sustentável que vêm se delineando no cenário local, manifestam uma mudança paradigmática, a curto prazo? 2) Estas novas propostas de turismo sustentável, na Ilha de Santa Catarina, seguem na direção dos critérios de sustentabilidade, embutidos no ecodesenvolvimento? 2.1) Caso contrário, que tipo de alternativa poderia ser pensada? 3) Como está ocorrendo o comprometimento dos vários

⁶⁰ Onde destacamos as questões descritivas.

⁶¹ Onde destacamos as questões analíticas.

atores sociais envolvidos, em implantar efetivamente um modelo sustentável de gestão do turismo na Ilha?

II – Hipóteses

Na tentativa de resposta a estas questões que norteiam a pesquisa, destacamos algumas hipóteses à serem confirmadas ou refutadas: 1) testamos, se em cenários onde o turismo massivo causou um grande contingente de impactos negativos ao meio ambiental, cultural e social, torna-se inviável a possibilidade de mudança, a curto prazo, para uma nova proposta de turismo sustentável. Para isso devemos levar em conta o peso que o crescimento econômico desempenha neste local, e a deterioração do quadro tradicional que existia anteriormente. 2) Pretendemos testar se, na Ilha de Santa Catarina, as propostas de turismo sustentável integram completamente as diversas dimensões e proposições do desenvolvimento em termos sustentáveis. Seguindo, para isso, a delimitação de sustentabilidade assinalada pelo ecodesenvolvimento. 3) Se a gestão patrimonial representa uma alternativa coerente para a gestão do turismo sustentável, proponente, ao lado do ecodesenvolvimento, de uma teoria voltada para a ação, ao sugerir a negociação em relação a apropriação dos recursos naturais e a tomada de decisões por parte dos atores sociais envolvidos.

III – Objetivos da pesquisa

Objetivo Geral

Destacamos como objetivo geral desta pesquisa, analisar de forma crítica e comparativa, as alternativas de desenvolvimento de um modelo turístico sustentável na Ilha de Santa Catarina sob a luz do enfoque de ecodesenvolvimento.

Objetivos Específicos

Para precisar com exatidão nossa pesquisa, destacamos dentre os objetivos específicos, dois **objetivos descritivos** que servirão como base

empírica à averiguação dos demais objetivos, sejam eles, analíticos e/ou normativos: 1) mapear e sintetizar os estudos empíricos pontuais existentes em relação aos impactos do turismo massivo na Ilha de Santa Catarina; e 2) mapear e sintetizar os projetos de desenvolvimento de um turismo sustentável na Ilha de Santa Catarina.

Em relação aos **objetivos analíticos**, pretendemos 1) analisar criticamente os projetos de desenvolvimento turístico sustentável que vêm se delineando, na Ilha, à luz do enfoque de ecodesenvolvimento; e 2) identificar possíveis conflitos gerados pela proposição de mudança do enfoque turístico tradicional (massivo) para outro de caráter sustentável, sob a luz da gestão patrimonial.

IV – JUSTIFICATIVA

O que levou a olhar cientificamente para o desenvolvimento turístico na Ilha de Santa Catarina?

A principal inquietação que se transpõe pauta-se sob a égide de um turismo sustentável como vetor de desenvolvimento local. Contudo, para isso, faz-se necessário o reconhecimento da potencialidade econômica dos ecossistemas litorâneos envolvidos, tornando-os atrativos para a criação de alternativas social e ecologicamente sustentáveis. Isto envolve, de acordo com VIEIRA, RAUD & MORAES (1998), uma instância privilegiada de reflexão e ação política ainda pouco explorada na literatura técnica sobre o ecodesenvolvimento. Entretanto, este processo de desenvolvimento deve estar articulado ao princípio de equilíbrio, equidade e preservação proposto pelo ecodesenvolvimento para não incorrer num enfoque mimético de "maldesenvolvimento", pois grande parte das pressões destrutivas sobre o meio ambiente biofísico estão articuladas a um processo de exclusão econômica e social crescente de uma significativa parcela da população, no quadro de um modelo copiado de países industrializados. Assim sendo, não é difícil perceber o reflexo deste enfoque destrutivo na Ilha de Santa Catarina, cuja criação de uma vasta infra-estrutura de incitação ao turismo massivo tem

estimulado um processo de urbanização caótica e de degradação dos ecossistemas costeiros.

A partir do problema posto, de grandes proporções, e de uma vasta bibliografia e estudos de caso caracterizando os impactos negativos do turismo de massa que tomou conta de parte significativa da Ilha de Santa Catarina, tornou-se instigante analisar o conteúdo das propostas de desenvolvimento turístico sustentável para a Ilha, que entre outras proposições, enfocam o turismo como fio condutor para o desenvolvimento. Teoricamente, esta proposta de pesquisa científica possui um cunho inovador, pois traz para análise, à luz do ecodesenvolvimento, as alternativas de desenvolvimento turístico sustentável, o qual vêm se delineando entre vários segmentos sociais locais, além da proposição normativa de contribuir ativamente para a construção deste processo. A problemática "turismo" na Ilha de Santa Catarina é contemplada por um enorme e rico conjunto bibliográfico, alguns já mencionados, mas que oferece, na maioria dos casos, enfoques pontuais de pesquisas científicas em comunidades específicas. Neste estudo, tem-se a intenção de resgatar esta bibliografia e utilizá-la como base de discussão, comparação e análise que conduzam às possibilidades viáveis de implantação de novas propostas que se apoiem na sustentabilidade do turismo e não incorram no erro de um desenvolvimento mimético e nocivo.

Esta pesquisa não pretende encerrar o debate sobre o desenvolvimento de um modelo turístico sustentável para a Ilha de Santa Catarina, pelo contrário, pretende ampliar o debate, resgatando conceitos, definições, estudos de caso, proposições e opiniões com a intenção de se fazer útil na caminhada por um desenvolvimento saudável à sociedade, à economia, à cultura e ao meio ambiente local. Assim, propomos testar a possibilidade de visualizar estratégias de desenvolvimento de um turismo sustentável na Ilha; e avaliar as condições de viabilidade dessas estratégias sustentáveis, no contexto atual.

V – APORTE METODOLÓGICO

Coleta e análise dos dados

Esta pesquisa científica, inserida numa perspectiva voltada ao meio ambiente e desenvolvimento, pretende incluir a problemática "turismo" como objeto de análise no campo da sociologia ambiental na busca de novas ações, com base na abordagem ecodesenvolvimentista.

Para tornar visível a forma como esta pesquisa se desenvolveu, cabe primeiro ressaltar que este trabalho teve o amparo de uma detalhada pesquisa qualitativa através de material bibliográfico, estatístico e documental como subsídio para a incursão a campo, que ocorreu de forma exploratória⁶², e conseqüente demonstração do resultado obtido. Foram utilizados os acervos bibliográficos das Universidades públicas e privadas locais, bem com a consulta via Internet, de novas produções científicas, congressos, seminários, workshop, etc, sobre turismo, desenvolvimento e meio ambiente; além dos dados estatísticos disponíveis nos órgãos oficiais de turismo e instituições (SANTUR, IPUF, Secretaria de Finanças Municipal de Florianópolis, SEBRAE, etc.); e por fim, informações documentais (Atas e Relatórios de reuniões, convites para seminários e reuniões, Planos de desenvolvimento, Estudos Ambientais, etc.) necessárias na comprovação dos dados. Consideramos parte do acervo de dados documentais, os estudos de caso utilizados como amostragem desse amplo e dinâmico processo de impactos, sejam eles: sociais, econômicos, culturais ou ambientais, causados pela prática da atividade turística na Ilha de Santa Catarina.

Ao mapearmos os estudos de caso sobre o desenvolvimento do turismo na Ilha de Santa Catarina, percebemos que aqueles cujo objetivo era demonstrar os impactos desta atividade detinham-se na região Norte/Leste da Ilha. Dentre eles, extraímos quatro que parecem representar significativamente a problemática dos impactos: 1º) Francisco A. C. FERREIRA (1992), *Turismo e desenvolvimento urbano: avaliação do impacto sócio-ambiental da atividade turística na Ilha de Santa Catarina – estudo de caso do projeto Jurerê*

⁶² Uma vez que os objetivos desta pesquisa sugeriam uma análise essencialmente teórica.

Internacional; 2º) Hoyêdo Nunes LINS (1993), *Herança açoriana e turismo na Ilha de Santa Catarina*; 3º) Luís MORETTO NETO (1993), *A atividade turística e o desenvolvimento sustentado – estudo de caso: o Balneário dos Ingleses e o Projeto Costa Norte – Ilha de Santa Catarina, no período de 1960-1990*; e 4º) Helton R. OURIQUES (1998), *Turismo em Florianópolis: uma crítica à indústria pós-moderna*. Estes estudos de caso congregam relevantes dados sobre os impactos do turismo na Ilha, além de enfocarem aspectos variados que pertencem a esta problemática possibilitando-nos discorrer sobre aspectos sócio-ambientais, culturais, urbanísticos, econômicos, espaciais e temporais, além de oferecerem material para a discussão sobre a relevância ou a crítica à sustentabilidade do turismo.

A primeira etapa desta pesquisa refere-se ao mapeamento, sistematização e avaliação dos dados oferecidos pelos estudos de caso já realizados sobre a problemática: impactos do turismo em Florianópolis. A intenção, ao término deste trabalho de análise, foi juntar os dados fornecidos por estes estudos de caso, preservando suas especificidades, e trazer a tona uma problemática generalizada da região Norte/Leste da Ilha, para confrontação, tendo em vista a base de conhecimentos já acumulados sobre os impactos causados pelo turismo naquela região.

A etapa seguinte da pesquisa correspondeu ao mapeamento e à sistematização das novas propostas de desenvolvimento turístico sustentável na Ilha de Santa Catarina, que vêm ocorrendo na região Sul da mesma. Nesta etapa a proposta: *Projeto Ambiente Sul: plano de referência para um turismo sustentável no sul da Ilha de Santa Catarina* foi tomada como amostra por representar um projeto amplo que abrange toda a região Sul da Ilha: Parte 1 - Pântano do Sul, Armação, Parque Municipal da Lagoinha do Leste, Praia do Matadeiro, Balneário dos Açores, Costa de Dentro e Costa de Cima, Praia da Solidão, Saquinho, Ilha do Campeche, Ilhas Três Irmãs, Ilhas dos Moleques do Sul, Área de preservação ambiental da Baleia Franca. Parte 2 - Ribeirão da Ilha: Alto Ribeirão, Freguesia Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão, Costeira do Ribeirão e orla Sul, Naufragados. Parte 3 – Parque Municipal da Lagoa do Peri. Além da análise teórica deste projeto, ocorreu a incursão exploratória à campo na tentativa de verificar como estava se processando na prática esta iniciativa

"sustentável" junto à sociedade local. Isto é, como estava ocorrendo a interação entre os diversos atores sociais que estão direta ou indiretamente envolvidos neste projeto (ONGs, grupos empresariais e políticos, pequenos empreendedores, associações de moradores, entre outros).

Neste contexto, a observação representa um valioso instrumento de pesquisa para o sociólogo, mas é necessário que este esteja acompanhado de técnicas melhor definidas para oferecer maior precisão ao trabalho científico. Assim, foi utilizada a técnica de entrevistas abertas individuais⁶³, em função desta técnica oferecer ao entrevistado maior liberdade de resposta, isto é, possuir um grau de flexibilidade maior e, portanto, mesmo seguindo um roteiro de perguntas, pode adequar-se mais facilmente aos anseios e às perspectivas do momento da entrevista. Foram realizadas duas entrevistas individuais, 1ª) com uma das autoras do Projeto Ambiente Sul, colaboradora do Núcleo de Meio Ambiente da ACIF, Diretora da ONG Klimata, membro da Associação de moradores do Distrito do Pântano do Sul, participante do Movimento Pró Qualidade de Vida do mesmo bairro e residente do local à vinte anos. 2ª) com a Presidente da ONG Movimento Verde Mar Vida do Ribeirão da Ilha e participante dos Conselhos de moradores das localidades que compõem o Distrito do Ribeirão. Estas duas pessoas entrevistadas (individualmente) representam os dois pilares territoriais de abrangência do Projeto Ambiente Sul (uma representa a região do Pântano do Sul e a outra a região da Ribeirão da Ilha). Num momento final de incursão à campo, foi possível realizar uma terceira entrevista (conjunta) com os quatro autores do Projeto Ambiente Sul, possibilitando a todos os participantes um diálogo reafirmando seus posicionamentos quanto a elaboração e a implantação do projeto, fase esta que vem sendo executada atualmente.

Finalizando a coleta de dados empíricos e documentais das etapas anteriores, entramos, então, na última etapa desta pesquisa, a análise destes mesmos dados em confluência com a proposta teórica de desenvolvimento sustentável do ecodesenvolvimento, respaldado pelo enfoque patrimonial de

⁶³ De acordo com SELTZ et alii (1974), a entrevista atribui um grande peso à descrição verbal para a obtenção de informações. Mas existem motivos para suspeitarmos deste tipo de descrição, sempre que esta descrição ocorrer em circunstâncias que nos levem a supor que a

gestão, na tentativa de visualizar estratégias alternativas de desenvolvimento de um turismo sustentável na Ilha de Santa Catarina.

motivação da pessoa ou as pressões a que está exposta são de tal ordem que impedem uma descrição sincera ou mais atenciosa.

SEGUNDO CAPÍTULO

2.1 – Um panorama das produções científicas sobre o turismo massivo na Ilha de Santa Catarina

Respaldados por uma ampla base teórica que descreve e analisa os impactos do turismo no mundo, mostraremos que este fenômeno também encontra espaço de atuação em Florianópolis. Devido ao significativo número de pesquisas científicas realizadas nas diversas comunidades, balneários e distritos de Florianópolis, seguindo em sua maioria o procedimento metodológico de estudo de caso, sobre a problemática turismo, sentimos a necessidade de mapeá-las com o intuito de ilustrar as características impactantes decorrentes desta atividade, aferindo, assim, a necessidade de um redirecionamento no desenvolvimento turístico. Desejamos também resgatar, para uma discussão interdisciplinar, alguns desses estudos científicos que congregam ricas e precisas informações, além de análises críticas, não somente sobre este processo, mas também sobre as especificidades do local em questão.

A produção científica local, envolvida com a temática "turismo", em grande parte, registra a emergência de uma reflexão acerca da evolutiva caracterização de impactos socioculturais, econômicos, mas principalmente, ambientais e espaciais, desencadeados ou estimulados pela dinâmica desta atividade, o que, por sua vez, exige novas formas de pensar, planejar, implementar e gerir o turismo.

Este trabalho de pesquisa configura uma incursão exploratória na questão dos impactos sentidos e/ou provocados pela atividade turística, oferecendo um panorama das produções científicas que enfatizam e enriquecem a discussão sobre a problemática do turismo massivo em Florianópolis e seus impactos, sejam eles positivos ou negativos, bem como alguns caminhos possíveis de desenvolvimento turístico, sentidos pelos pesquisadores abordados. O intuito é resgatar todo este esforço de pesquisa, junto ao meio acadêmico, especialmente no decorrer da década de 1990, quando se intensificou a demanda por espaços turísticos em Florianópolis, tendo como consequência a

caracterização de um turismo massivo e de baixa qualidade. Isto inclui trabalhos de pesquisa, estudos de caso, etc., desenvolvidos junto às Universidades: UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina); UNIVALI (Universidade do Vale do Itajaí); ASSESC (Escola Superior de Turismo de Santa Catarina); PUC/SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo); UnB (Universidade de Brasília); Université de Paris I; USP (Universidade de São Paulo); UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul); e UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas/SP).

Este mapeamento sintetiza um conjunto de diagnósticos, bem como alguns prognósticos sobre o tema em discussão, além de chamar a atenção sobre a relevância desta temática para a sociedade local e global. Na realidade, poucas destas pesquisas científicas abordam o problema específico dos impactos turísticos, mas todas elas apontam para a necessidade de abordar, mesmo que superficial ou indiretamente, a questão do desenvolvimento turístico na Ilha.

Este levantamento preliminar das produções científicas foi construído com base numa seleção prévia de dissertações de mestrado e teses de doutorado que viram no turismo e/ou no desenvolvimento local uma questão a ser explorada cientificamente. Por outro lado, este trabalho se furta a responsabilidade de citar, relatar e analisar trabalhos de pesquisa que enveredam pela linha meramente descritiva [reconhecemos a relevância histórico-informativa deste tipo de pesquisa] por não possuir o teor analítico necessário para responder aos objetivos de nossa discussão.

As contribuições cedidas por estes trabalhos foram ordenadas de acordo com o tipo de impacto caracterizado pela obra. Assim, estaremos enfatizando o problema em sua essência. Devemos deixar claro que não pretendemos analisar cada uma das produções científicas que serão apresentadas a seguir, pois para esse fim extraímos dentre elas uma amostra de quatro estudos. Nosso objetivo aqui é apenas mostrar o que está sendo discutido sobre o assunto, através de uma sucinta apresentação dos trabalhos, como forma de reafirmar a importância da problemática turística/urbana em Florianópolis e das transformações dela decorrentes.

2.1.1 A questão espacial e sócio-ambiental inserida no uso e ocupação do local

Inserida principalmente numa dimensão de análise espacial/territorial, mas também, ecológica/ambiental, a dissertação de mestrado em Geografia da UFSC, desenvolvida por Gladis Lúcia Maddalozzo GRANEMONN (1999), sob o título de "Sustentabilidade turística: estudo da capacidade de carga de áreas turísticas – estudo de caso do Porto da Barra – Ilha de SC", aponta para a relação entre turismo e meio ambiente, cuja preservação e sustentabilidade depende da utilização de metodologias próprias que determinam a capacidade de carga da área turística explorada, tomando como objeto de demonstração o projeto "Porto da Barra", na Barra da Lagoa.

Em Agripa Faria ALEXANDRE (1999), dissertação de mestrado em Sociologia Política da UFSC, a pertinência do trabalho pauta-se sob a "Gestão de conflitos sócio-ambientais no litoral Sul do Brasil: estudo de representações sociais dos riscos envolvidos no projeto de construção do Porto da Barra, no período de 1995 a 1999". Segundo este autor, os resultados da análise e a persistência do conflito revelam que os pontos de vista, em especial dos ambientalistas e do Ministério Público Federal – maiores contestadores do empreendimento – não têm favorecido a busca de soluções criativas e negociadas que venham a deslegitimar a idéia do projeto e a valorizar uma opção de gestão democrática e participativa dos recursos naturais da área. Segundo este autor, o crescimento econômico, baseado no turismo, não basta para confrontar os dilemas impostos pela precária distribuição dos benefícios materiais do desenvolvimento entre as populações pobres, fato este que não tem sido ressaltado nas demandas contrárias ao projeto de construção do porto de lazer.

Ainda enfatizando as dimensões espacial/territorial, mas atribuindo maior destaque à dimensão social, Ayrton Portilho BUENO (1996), em sua dissertação de mestrado em Planejamento Urbano na UnB, com o título "Estudos sintáticos em assentamentos costeiros na Ilha de SC: integração e segregação em balneários turísticos" investiga algumas formas de expansão

urbana na Ilha de Santa Catarina, tentando entender os potenciais de apropriação social dos lugares (abertos) de uso coletivo nos assentamentos costeiros. Analisa a organização físico-espacial dos tecidos urbanos, estabelecendo correspondência com diferentes tipos de utilização do espaço urbano por diferentes grupos sociais. Avalia como o turismo tem alterado os modos de apropriação social dos lugares públicos nos assentamentos pioneiros, sob o prisma do binômio integração e segregação. Constata, enfim, o caráter segregador das novas intervenções que tendem a negar o potencial do espaço (aberto) público como base fundamental para o estabelecimento de uma urbanidade enriquecedora para os diversos atores sociais da cena urbana promovida pelo turismo.

Na mesma linha de reflexão segue Cristina Silveira Ulysea SANTOS (1993), cuja dissertação de mestrado em Geografia na UFSC privilegia a análise do "Planejamento turístico e seus reflexos no processo de urbanização nas praias de Canasvieiras e Jurerê Internacional". Segundo a autora, "o estudo procurou entender os conceitos e a estrutura formal relativa ao planejamento turístico e à compreensão da dinâmica do contexto das estratégias e contradições inerentes ao processo de urbanização capitalista" (p.1). Identifica as falhas endógenas e exógenas ao planejamento e suas relações com as leis gerais da produção urbana tradicional, bases para o entendimento do papel do planejamento específico, voltado para uma urbanização que surge em função do turismo de veraneio. Para ela, a partir de Canasvieiras e Jurerê Internacional pode-se observar com clareza que, dependendo dos agentes que participam do espaço turístico, o papel do estado e do planejamento turístico estabelecido, torna-se mais ou menos relevante o significado e o resultado dos espaços produzidos.

Trazendo uma análise mais ampla sobre a urbanização da Ilha de Santa Catarina, Alina Gonçalves SANTIAGO (1995)⁶⁴, em sua tese de doutorado "Environnement, Tourisme et Aménagement: L'Impératif d'une Conciliation. L'île de SC (Brésil)", da Université de Paris I, desenvolve uma análise dos ecossistemas da Ilha e as formas de ocupação do solo, para somente depois

discutir a questão da urbanização através da pressão turística, o que exige, segundo a autora, abordar e discutir o problema da destruição da paisagem que coloca em xeque um desenvolvimento durável. Seu trabalho de pesquisa traz alguns pontos conclusivos que merecem ser apontados: para ela, o desenvolvimento do turismo na Ilha de Santa Catarina é gerador de numerosas perturbações dos meios ecológicos, socioculturais e econômicos; a ocupação inadequada e desordenada, bem como a não existência de estações de depuração, são os principais fatores indutores da degradação do meio ambiente local, colocando em risco a harmonia das paisagens e do ambiente de vida na Ilha. Destaca também que o meio ambiente natural, físico e biológico da Ilha não é compatível com uma ocupação urbana densa. Aponta que os planos diretores de uso e ocupação do solo não prevêm nem mesmo os serviços urbanos necessários para a demanda. Para a autora, a administração dos meios urbanos e ambientais da Ilha se faz através de ações diluídas, distribuídas entre diversos organismos e em diferentes níveis, e além disso, as políticas de Estado ou da Federação, relativas ao meio ambiente, são subordinadas aos interesses nacionais, ignorando assim os interesses locais [tradução nossa].

A infra-estrutura precária e seu reflexo na atividade turística da Ilha de Santa Catarina é contemplada na monografia: "A falta de infra-estrutura, fator desestimulante do turismo de Florianópolis", de Mauro César Cardoso SILVEIRA (1990), do curso de especialização na Escola Superior de Turismo e Hotelaria de Santa Catarina. O autor retrata o perfil turístico do município de Florianópolis, com destaque para as praias localizadas na região Norte da Ilha, como determinante fundamental para atrair turistas nacionais e internacionais. Saliencia, também, os efeitos negativos do turismo no local e a relação desses efeitos com a questão ambiental em decorrência da falta de infra-estrutura turística.

A dissertação de mestrado do Centro Tecnológico da UFSC de Maria Mercedes Sosa de SOSA (1995) descreve a adequação da habitação de praia para o turista argentino em Florianópolis, tentando determinar os atributos

⁶⁴ Um trabalho preliminar com aspectos resumidos, mas bastante informativos sobre a Lagoa da Conceição pode ser encontrado em: MENEZES, Dalma L. & SANTIAGO, Alina G.

requeridos pelo turista nos apartamentos oferecidos para locação quanto a: localização, ambientes necessários, instalações, equipamentos, etc. Diz a autora que a determinação destes atributos são fundamentais para a definição do tipo de empreendimento destinado a este segmento de mercado, visando um melhor desempenho do espaço construído e possibilitando um retorno maior e mais rápido do capital de quem investe neste setor. [Mesmo a autora não tendo como objetivo analisar os reflexos desta adequação ao ambiente local, seu trabalho evidencia que esta forma de adequação das habitações para um determinado segmento do setor turístico caracteriza um turismo exógeno, em muitos casos, a descaracterização cultural e social do local pelas ações e investimentos da indústria do turismo].

Lucilene Antunes Correia Marques de SÁ (1993) desenvolveu sua dissertação de mestrado no Centro Tecnológico, da UFSC, sobre o "Sistema de informações geográficas para o turismo em Santa Catarina". A autora lembra que o Sistema de Informações Geográficas (SIG) é usado no mundo inteiro para estudos que relacionam informações sobre o espaço físico, com a finalidade de identificar os locais a serem visitados de acordo com suas potencialidades, atrações, acesso e hospedagem [podemos comparar o serviço a um guia de informações sobre viagens turísticas, contendo os dados essenciais para o turista, desde a escolha do local a ser visitado até a mobilidade do turista no mesmo].

2.1.2 – O turismo e a questão política

Os entraves políticos que permeiam o desenvolvimento do turismo local também foram alvo de análise na dissertação de mestrado em Sociologia Política na UFSC, realizada por Sérgio Saturnino JANUÁRIO (1997), o qual discorre sobre as formas de organização, ação e representação de interesses do empresariado vinculado ao turismo em Florianópolis no período de 1979 a 1995. Ele parte de uma comparação das estruturas corporativas e extra-corporativas de organização para indicar e analisar um "formato diferenciado" de organização empresarial. Alerta para as características particulares do

turismo enquanto setor organizacional do desenvolvimento local, identificando a especificidade de algumas formas de organização do empresariado local vinculado ao turismo de Florianópolis e sua interação com o Poder Público, tendo como objeto de análise: 1) Associação Profissional de Hotéis e Similares de Florianópolis; 2) Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Florianópolis; 3) Federação de Hotéis, Restaurantes e Similares de Santa Catarina; 4) Associação Brasileira de Agentes de Viagens – Santa Catarina; e 5) Sindicato das Empresas de Turismo de Santa Catarina. Segundo o autor, estes organismos representativos foram os atores principais dentro do cenário de manobra de interesses específicos, cujo objetivo central era a construção de "esferas de legitimidade de um sistema de dominação baseado no processo de desenvolvimento turístico local." (p. 141).

2.1.3 – Traços culturais locais

Uma das contribuições antropológicas à discussão sobre turismo refere-se à "Marolas antropológicas: identidades em mudança na Praia do Santinho", dissertação de mestrado em Antropologia Social da UFSC, de José Batista MARTINS (1995). O estudo traz reflexões sobre as mudanças que estão se processando na Praia do Santinho em função da crescente urbanização e da implementação do turismo no local. Analisa os mecanismos que esta comunidade utiliza, cotidianamente, para assegurar alguns elementos identitários de sua cultura e para reorganizar-se e reordenar-se frente às mudanças que o processo de desenvolvimento propicia. Um dos reflexos deste processo, e alvo de análise por este autor, é o grupo de jovens/adolescentes (composto por nativos e não nativos) que se autodenomina "Galera", enquanto uma nova formação social inserida num contexto tradicional.

Também da Antropologia Social, emerge um minucioso trabalho sobre a vida em Florianópolis, incluindo nesse entremeio urbano a influência do turismo. Márcia FANTIN (2000), transformou em livro sua tese de doutorado pela USP, intitulada "Cidade Dividida – dilemas e disputas simbólicas em Florianópolis", a qual retrata a imagem de uma cidade dilacerada entre a "angústia do atraso" e a "agonia do progresso". Revela em sua obra o

contraste dos pontos de vista entre os "nativos" e os "de fora", o "manezinho" e o "estrangeiro", também denominados os "do contra" e os "ecochatos", os primeiros, sedentos por um desenvolvimento local sem levar em conta as conseqüências desse processo, e os segundos⁶⁵, por terem vivido este desenvolvimento atabalhado em suas cidades de origem e terem fugido deste caos para um local "mais tranquilo" sugerem reflexões sobre este processo. Além disso, propõe-se a fazer uma incursão pela discussão corrente sobre o Plano Diretor e pelos grandes projetos turísticos, mostrando que o ócio pode ser negócio.

2.1.4 – A dimensão econômica do turismo

Inserida na dimensão econômica que alimenta o turismo, Marcelo D'Ávila da SILVA (2000) apresenta sua contribuição na monografia do curso de especialização em Turismo, Planejamento, Gestão e Marketing, da UNIVALI de Balneário Camboriú, a qual analisa o perfil do turista que visita Florianópolis no período de 1995 a 2000. O autor aborda a demanda de turistas, os lucros obtidos com esta demanda e a preferência e os gostos desses turistas, cujo foco está na natureza do local.

2.1.5 – Pesquisas auxiliares

Os relatos seguintes de pesquisas científicas não estão diretamente relacionadas à problemática "turismo", mas representam uma amostragem de estudos que possibilitam a reflexão sobre o futuro do turismo em Florianópolis.

"Efetividade na gestão do meio ambiente: o caso do município de Florianópolis" é o tema da dissertação de mestrado desenvolvida por Vicente Rosa ALVES (1995), no Centro sócio-econômico, da UFSC. Em seu trabalho de pesquisa, o autor analisou as agências municipais de Meio Ambiente

⁶⁵ Quando a autora cita "os de fora", refere-se a um grupo específico de pessoas (funcionários públicos, profissionais liberais, professores universitários, etc.) que se inseriram na política local com a intenção de colaborar através de suas experiências. Não diz respeito ao

(Concap, IpuF e Susp) no intuito de demonstrar que estas agências não foram capazes de produzir as soluções desejadas pelos moradores locais, apesar de algumas terem obtido bons resultados.

Dalton da SILVA (1989) enfoca em sua dissertação de mestrado, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, da UFSC, os "Esgotos sanitários em Florianópolis". Aborda em seu trabalho de pesquisa o saneamento básico e a questão ecológica, ao considerar os diferentes pontos de vista das diversas camadas que compõem nossa sociedade. E afirma de forma conclusiva que a organização da vida urbana deve ser produto de ações firmes, que promovam iniciativas que busquem cumprir os preceitos sanitários e os elementos essenciais à organização e ao desenvolvimento social e urbano.

"Espaço e memória: o aterro da Baía Sul e o desencontro marítimo de Florianópolis", de Paulo César dos SANTOS (1997), é a temática da dissertação de mestrado em História, da UFSC. A pesquisa analisa as transformações empreendidas no centro urbano de Florianópolis em função da implantação do aterro da baía Sul.

O estudo "Análise Ambiental da Bacia Hidrográfica do Pântano do Sul, município de Florianópolis, SC: o problema do abastecimento de água", de Heloisa Pauli PÔSSAS (1998), dissertação de mestrado em Geografia, da UFSC, traz um levantamento de dados sobre o abastecimento de água na região Sul da Ilha e propõe uma reflexão sobre a utilização e a conservação dos recursos naturais da região.

"Valorização do meio ambiente. Um estudo de caso: o parque do Rio Vermelho, Florianópolis, SC", de Cristina Gerber JOSUÉ (1997), dissertação de mestrado do Centro Tecnológico da UFSC. Nesta pesquisa, a autora constata que a degradação do meio ambiente inibe o desenvolvimento econômico a longo prazo, mas observa uma tendência: a implantação de projetos que levam em consideração a preservação do meio ambiente, como por exemplo, a criação de áreas de proteção ambiental.

Claudia M. Braga RIBEIRO (1992), oferece sua contribuição com a dissertação de mestrado em Geografia, pela UFSC: "Sobre as sobreposições de demarcações territoriais". Ela parte do estudo de casos em que dois ou mais grupos empreendem, através de estratégias distintas, a demarcação de um mesmo espaço, cada um com o intuito de utilização exclusiva. Usando Florianópolis como objeto de análise, concluiu que as sobreposições de demarcações territoriais são vias de mão dupla, trilhadas tanto pelos grupos mal inseridos [dando origem à favelização de encostas de morros e outras áreas, normalmente protegidas por lei], quanto por aqueles que regem os processos de territorialização e inserção política [empresários do ramo imobiliário ou turístico com influência ou representação política].

O debate que vai: "Do urbanismo ao planejamento urbano. Utopia e Ideologia. Caso de Florianópolis, de 1950 a 1990"; é a contribuição de Paulo Marcos Borges RIZZO (1993), na sua dissertação de mestrado em Geografia pela UFSC. Trata de modelos de regulamentação do espaço urbano adotados em Florianópolis através do estudo de dois planos diretores: o primeiro elaborado em 1952, aprovado em 1954; e o segundo elaborado de 1967 a 1971 e aprovado em 1976, e ainda em vigor. Segundo o autor, os modelos expressam um componente ideológico em que as contradições do real são sinônimos de irracionalidade, conferindo-lhes traços utópicos. Em sua análise, ambos os modelos fracassaram e Florianópolis acompanha os debates sobre as críticas aos mesmos e a definição de novos paradigmas como o da participação popular no planejamento urbano.

Carmen Sílvia RIAL (1992), em sua dissertação de mestrado em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, destaca "Mar de dentro: a transformação do espaço social na Lagoa da Conceição". A discussão envolve a questão dos espaços públicos/espaço pessoal e suas transformações na Lagoa da Conceição, perpassando pelos traços culturais da comunidade local, cuja identidade luta em se manter viva.

Nelson Popini VAZ (1990), descreve em sua dissertação de mestrado em Geografia pela UFSC, a questão da "Reorganização da área central de

Florianópolis: o espaço público ritual". Trata do uso do espaço público no centro histórico de Florianópolis. Em seu trabalho, expõe uma periodização econômica sugerida por especialistas e examina seus reflexos. Analisa também, as características da modernização e sua repercussão no centro histórico. E por fim, avalia a natureza e o resultado das intervenções estatais nos espaços públicos.

Uma questão interessante em relação ao surgimento da idéia de uso do litoral é tratada por Hermetes Reis de ARAÚJO (1989), em sua dissertação de mestrado pela PUC de São Paulo, "A invenção do litoral: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República". Trata das questões sociais de Florianópolis no período de 1889 a 1930. Serve como base teórica para se pensar a evolução da urbanização obtida através dos tempos em Florianópolis.

Nesta mesma linha segue o trabalho de Sérgio Luiz FERREIRA (1994), o qual relata em sua dissertação de mestrado em História, pela UFSC, hoje transformada em livro, a relação evolutiva da população local com o mar em: "O banho de mar na Ilha de Santa Catarina". Para o autor, o banho de mar é uma invenção social. Descreve que na década de 20, sentia-se a necessidade de ocupar o tempo livre, de preferência com atividades que colocassem a pessoa em contato com a natureza. Assim, "a praia, antes destinada ao privado e ao despejo de dejetos, tornou-se pública para que as pessoas elegantes pudessem dela usufruir." (FERREIRA, 1994:13). Esta foi, segundo o autor, uma forma de promover a "chegada da civilização" na cidade.

Decisões que influenciam o desenvolvimento local podem ser verificadas na dissertação de mestrado em Sociologia Política pela UFSC, realizada por Edilane BERTELLI (1995), a qual trabalha o tema: "Consensos e dissensos da indústria da construção civil: os rumos da representação política empresarial na Ilha de Santa Catarina". A autora analisa a representação política dos interesses do empresariado da construção civil ao longo dos anos 80, na região da grande Florianópolis, face à dinâmica sócio-econômica e às mudanças na estrutura de representação de classe.

Nazareno José de CAMPOS (1991), resgata em sua dissertação de mestrado em Geografia pela UFSC, a questão das "Terras comunais e pequena produção açoriana na Ilha de Santa Catarina". Para isso, realizou um estudo das terras de uso comum, que existiram na Ilha e no litoral de Santa Catarina, enfocando os modos de produção e a formação social através da categoria de análise geográfica de formação sócio-espacial. Isso, desde sua origem a partir do século XVIII, até o processo da expansão e fortalecimento da relação capitalista de produção a nível nacional, que favoreceu o processo de transformação e mudança que levaram à apropriação privada das áreas de uso comum.

Lizabete CORADINI (1992), aponta para as "Redes de sociabilidade e apropriação do espaço em área central de Florianópolis", em sua dissertação de mestrado pela UFSC.

O espaço local, especialmente, o espaço urbano é tratado na dissertação de mestrado em Administração da UFSC, sob o título: "Gestão do espaço urbano: um estudo de caso das áreas central e continental da cidade de Florianópolis", realizada por Elson Manoel PEREIRA (1992). O trabalho respeita uma ordem cronológica de 1976 a 1990 e mostra como o Estado (através do poder público municipal), ao organizar juridicamente o espaço urbano, garante a continuidade do processo de acumulação do capital privado.

Um aporte cultural sobre a Ilha de Santa Catarina é realizado no trabalho de Maria Cristina Neves CORDOVA (1991), "Terno: o Canto de Reis do Sambaqui", dissertação de mestrado em Antropologia Social pela UFSC, a qual enfoca a música folclórica como parte integrante da cultura local.

Da mesma forma, Maria Bernadete Ramos FLORES (1991) enfatiza a cultura local com "Teatros da vida, cenários da história. A farra do boi e outras festas na Ilha de Santa Catarina" em sua tese de doutorado em História pela PUC de São Paulo. Retrata a importância histórica das festas populares na Ilha.

"As farras do boi no litoral catarinense" também são tema da dissertação de mestrado em Antropologia Social pela UFSC realizada por Eugênio Pascele LACERDA (1994), onde o autor analisa a polêmica nacional sobre a farra do boi e introduz uma descrição da festa, comum em comunidades pesqueiras do litoral catarinense.

Mara LAGO (1983), em sua dissertação de mestrado em Antropologia, realizada na UFSC, "Memória de uma comunidade que se transforma: de localidade agrícola-pesqueira a balneário", demonstra as mudanças locais, mostrando que os moradores viviam, num passado recente, da lavoura e da pesca; além de destacar o forte impacto por eles sofrido com a urbanização, transformando rapidamente o local em balneário. A mesma autora, em sua tese de doutorado em Educação, pela UNICAMP, concluído em 1991 com o título: "Modos de vida e identidade: um estudo sobre sujeitos no processo de transformação social na Ilha de Santa Catarina", aborda a etnologia na Ilha de Santa Catarina, as condições sociais locais, a questão da urbanização, além de destacar as mudanças ocorridas nas comunidades pesqueiras e nas comunidades rurais. Detecta a rápida transformação do trabalho tradicional (artesanal) em mão-de-obra destinada a alimentar a demanda dos balneários.

De forma mais pontual, Simone Matos MACHADO (1990), em sua dissertação de mestrado pela UFSC, "O processo de formalização jurídica – institucional dos Conselhos Comunitários em Florianópolis (1977-1983): um caso de oposição sistemática", analisou o processo de juridização das relações sócio-políticas estabelecidas entre governo e população.

José OLÍMPIO (1995), em sua dissertação de mestrado em Geografia pela UFSC, "Conservação da fauna de mamíferos silvestres da Ilha de Santa Catarina", trata da extinção de espécies, analisada junto com o processo de degradação dos ambientes naturais da Ilha ao longo de sua colonização; analisa a configuração espacial dos processos interferentes na fragmentação dos ambientes naturais da Ilha e aborda os aspectos éticos e culturais da extinção de espécies, discutidos sob a ótica das relações homem/natureza.

Podemos concluir antecipadamente que, antes da implantação de empreendimentos turísticos ou meios urbanos que atendam a estes empreendimentos, seria conveniente avaliar não somente as potencialidades locais para o desenvolvimento de um negócio atraente economicamente, mas também todo o local, considerando as suas especificidades culturais, ambientais, sociais e econômicas, a fim de evitar a gama de impactos negativos que assolam as cidades turísticas. Pois, segundo ASCANIO,

El estudio de los impactos, de los planes, programas y proyectos turísticos sobre el ambiente es fundamental antes de que se tomen decisiones que pueden ser irreversibles. Los estudios de los impactos son multidisciplinarios, ya que se trata de conocer los aspectos positivos y negativos que una decisión relacionada con una inversión para el desarrollo puede tener en el medio natural y social a los fines de tomar las debidas precauciones. (ASCANIO, 1994:325).

Extraímos das investigações científicas acima listadas quatro estudos de caso realizados nos balneários de Florianópolis que recebem o maior fluxo de turistas durante os meses de janeiro e fevereiro, considerado período de temporada de veraneio e férias escolares, por ilustrarem a realidade local em relação ao turismo e aos impactos por ele desencadeados.

2.1.6 – Apresentação prévia das produções científicas: amostra do desenvolvimento turístico massivo na Ilha de Santa Catarina

Destacamos quatro trabalhos de pesquisa centrais na discussão sobre turismo em Florianópolis e por isso utilizados como amostra na parte seguinte deste trabalho. Primeiro destacamos a dissertação de mestrado de Francisco A.C. FERREIRA (1992), realizada na área da Sociologia Política na UFSC, "**Turismo e desenvolvimento urbano: avaliação do impacto sócio-ambiental da atividade turística na Ilha de Santa Catarina**". O autor pretendeu entender as complexas inter-relações entre desenvolvimento urbano-turístico e os impactos sobre o meio ambiente natural e construído. Sugerindo, no término da pesquisa, a elaboração de um projeto de ecodesenvolvimento, que envolva um turismo ecológico.

Em segundo lugar, utilizamos a pesquisa realizada por Luís MORETTO NETO (1993), em sua dissertação de mestrado em Geografia pela UFSC, "**A atividade turística e o desenvolvimento sustentado. Estudo de caso: o balneário de ingleses e o Projeto Costa Norte**". O autor parte inicialmente de uma indagação: "a atividade turística é de fato propulsora do processo de desenvolvimento sustentado?" e conclui que é necessária a construção de uma nova ordem, onde talvez o ecoturismo seja uma alternativa viável. Entretanto, alerta para o problema da transformação político-institucional da desordem em ordem.

Em terceiro lugar destacamos o relatório de pesquisa em Economia, pela UFSC, realizado por Hoyêdo Nunes LINS (1991), "**A sócio-economia do turismo: investigações sobre o crescimento turístico recente em Florianópolis e algumas de suas implicações**". Sendo que utilizamos para análise, por indicação do próprio autor, o artigo: "Herança açoriana e turismo na Ilha de Santa Catarina" publicado na Revista de Ciências Humanas (1993). O autor parte de um estudo de caso sobre as mudanças ocorridas na Barra da Lagoa, desde sua origem, sua caracterização enquanto comunidade agrícola e pesqueira, até a inserção do turismo, traçando assim, alguns aspectos sócio-econômicos locais, além de sugerir um turismo que estimule o desenvolvimento local.

E por fim, destacamos a dissertação de mestrado em Economia da UFSC, realizada por Helton Ricardo OURIQUES (1998), "**Turismo em Florianópolis: uma crítica à 'indústria pós-moderna'**". Resumidamente, antecipamos que o autor apresenta o turismo como uma atividade capitalista qualquer, fundamentada na exploração da força de trabalho, da qual, segundo ele, se extrai a crescente riqueza do setor. Além de fazer alguns apontamentos sobre a inconsistência da teoria do desenvolvimento sustentado.

2.2 – A caracterização do turismo massivo na Ilha de Santa Catarina: análise dos impactos socioculturais, ambientais e econômicos

2.2.1 – O exemplo de Canasvieiras e Jurerê Internacional

A pesquisa realizada por Francisco A.C FERREIRA (1992) detêm-se principalmente sobre a necessidade da avaliação dos impactos sócio-ambientais da atividade turística na Ilha de Santa Catarina. O autor introduz sua dissertação fazendo referência à praia de Jurerê Internacional como um exemplo de "mal desenvolvimento urbano", cujo problema central está no "entendimento das complexas inter-relações entre desenvolvimento urbano-turístico e os impactos sobre o meio ambiente natural e construído." (FERREIRA, 1992: 2).

Na parte inicial da pesquisa, o autor sugere que as oportunidades perdidas pelo turismo no decorrer de seu desenvolvimento poderiam ser aproveitadas por um projeto de turismo sustentável, superando, assim, os efeitos negativos do turismo. E levando-se em conta que, no Brasil, a maior parte dos impactos provenientes do turismo situam-se na faixa litorânea, daí a relevância em analisar os efeitos do processo de desenvolvimento urbano-turístico brasileiro.

Na segunda parte da pesquisa, o autor traz todo um arcabouço teórico sobre a evolução das pesquisas a respeito do tempo livre e do lazer nas Ciências Sociais, apontando para o surgimento do turismo e suas implicações, atingindo assim, a importância econômica e social do mesmo. Mas caracteriza, também, o turismo enquanto um fenômeno multidimensional. Desta forma, o autor salienta que as duas dimensões do turismo que mais se aproximam da sua pesquisa são: o turismo internacional e o turismo enquanto veículo de desenvolvimento local.

Mostra que, no Brasil, a introdução da avaliação de impactos sócio-ambientais ocorre na década de 1980, determinações estas que chocam-se com as limitações dos órgãos de controle ambiental e com a deficitária capacidade técnica destas equipes, sendo que em Santa Catarina não é diferente. Na seqüência, o autor levanta o problema em definir ou caracterizar

os impactos turísticos, por não serem evidentes, por serem diversificados e imbricados entre si. Dificuldade que também podemos sentir em nossa pesquisa: como classificar um impacto como decorrente unicamente da atividade turística, sendo que toda uma relação sócio-econômica global se processa simultaneamente?

Ao referir-se pela primeira vez a Florianópolis, o autor destaca a ausência de estratégias de formulação de políticas sócio-ambientais e constata que as práticas voltadas para o desenvolvimento turístico, por parte da iniciativa privada, são contraditórias, isto é, "ao mesmo tempo que consideram o meio ambiente seu principal atrativo turístico, sua preservação é vista como empecilho ao crescimento econômico." (FERREIRA, 1992:39). Assim sendo, o autor tece críticas ao aparelho de Estado que prioriza características setoriais e oligárquico-clientelistas, e salienta a inexistência de grupos de pressão na sociedade civil. Por isso, argumenta que a planificação do desenvolvimento possibilitaria a reversão de impactos destrutivos, abrindo espaço para a participação na crítica aos modelos setoriais que enfatizam o crescimento econômico excludente.

Para o autor, o grande problema está na procura de renda e emprego em áreas turísticas, o que tem gerado impactos sócio-ambientais negativos, possíveis de serem evitados através de um esforço harmônico entre o processo de desenvolvimento e a gestão das várias dimensões do turismo. Aponta, também, que o papel do Estado está em assumir uma função normativa, difundindo técnicas apropriadas para os assentamentos humanos, embora a reversão deste quadro, segundo ele, envolva: a criação de um sistema de planejamento fundamentado numa autoridade horizontal, o que inclui a participação ativa da população local junto a programas de investigação e desenvolvimento tecnológico.

Na terceira parte da pesquisa, o autor aborda a questão sócio-ambiental do turismo em Florianópolis, destacando os limites e as potencialidades de seu desenvolvimento, cujos aspectos mais expressivos são: a ocupação turística intensiva do litoral; a desestruturação social das comunidades litorâneas; a ausência de políticas públicas dirigidas a coibir as ações e as conseqüências

negativas do turismo convencional; e a ampliação da expectativa de consumo dos recursos sócio-ambientais da Ilha.

Caminhando para a direção do seu estudo de caso, o autor destaca o crescimento da economia do turismo no litoral norte da Ilha de Santa Catarina e aponta uma ampliação não regulada ou um uso inadequado da paisagem. Cita os efeitos da implantação de empreendimentos turísticos "padrão internacional" naquela região, tais como: a valorização fundiária, através da especulação imobiliária e da inserção de investimentos de grupos econômicos regionais e internacionais; a desarticulação do binômio pesca-agricultura tradicional, em função da dinâmica turística; a articulação política deficiente de moradores contrários às intervenções destrutivas no ambiente natural; e as práticas de planificação e gestão do litoral insensíveis à problemática sócio-ambiental.

Para chegar à análise do desenvolvimento e planificação urbano-turística em Florianópolis, FERREIRA parte de uma descrição mais ampla sobre o padrão de desenvolvimento catarinense, caracterizado por pequenas e médias cidades bem distribuídas espacialmente. Para o autor, o modelo urbano catarinense revelou uma invejável performance econômica, mas, ao mesmo tempo, proporcionou a aceleração do volume de impactos destrutivos sobre o meio ambiente e as condições de vida da população.

Neste contexto de desenvolvimento, o autor aponta para o forte potencial natural de Santa Catarina como alavanca para o desenvolvimento do turismo⁶⁶. Florianópolis, por exemplo, na década de 60, consolida-se como núcleo urbano voltado para a administração pública e o comércio. Segundo o autor, a BR-101 é o marco deste período de ocupação e desenvolvimento da Ilha; ocorre simultaneamente maior dinamismo econômico e o surgimento de uma classe média. Consequentemente, os primeiros impactos do turismo no norte da Ilha, conforme o autor, datam da década de 80, como reflexo do crescimento urbano intensivo. No centro urbano, o *boom* imobiliário destruiu o patrimônio histórico-arquitetônico e natural; as comunidades litorâneas sofreram uma rápida transformação do seu *habitat*, com a intensificação das migrações campo-

cidade e com o crescimento vegetativo, dando início ao processo de favelização das áreas periféricas da Ilha e do Continente, sinal claro de agravamento das desigualdades sociais e destruição generalizada dos ecossistemas naturais da região.

Outra evidência diz respeito ao crescimento acelerado da microrregião da Grande Florianópolis, com o processo de instalação de novas indústrias voltadas a atender à dinâmica de impactos através do crescimento industrial especializado no fomento de material de construção, bens e serviços de insumo urbano.

Conforme demonstra FERREIRA (1992), nos anos 70, o setor primário (agricultura e pesca artesanal) perdeu importância; o setor secundário (indústria) cresceu, com destaque para São José; e o setor terciário (comércio e prestação de serviços) desenvolveu-se e Florianópolis consolidou-se como centro administrativo do Estado. Simultaneamente, surge na Ilha, um turismo tradicional de veraneio, caracterizado por uma lenta ocupação do litoral, conhecido como o fenômeno da segunda residência. Nos anos 80, por outro lado, ocorre um crescente fluxo turístico, com a intensificação da ocupação da costa norte da Ilha de Santa Catarina. Com isso tornam-se evidentes as primeiras deficiências, tais como: a falta de infra-estrutura; a quebra do estilo de vida tradicional das comunidades litorâneas, transformando-as em zonas balneárias. Neste período surgem, também, iniciativas econômicas relacionadas à indústria de alta tecnologia, o Pólo Tecnológico. A partir dos anos 90, segundo o autor, surgem, na Ilha, novos atores econômicos, que buscam atrair um turismo internacional. Ocorre, então, a construção de grandes empreendimentos turísticos, e instaura-se uma nova expectativa de exploração da paisagem, cujo objetivo principal era evitar a tendência à massificação e atrair um turista com maior poder aquisitivo. Surgem no norte da Ilha: o Projeto Jurerê Internacional (1980); o empreendimento turístico Praia Brava (1986); o empreendimento turístico Costão do Santinho (1992); e outros como: a Marina da Barra da Lagoa; a Marina da Beira Mar Norte; o Hotel Ponta do Coral; a Marina de Jurerê Internacional.

⁶⁶ Inicialmente, introduziu-se no Estado de Santa Catarina o turismo litorâneo ou de veraneio, com características massivas; somente na década de 80 é que se iniciou a prática,

Nesta parte da pesquisa, o autor faz referência ao Plano Diretor do Município e dos Balneários, no entanto não traz uma discussão mais aprofundada no intuito de situar seu processo de planejamento e/ou implementação, criando uma lacuna de informações, e uma falsa expectativa de análise no leitor. Mesmo assim, a pesquisa segue pontuando que o atual modelo de desenvolvimento obedece a uma lógica multifacetada, diferente da lógica de controle racional.

Em primeiro lugar, o autor destaca o perfil dos ecossistemas naturais e seu potencial, para somente depois apontar para o surgimento de conflitos sócio-ambientais gerados por uma gestão inadequada. O autor chama a atenção, também, para o fato de que a biodiversidade da Ilha não está devidamente dimensionada. Por isso cita e define áreas prioritárias para diagnóstico integrado: Estação Ecológica dos Carijós; Reserva Biológica Marinha do Arvoredo; Reserva Extrativista do Pirajubaé; Reserva da Lagoinha do Leste; Parque Florestal do Rio Vermelho; Parque Municipal da Galheta; Parque da Lagoa do Peri; Área de Proteção Ambiental de Anhatomirim; Áreas de Preservação Permanente; Áreas Tombadas pelo Município. Destaca ainda o ecossistema das baías sul e norte como fonte de recursos naturais em processo de degradação, cujos principais efeitos de contaminação são: eutrofização; perda da transparência da água; consumo de oxigênio; e alteração nas comunidades do fundo. E alerta que inexistente uma política ambiental do município orientada para identificar o potencial de recursos naturais da Ilha, inviabilizando a gestão racional destes recursos e ampliando os conflitos entre turismo e meio ambiente.

Jurerê Internacional serve como exemplo, também, ao referirmo-nos à transição sócio-econômica-cultural da Ilha, pois visualizamos, segundo FERREIRA, o conflito derivado de um processo modernizador, onde atividades tradicionais não se integram às novas atividades. A transição sócio-econômica se realiza às custas da desarticulação das formas tradicionais de produção⁶⁷,

no Estado, do turismo rural, apesar de ser considerado pioneiro nesta atividade.

⁶⁷ Um exemplo clássico para a Ilha de Santa Catarina diz respeito à pesca artesanal.

substituídas pela inovação tecnológica dos processos produtivos⁶⁸. Assim, conforme ilustra o autor, começa a ocorrer um processo gradativo de pauperização das classes mais baixas da população. Por outro lado, o artesanato da renda-de-bilro absorve grande volume de mão-de-obra local, estimulado pelo turismo, mas o ponto de estrangulamento está no padrão atual de comercialização, sendo que a presença de intermediários, impõe um acréscimo de até 300% em relação ao preço inicial do produto.

Conforme podemos perceber através desta pesquisa, é evidente que a dinâmica da atividade turística causa impactos sobre o mercado de trabalho. O autor segue argumentando que "os prejuízos decorrentes do aumento da oferta de hospedagem em hotéis, sob o domínio de capitais externos, comprometem a relação dos benefícios da renda vinda do turismo na economia local." (FERREIRA, 1992: 110), pois os lucros vão para o exterior e os altos salários são para funcionários não residentes no local. Por isso, o autor atenta para o fato de que o desenvolvimento turístico contribui para a desarticulação da produção artesanal das comunidades litorâneas e atende deficitariamente às necessidades de geração de emprego e renda para a população local, além de impor custos ambientais, como a inviabilização da preservação e conservação dos ecossistemas naturais, de ampliar os custos sociais através da queda na qualidade de vida, e os custos econômicos, criando expectativas não concretizadas de arrecadação no município.

Em suas considerações finais, o autor afirma que "os impactos negativos do turismo não podem ser evitados sem que ocorram transformações estruturais no modelo de desenvolvimento que engloba esta atividade." (FERREIRA, 1992: 162). Para ele, isto pressupõe a instauração de um novo estilo de planejamento. Por isso, enfatiza a adoção do enfoque de ecodesenvolvimento no nível da pesquisa aplicada ou orientada para a formulação de políticas públicas. Argumenta, também, que a opção por um turismo ecológico permite considerar a satisfação das necessidades básicas da maioria da população, o uso prudente dos recursos locais, a participação efetiva da população na definição das políticas de turismo, a incorporação das capacidades criativas e das características culturais locais e regionais, a

⁶⁸ O exemplo da indústria pesqueira e turística.

flexibilidade na aplicação de tecnologias por parte dos vários agentes do desenvolvimento, o incentivo à não concentração de capital em grandes empreendimentos, e a busca da ocupação racional do tempo livre durante todo o ano. Outra sugestão se pauta na implementação de novas estratégias a fim de incorporar práticas de monitoramento de estratégias para a internalização do ecodesenvolvimento, e ampliar os espaços de aprendizagem social.

O fato deste autor utilizar para sua análise o enfoque de ecodesenvolvimento faz com que sua base teórica reafirme a nossa proposição de quão necessário é pensar o desenvolvimento do turismo de acordo com as dimensões de sustentabilidade, seja a nível local e/ou global. Seu estudo de caso se baseou em apontar os problemas relacionados à implantação de um empreendimento turístico internacional exclusivamente voltado ao desenvolvimento econômico sem precedentes e órfão de estudos ambientais que determinassem as especificidades do local, desencadeando: a segregação social que distancia residentes empobrecidos de turistas, o uso indevido e a poluição dos recursos naturais, a transformação da paisagem e a falta de planejamento consciente sobre as condições ambientais do local. Por outro lado, não constata-se neste projeto "Jurerê Internacional" um fator normalmente presente em outros empreendimentos turísticos, o uso e a ocupação desordenada do solo. Neste plano foram respeitadas as proposições estabelecidas, o que não significa que não ferem a coerência ecológica e sociocultural da região.

2.2.2 – O Balneário de Ingleses e o Projeto Costa Norte

Assim como o autor da pesquisa anterior sobre Jurerê Internacional, MORETTO NETO (1993), em sua pesquisa sobre o Projeto Costa Norte no Balneário dos Ingleses, parte de uma linha cronológica a partir da década de 70 até atingir a década de 90, mostrando a evolução do processo de desenvolvimento local. Para este autor, esta lógica desenvolvimentista buscava, nos anos 70, através da atividade turística, a máxima obtenção de lucros empresariais; a expansão de parâmetros exponenciais (PIB); o saldo positivo na balança de pagamentos; e o incremento do fluxo turístico e da taxa

de ocupação da capacidade empresarial. No início da década de 80, em função de sua base natural, a Ilha passou a caracterizar-se como destino preferencial no mercado do Cone-Sul – Mercosul.

Embora este autor mencione teoricamente as várias dimensões de sustentabilidade, sua base analítica se pauta na sustentabilidade espacial. Por conseguinte, na descrição que realiza sobre o Projeto Costa Norte e o Balneário dos Ingleses, segue abordando questões, como o saneamento básico e o adensamento do solo. Destaca também que a busca do lucro e de vantagens imediatas induz alterações constantes no Plano Diretor dos Balneários, o qual já fugiu ao seu traçado inicial para atender a interesses específicos, culminando, em última instância, nas ocupações irregulares do solo; ameaçando, assim, a qualidade da vida associada, presente e futura. E por outro lado, esta mesma atividade turística, enquanto alternativa de desenvolvimento econômico, reproduz a lógica do mercado, estimulando a concentração de recursos privados.

A questão norteadora central desta pesquisa tenta desmistificar a retórica ainda presente em parte da ala dominante: a atividade turística é, de fato, propulsora do processo de desenvolvimento sustentado? Esta questão traz também para o debate a ênfase ambiental e a sugestão de buscar novos modelos alternativos de desenvolvimento local.

Na segunda parte de sua pesquisa, MORETTO NETO (1993) registra que, no cenário internacional, a concepção de desenvolvimento está embasada na racionalidade econômica, e que o incentivo à produção e ao consumo amplia a distância entre ricos e pobres, daí a necessidade de repensar o modelo de desenvolvimento econômico. Desta forma, o autor sugere o desenvolvimento sustentado como alternativa aos paradigmas vigentes na economia. Seu argumento ainda destaca uma série de catástrofes sócio-ambientais no mundo, classificando fatores como: o crescimento e a concentração demográfica sem limites; e as desigualdades sociais e econômicas a nível global. O autor visualiza como resposta a este problema, os instrumentos de política ambiental, cuja adoção de políticas de ciência e tecnologia em sintonia com a dimensão ambiental promove um resgate da cultura dos povos, pois estabelece

ampla legislação que normatiza as relações homem-ambiente; realoca os contingentes populacionais no espaço; e estabelece uma relação custo-benefício, seguida de ações múltiplas.

O autor vislumbra, enquanto uma saída viável para o desenvolvimento local, a educação como instrumento fundamental para a base de materialização do desenvolvimento sustentado. E sugere, também, uma análise criteriosa no planejamento e na prática do ecoturismo, que pode vir a ser uma alavanca para a disseminação de um turismo predatório, quando estiver revestido de um caráter mercadológico.

Na terceira parte de sua pesquisa, o autor refere-se especificamente ao seu objeto de estudo: o Projeto Costa Norte. Faz, a princípio, uma apresentação da região situando alguns aspectos referentes à sua: localização territorial, ocupação, espaço, história, características econômicas, etc. Destaca alguns fatores que influenciaram na transformação do local, como: a construção da Ponte Hercílio Luz, o processo de urbanização do núcleo nas décadas de 60/70, a construção da BR – 101 e da Universidade Federal de Santa Catarina, transformando a paisagem local e acarretando os primeiros problemas de infra-estrutura. Além desses fatores, o autor atribui grande importância à junção das dimensões tempo e espaço enquanto indutoras do processo de desenvolvimento e transformação sócio-espacial em Florianópolis e, em especial, no balneário de Ingleses, aliado ao incentivo governamental destinado para circuitos turísticos. Segundo o autor, nesta primeira fase de desenvolvimento turístico local, já é possível sentir que a expansão dos setores mobiliário e imobiliário causaram impactos sócio-espaciais, através da intensa fragmentação do solo e do adensamento do uso do território somado à mobilidade populacional.

Como parte técnica da pesquisa, inserida na metodologia, o autor relata os resultados de uma pesquisa de opinião realizada em 1987, sobre os aspectos benéficos e maléficos do turismo em Florianópolis. Os principais aspectos positivos foram classificados na seguinte ordem de importância: 1º) maior circulação de dinheiro; 2º) projeção nacional e internacional; 3º) criação de novos empregos; 4º) maior intercâmbio cultural; 5º) mais impostos para o

Estado e os municípios; e 6º) desenvolvimento sem poluição. Pode-se, ainda, incluir neste quadro de benefícios do turismo, outros dois aspectos: a ampliação da rede de equipamentos e serviços nas áreas de alimentação e alojamento. Porém, os aspectos negativos desse processo também são citados: 1º) o processo de dolarização informal da economia local, refletindo na elevação dos preços; e 2º) a aquisição de propriedades de pescadores por representantes de grandes grupos econômicos, que possuem uma gama de informações privilegiadas junto ao governo, relegando o nativo (pescador/agricultor tradicional) à condição de trabalhador informal, ou na ocupação de subempregos em funções não qualificadas.

Decorrentes deste processo não planejado de desenvolvimento, visto não só em Florianópolis, mas na grande maioria dos balneários litorâneos, estão alguns impactos do turismo sobre o residente, tais como: os reflexos dos efeitos ambientais derivados do uso intensivo do espaço; a falta de infraestrutura (água, energia, coleta de resíduos, etc.); a poluição das praias, rios e lagoas; a destruição das dunas e mangues, entre outros. Para este autor, "(...) esta desordem espacial é reflexo da inexistência de normas de uso e ocupação do solo, assimilados no modo de produção capitalista e transformados em ganhos privatizados (...). O espaço é fragmentado de maneira radical e irracional." (MORETTO NETO, 1993: 133).

O Projeto Costa Norte, localizado entre os morros dos Canudos e da Cachoeira, ao norte e oeste; o Arroio do Capivari ao sul e o Oceano Atlântico a leste, com uma área de 1.220.000m², isto é, o correspondente a 24% do território dos Ingleses, sem dúvida é, conforme define MORETTO NETO, um elemento diferencial na paisagem. Este empreendimento imobiliário surge da ação de um grupo de profissionais liberais que propunham criar um empreendimento com características sustentáveis, prevendo: preservar o cordão de dunas junto à orla, nas encostas dos morros (Canudos e Cachoeira), e na margem esquerda do Arroio Capivari; implantar e pavimentar amplas vias coletoras e insulares de circulação, um estacionamento coletivo; observar os critérios de ocupação vertical e horizontal; implantar sistemas privados de captação de água potável e de águas servidas; redes de distribuição de energia e outros aspectos relacionados à paisagem natural ou construída.

Porém, o autor ressalta que a observância exclusiva de alguns aspectos físicos de um projeto não garante a sustentabilidade sócio-espacial da ecorregião.

O autor sentiu a necessidade, diante de tal proposta, de enumerar algumas deficiências visíveis na região dos Ingleses:

- o processo de adensamento do uso do solo = a partir da década de 80, teve início o adensamento populacional (fixo e flutuante); o valor de troca da terra e da área construída expandiu-se; de fato, a diversificada base natural do espaço local foi o grande destaque para a comercialização de unidades residenciais (principalmente condomínios); contudo, o progressivo adensamento do uso do solo provocou um crescente consumo de água potável, de energia e um aumento de geração de detritos sólidos e líquidos.
- o abastecimento de água potável = até o início dos anos 90, o sítio dos Ingleses não possuía sistema de abastecimento de água tratada, o abastecimento ocorria através de poços individuais e ponteiras, sem nenhum controle de consumo ou acompanhamento de qualidade da água. Para agravar ainda mais a situação, nos anos 80, a CASAN (Agência Governamental de Água e Esgoto) passou a captar água no território de Ingleses para atender o consumo de Canasvieiras, Jurerê, Ponta das Canas e Lagoinha, respondendo à solicitação de grupos econômicos daqueles locais.
- o sistema de esgoto sanitário = inexistem nos balneários um sistema de coleta e tratamento de esgotos sanitários; inexistem também políticas públicas voltadas ao saneamento básico. Comumente, na Ilha, os corpos de água são destinatários de esgoto. De acordo com o autor, a expansão do turismo provoca alguns efeitos caracterizados como "estado de poluição maciça", que resultam na contaminação de águas, peixes e crustáceos, provocam doenças, e criam aspectos estéticos desagradáveis.
- o sistema de coleta de resíduos sólidos (o lixo urbano) = em Ingleses, o traçado urbano é desigual, composto por muitas ruelas, becos e servidões, causando entraves na coleta de resíduos sólidos, que muitas vezes são depositados em terrenos ou vias a céu aberto. Esta situação agrava-se nos meses de verão, quando há um incremento no volume produzido em até 400%.

- o sistema de abastecimento de energia elétrica = registra-se crescente demanda de energia elétrica nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro, em até 100% da média verificada durante o restante do ano.

O autor conclui sua pesquisa salientando a necessária construção de uma "nova ordem", através do novo paradigma vigente na economia – o desenvolvimento sustentado, de forma harmônica e tendo no homem seu principal ator. Acredita que o ecoturismo é a dimensão da atividade turística que melhor responde ao novo paradigma, desde que não esteja revestido unicamente de apelo mercadológico. E por fim, reafirma que o Plano Diretor dos Balneários, embora revestido de aparato legal, freqüentemente, é alterado de maneira pontual, para ajustar-se à desordem implantada no espaço, é o que ele chama de "a transformação da desordem em ordem." (MORETTO NETO, 1993: 216).

Podemos afirmar que este projeto "Costa Norte" representa um caso típico de planejamento supostamente sustentável com uma base teórica inconsistente e dependente de uma visão paradigmática atrelada ao crescimento puramente econômico. Salta aos olhos a capacidade de criação de planos imbuídos de uma retórica social e ambientalmente coerente, dificilmente visível na prática. Além disso, confirma-se em Florianópolis uma espécie de clientelismo em relação ao planejamento do município, cujos Planos Diretores são freqüentemente alterados, tornando difícil traçar uma linha urbana concisa.

2.2.3 – A Inserção do turismo na Barra da Lagoa

Estamos utilizando para análise o texto "Herança Açoriana e Turismo na Ilha de Santa Catarina" (LINS, 1993) extraído do relatório de pesquisa intitulado: "A sócio-economia do turismo: investigação sobre o crescimento turístico recente em Florianópolis e algumas de suas implicações" (LINS, 1991). Parece-nos que o objetivo central desta pesquisa estava em fornecer uma idéia geral sobre as conseqüências da explosão da atividade turística local na década de 80. Para isso, o autor traça como objetivo específico focar alguns aspectos da

expansão do turismo na Barra da Lagoa, localizada na Costa Leste da Ilha, distante aproximadamente 20 Km do núcleo urbano central do município.

Segundo o autor, o artigo encontra-se organizado em três partes: 1) caracteriza a área objeto no contexto dos núcleos litorâneos da Ilha de Santa Catarina; 2) enfoca algumas implicações do turismo na Barra da Lagoa; e 3) problematiza a experiência turística local. Ainda de acordo com informações do autor, a metodologia de pesquisa se processa de duas formas: através da pesquisa bibliográfica e da pesquisa de campo (fazendo uso de entrevistas abertas junto aos habitantes e aos comerciantes locais).

O autor justifica sua escolha pelo objeto de análise em questão sob o prisma de que, "no final dos anos 80, não era muito avançado o estágio ocupado pela Barra na transição entre comunidade pesqueira e estação balnearia. (...) Assim, era a 'mistura de vila de pescadores com balneário' que fazia daquele núcleo um laboratório em potencial para o tipo de estudo que se tinha em mente." (LINS, 1993: 91).

A análise do autor sobre a estruturação sócio-econômica da Barra da Lagoa trouxe, a princípio, a apresentação histórica da origem e ocupação do núcleo. Para o mesmo,

(...) parece lógico considerar que a Barra da Lagoa surgiu como um prolongamento da povoação de Nossa Senhora da Conceição [hoje, Lagoa da Conceição], às margens da lagoa que hoje ostenta o mesmo nome. (...) E não parece fora de propósito admitir que a instalação de um povoado no lugar onde encontra-se a Barra tem a ver com a própria existência do canal que une a Lagoa da Conceição ao Oceano Atlântico: a localidade deve ter se desenvolvido em virtude do tráfego dos habitantes de Nossa Senhora da Conceição entre a lagoa e o mar. (LINS, 1993: 93).

A argumentação do autor segue a linha que indica uma dependência dos núcleos afastados com o centro urbano do município em relação ao atendimento das necessidades básicas como, por exemplo, a aquisição de alguns alimentos e tecidos. Porém, ainda segundo o autor, um certo nível de auto-suficiência era necessário, em função das precárias condições de acesso ao núcleo central. Destaca-se que a produção das localidades litorâneas

residia na agricultura e na pesca, caracterizando o tipo de ocupação predominante nas póvoas do interior da Ilha. Contudo, foi somente a partir do século XIX que a pesca adquiriu maior importância comercial, provocando a intensificação da atividade, levando a uma dedicação sazonal dos agricultores na atividade. Paralelo a isso, ocorreu uma modificação na atividade agrícola que até então era caracterizada pela policultura. Destaca-se a produção de farinha de mandioca como produto de exportação.

Entretanto, o autor observa que, atualmente, na maioria dos núcleos litorâneos da região, o duplo caráter de pescador e agricultor é cada vez menos freqüente. Ocorre, gradativamente, um abandono da lavoura e uma certa tendência de especialização na pesca. De forma mais específica, parece que a ruptura entre a pesca e a agricultura foi aprofundada pela intensificação do trabalho remunerado na primeira atividade. Assim, na atualidade, podemos nos referir à comunidade da Barra como uma vila onde habitam pescadores, que anteriormente caracterizava-se como uma vila de agricultores que praticavam a pesca. E conforme ilustra o autor, no final dos anos 80, esta comunidade se destacava entre os núcleos litorâneos da Ilha com melhor predominância na conservação dos "atributos tradicionais".

Todavia, com a melhoria do acesso, o local passou a servir como bairro, atraindo pessoas de diversas origens, acarretando na diversificação da estrutura ocupacional da população local, cujas conseqüências mais evidentes referem-se ao gradativo abandono da pesca pelos nativos e à não inserção na mesma atividade pelos recém chegados. Porém, o autor aponta que outro fator estava aos poucos dando mostras no local: o turismo.

O turismo surge na Barra da Lagoa em meados da década de 80, trazendo os mesmos traços característicos que marcaram seu surgimento nos outros balneários da Ilha de Santa Catarina. Aparece, primeiramente, como um processo que demanda por uma segunda residência de moradores (veranistas) do núcleo urbano central do município, atraídos, segundo LINS, pela calma, por um certo exotismo e por terrenos mais baratos que os existentes nas praias do norte da Ilha. Para o autor, a "descoberta" do local pela atividade turística pode ser visualizada de duas formas: 1) no que se refere ao espaço edificado, que

se estendeu e se adensou; e 2) no que diz respeito à proliferação de novas atividades, por exemplo: a implantação de hotéis, pousadas, restaurantes, bares e similares.

Como podemos observar no decorrer da apresentação da pesquisa acima, o autor retrata três aspectos essenciais que compõem o processo acelerado de implantação do turismo na Barra da Lagoa: a ampliação da trama urbana; a proliferação de novas atividades e, por fim, a multiplicação de freqüentadores da praia e dos equipamentos turísticos. Entretanto, existem nestas demandas fatores mais complexos inseridos no contexto de transformação sócio-econômica do local. Por um lado, parece existir um número significativo de moradores da Barra que demandam diariamente para o núcleo urbano do município para trabalhar. Mas, por outro lado, existem aqueles moradores que passaram a se ocupar com a atividade turística, desde o trabalho em hotéis, bares e restaurantes até a abertura de negócios turísticos. Conforme entrevistas realizadas por LINS, os moradores justificam a mudança e, muitas vezes, o abandono das atividades tradicionais, no caso a pesca artesanal, em função do crescimento da pesca industrial e da exploração sofrida pelo pescador.

Diante destes fatos confirmados no campo, o autor indaga: "pode o turismo ser negligenciado como elemento explicativo das transformações mais recentes em termos de ocupação da força de trabalho na Barra da Lagoa?" (LINS, 1993: 101). O autor nega esta hipótese. Para ele, o turismo atua apenas como um estimulante dessas transformações, ampliando e acelerando o processo de abandono das atividades tradicionais.

Outra questão a ser colocada diz respeito à utilização de mão-de-obra local pelo turismo. Segundo o autor, percebe-se que normalmente trabalhar no turismo significa atuar como garçon, cozinheiro ou ajudante de cozinha, vigia, faxineira e camareira, ou seja, tarefas que não demandam, no local, nenhuma espécie de especialização ou treinamento específico, ensejando, conseqüentemente, em baixos salários. Além disso, existe ainda o aspecto da sazonalidade da atividade turística, que acarreta na desativação de diversas atividades no final de cada temporada de verão. Assim, o trabalho com turismo,

na Barra, ocorre somente no período de veraneio (meses de dezembro, janeiro e fevereiro). Associado a isso vem a carência de regulamentação trabalhista.

Em relação à ocupação espacial, um dos aspectos mais marcantes do turismo refere-se à pressão imobiliária que os moradores locais sofrem para venderem suas terras próximas à praia e ao canal. Como resultado, segundo LINS, a paisagem sofre alterações no seu desenho original. Ao lado das casas (rústicas) da população tradicional juntam-se as residências de veraneio e/ou hospedagem, inseridas numa teia de construções usadas para fins comerciais (bares, restaurantes, etc.). Diante disso, a procura por imóveis intensifica a especulação imobiliária, resultando futuramente, num rompimento com as atividades tradicionais, por parte dos moradores tradicionais.

Em conformidade com o autor, pode-se observar na Barra dois aspectos distintos que marcam o processo turístico local: o primeiro se assemelha aos outros balneários da Ilha com intenso fluxo turístico, no que se refere à elevada procura por terrenos, resultando numa elevação sobremaneira dos preços e na alteração da paisagem, eliminando quase totalmente o "exotismo" local, outrora usado na venda do local ao turista. O segundo aspecto, e bastante particular, refere-se à não expulsão dos moradores tradicionais do local. "Na Barra, a venda de terrenos não parece sinônimo de abandono da comunidade e deslocamento da população para outros lugares." (LINS, 1993: 105).

Podemos observar, pois, através desta pesquisa, que a expansão do turismo na Barra causou modificações nos costumes e hábitos locais. "Seja porque o turismo difunde valores e atitudes diferentes, seja porque as manifestações culturais no núcleo receptor recebem estímulos que tendem a orientá-las para a comercialização..." (LINS, 1993:106). Como descreve o autor, as manifestações culturais, nas comunidades pesqueiras de Santa Catarina, tendem a ser realizadas em datas que correspondem ao período de maior fluxo turístico. O autor também faz ressalva sobre o caráter de mudança vivido na Barra da lagoa, ou seja, se esta localidade viveu durante longo período da condição de auto-suficiência, hoje a história mudou de foco. Pouco do que lá se consome tem origem local, até mesmo os frutos do mar servidos

nos restaurantes locais, especializados neste tipo de culinária, são em sua maioria provenientes de outras áreas.

De forma bastante conclusiva, o autor aponta que "se não é possível relacionar integralmente turismo e mudanças de hábitos alimentares e padrão de consumo, mostra-se problemático eximir a expansão urbana – e o turismo – de responsabilidade em relação ao processo." (LINS, 1993:108). Segundo sua interpretação da realidade local na Barra da Lagoa, o turismo teve responsabilidade direta no aparecimento de novos comportamentos, como por exemplo o aluguel de residências durante o verão, que segundo a visão dos próprios moradores, constitui o principal benefício do turismo para a comunidade, atuando como um complemento de renda.

Como forma de concluir sua análise sobre a comunidade da Barra da Lagoa e sua relação com o turismo, o autor afirma que o turismo "mexe" com a comunidade. Além disso, segundo ele, em concordância com a maioria de seus entrevistados, a passagem de vila para a condição de balneário constitui algo positivo, argumento sustentado pela noção de que turismo significa renda/dinheiro. Porém, isto não é motivo para desconsiderar os aspectos negativos que o turismo proporciona. De acordo com LINS, ao mesmo tempo que o turismo é visto como algo fascinante pelos ganhos que oferece, é visto também como algo que sufoca, que tira a liberdade e que se comporta como algo estranho e invasor, um "choque cultural" entre pessoas com experiências e subjetividades diferentes. Criou também conflitos internos na própria comunidade, ou seja, entre os nativos proprietários de imóvel para alugar e da mesma forma os proprietários de embarcações e equipamentos de pesca, com aqueles nativos sem outra coisa senão uma pequena casa onde moram com a família. Assim, para os primeiros, o turismo traz benefícios, já para o segundo grupo, isso não é uma constante. Também o fato da sazonalidade do turismo cria um certo grau de atritos e descontentamentos, pois, no verão, visualiza-se um processo de dinamismo e prosperidade local. Já no final da temporada turística, surge um sentimento de que a "comunidade é usada para o turismo".

Existe ainda, associado a esse sentimento de uso, uma certa preocupação da comunidade em relação ao seu futuro, especialmente quando se delineiam

no cenário municipal projetos que propõem a construção de grandes empreendimentos turísticos, cujo objetivo é desenvolver um turismo diferente do observado atualmente na Barra, uma atividade pautada em um tipo de turismo mais sofisticado, atingindo o padrão de turismo internacional. Para LINS, ocorreria, com isso, uma modificação do perfil original do núcleo, apontando para uma desestruturação definitiva da atividade pesqueira artesanal, culminando na dissolução dos traços distintivos da localidade. No encerramento da análise, o mesmo sugere que a administração pública local passe a agir no sentido de aproveitar o potencial dos balneários locais, planejando adequadamente as propostas de desenvolvimento, revertendo assim os ganhos do turismo para a sociedade como um todo.

Este trabalho realizado por LINS, cujo objeto centra-se na análise das transformações ocorridas na Barra da Lagoa, hoje um dos mais visitados balneários do município de Florianópolis, potencializa nossa afirmação de que o turismo com proporções massivas, que mais recentemente está enveredando para um perfil de turismo internacional, marcou e continua marcando presença em expressivos balneários da Ilha de Santa Catarina. Com o resgate destas pesquisas científicas se tentou apontar para os impactos mais marcantes que abrangem a atividade turística, tornando pertinente a necessidade de mudança paradigmática no que se refere ao desenvolvimento.

2.2.4 – Uma síntese dos impactos turísticos em: Canasvieiras, ingleses e Barra da Lagoa

Com uma visão teórica diferenciada, mas significativa, a pesquisa desenvolvida por Helton Ricardo OURIQUES (1998), sobre o turismo em Florianópolis, congrega importantes informações. Dentro do aspecto sociocultural, este autor inicia seu estudo formulando uma descrição crítica da realidade, argumentando que é no capitalismo que as contradições sociais (distanciamento entre ricos e pobres) mais se acentuam. Para ele, este mundo mágico das mercadorias (principalmente da mercadoria-dinheiro) foi criando novas necessidades, e é neste contexto que se insere o turismo. Por isso, ele atribui à indústria do turismo o título de "indústria pós-moderna", afirmando que

"a pós-modernidade é dominada pela ficção, pela fantasia, pelo imaterial, pelas imagens, pelo capital fictício, pela efemeridade, pelo acaso e pela flexibilidade em técnicas de produção, mercados de trabalho e nichos de consumo." (OURIQUES, 1998: 10). Desta forma, qualifica o turismo como uma indústria pós-moderna por estar associado a estímulos visuais e à comercialização das paisagens.

Assim como outros pesquisadores do turismo local, o autor faz uma breve apresentação do turismo e de seu surgimento em Florianópolis, e como conseqüência, no desenrolar da descrição, aponta o desenvolvimento do norte da Ilha de Santa Catarina como o destino turístico local, consensual entre os empresários e políticos. Enfatiza, também, a expansão do mercado imobiliário e o turismo enquanto geradores de emprego e renda.

Entretanto, a crítica central de sua pesquisa recai sobre a tendência atual em vender a imagem de um turismo em harmonia com o meio ambiente, através de um desenvolvimento sustentado. O autor supõe haver algumas contradições nessas teses e tenta desmistificar o turismo dos rótulos desenvolvimentistas, econômicos e sustentáveis, apresentando-o como uma atividade capitalista qualquer e, portanto, fundamentada na exploração da força de trabalho, da qual se extrai a crescente riqueza do setor⁶⁹. Segundo o autor, torna-se pertinente uma questão fundamental: como impor limites à exploração da natureza dentro do capitalismo se o que está no âmago de tal organização social é a busca pelo lucro?

Sucintamente, podemos afirmar de acordo com nosso entendimento sobre a noção de ecodesenvolvimento que o limite à exploração da natureza é dado pela própria natureza. Saturada, ela não responde mais ao processo de auto depuração dos ecossistemas locais. Outro fator a ser levado em conta diz respeito à capacidade intelectual do homem (mesmo inserido num sistema

⁶⁹ A intenção desta pesquisa não é tecer uma crítica à pesquisa em estudo, apesar de considerarmos a linha de argumentação do autor bastante fechado a novas transformações. Também não achamos que qualquer dimensão indiscriminada do turismo possa ser a fórmula certa para o desenvolvimento local, mas sendo a atividade turística tão presente no local, sentimos a necessidade de refletir sobre uma alternativa menos impactante ao meio ambiente e à sociedade local, e visualizamos no desenvolvimento turístico sustentável uma possibilidade.

capitalista) se conscientizar destes limites e agir em prol da preservação dos recursos naturais.

O autor destaca a expansão do turismo, especialmente a partir da década de 80, impulsionando mudanças sócio-espaciais e direcionando o investimento de capitais para a orla marítima do norte da Ilha, comprovada pela evolução populacional destes locais. Ocorre, então, a mercantilização da terra, com predomínio do valor de troca sobre o valor de uso, reflexo do *boom* imobiliário. Um exemplo característico é o Balneário de Canasvieiras, com a transformação da vila de pescadores em centro turístico de veraneio, cujas conseqüências mais visíveis aparecem na elevação do preço da terra, na decadência das atividades tradicionais, na transferência de posse da terra e na expulsão de famílias de agricultores e pescadores de áreas de marinha. Outro exemplo característico que se pode denominar de apropriação privada dos espaços públicos é o caso do Costão do Santinho.

Um fator relevante para nossa exposição do caos impactante causado pelo turismo na Ilha é ilustrado pelo autor ao referir-se que o marketing turístico traz a assertiva da venda das paisagens, quando atribui às belezas naturais da Ilha a fundamentação principal em defesa da expansão das atividades ligadas ao lazer e ao turismo como se fossem vocações naturais. Entretanto, para o autor, as mercadorias do turismo (sol, mar, areia) representam um preço, sem relação alguma com a produção do valor. Pode ser considerado um consumo feito pelo olhar, o que representa uma apropriação e uso da paisagem para a comercialização dos espaços. O autor cita exemplos da comercialização de imóveis de igual qualidade e dimensão, mas que recebem valores diferenciados por estarem localizados mais próximos ou não da praia ou por terem vista atraente ou não.

Em questionário aplicado à população local, o autor pôde constatar que "a apologia do turismo não é realizada somente pelas esferas de poder constituído, seja ele público ou privado, e pelo meio acadêmico. Parece fazer parte do inconsciente coletivo dos habitantes de Florianópolis." (OURIQUES, 1998: 83). Da população consultada, 97,33% afirmaram que o turismo é importante para Florianópolis. Dentre os motivos alegados estão: a

prosperidade do comércio, o aumento de empregos, o dinheiro que o turismo traz no verão e o fato de não existirem indústrias na cidade. Os 2,67% restantes consideram que o turismo não é importante para a cidade pois acreditam que só o comércio é beneficiado, além de causar um aumento de poluição e dos problemas de infra-estrutura. Em função disso, o autor chama a atenção para o que ele denomina "a outra face ou a face oculta do turismo". Sinaliza que, em decorrência da sazonalidade do turismo em Florianópolis, existem os chamados trabalhadores de verão. E detecta também que esta sazonalidade está intimamente vinculada à informalidade.

Em sua pesquisa, OURIQUES detêm como principal objeto de estudo os trabalhadores de verão que percorrem as praias de Ingleses, Canasvieiras e Barra da Lagoa, as praias de maior fluxo turístico de Florianópolis. Utilizando a técnica metodológica de questionários e entrevistas, pôde constatar que dos 80 (oitenta) vendedores ambulantes entrevistados sobre o fato de já terem sido turista alguma vez, apenas 2 (dois) responderam afirmativamente, demonstrando a impossibilidade do lazer e do turismo para esse segmento social.

Segundo este autor, a amostragem extraída aleatoriamente da sociedade mostra o outro lado do turismo, baseado na exploração do trabalho alienado nos negócios turísticos, submetido a todas as condições da cotidianidade capitalista. Por isso, em sua opinião, enquanto estivermos submetidos a uma organização social caracterizada pelo fetichismo da mercadoria, qualquer teorização acerca de um turismo mais humano ou de um turismo ecologicamente correto não passa de uma farsa.

De acordo com nosso entendimento sobre as possibilidades de mudança do perfil turístico local, teorizamos, com amparo no ecodesenvolvimento, a construção, implementação e gestão, através do esforço participativo da sociedade civil organizada e demais entidades, de uma nova configuração de desenvolvimento voltado a atender às necessidades básicas locais e globais, além de apregoar uma nova forma de vida em sociedade, onde todos e cada um sejam responsáveis por um papel para o devido funcionamento do planeta.

Em síntese, devemos destacar algumas constatações generalizadas oferecidas pelas produções científicas usadas como amostra da situação impactante do turismo em Florianópolis. Parece ser unânime, entre as produções científicas analisadas, a detecção de que o turismo com características massivas: desarticula a estrutura social local nas comunidades à beira mar (antes, predominantemente pesqueiras, agora, essencialmente turísticas); promove uma queda na qualidade de vida; atua na transformação cultural do local; transforma a paisagem local introduzindo novas configurações no desenho da mesma; estimula a especulação imobiliária; cria uma falsa idéia de retorno econômico para o local; promove um verdadeiro caos urbano em função da precariedade do sistema de infra-estrutura; age como atividade causadora de poluição e degradação do meio ambiente.

Podemos sentir, a partir dos dados colhidos nestas produções científicas, que alguns impactos se apresentam com maior intensidade, na Ilha de Santa Catarina, tais como:

- o atrelamento econômico local à visão imposta pelo paradigma econômico de crescimento a qualquer custo, usado como sinônimo de desenvolvimento, incentivando: a alta de preços nas temporadas turísticas, os empregos temporários (sazonais e, em sua maioria, informais) e a disseminação da especulação imobiliária;
- a debilidade apresentada pelos recursos naturais ou construídos, estimulada: pelo efeito do uso descontrolado dos recursos e sua degradação através da poluição;
- a ineficácia dos equipamentos de saneamento básico, provocada pela falta de manutenção ou pela sua inexistência ou ainda pelo seu limite de carga, penalizando não só turistas como também moradores locais;
- o teor clientelista assumido por alguns setores sociais em relação ao poder público, manipulando o planejamento local, fazendo-o assumir um caráter benéfico aos seus interesses particulares, em detrimento da coletividade;
- a caracterização de grandes empreendimentos turísticos exógenos ao local, utilizando mão-de-obra qualificada de outros locais, desvalorizando a local, e empregando os rendimentos obtidos nestes empreendimentos, muitas vezes em outras regiões;

- a acelerada descaracterização da cultura e dos costumes locais, alterando os estilos de vida e suprimindo o ponto de referência das comunidades tradicionais;
- a dificuldade de integração das práticas produtivas tradicionais no processo de modernização proposta para a Ilha (entre elas o turismo), decorrente da falta de planejamento social equitativo e econômico equilibrado.

Também foi possível perceber que existe um certo consenso por parte da academia em relação à deflagração de um processo nocivo causado pelo turismo na Ilha de Santa Catarina, com destaque especial para as regiões norte e leste da mesma, onde a prática do turismo local teve origem. Quanto às proposições de confrontação para este tipo de turismo advindas destes pesquisadores, um grupo considerável elegeu a sugestão de um turismo menos agressivo ao meio ambiente, que poderia ser denominado um turismo sustentável ou um ecoturismo.

Desta forma, não é necessário nos espelhamos em exemplos destrutivos ocasionados pela prática da atividade turística em outros locais do planeta para refletirmos sobre o desenvolvimento do turismo na Ilha de Santa Catarina⁷⁰, atualmente. Podemos afirmar com base em todo este amparo científico acima citado, que o desenvolvimento turístico tal como foi instaurado em Florianópolis, mais especificamente nas regiões norte e leste da Ilha, caminha progressivamente para o caos social, ambiental, econômico e cultural. Se, por um lado, o turismo traz divisas ao município, através do considerável movimento econômico promovido por esta atividade; por outro, conduz a Ilha à exaustão generalizada, atraindo milhares de pessoas⁷¹ (consumidoras) que

⁷⁰ Recentemente, foi realizado um esforço conjunto de estudiosos, pesquisadores e pessoas ligadas ao meio acadêmico local no intuito de desenvolver uma obra que congrega informações sobre a Ilha de Santa Catarina desde: a formação geológica e geomorfológica; os aspectos do clima regional e urbano; a história de ocupação humana; uma visão das culturas tradicionais; a caracterização e conservação dos ecossistemas; o perfil de cidade insular; o saneamento básico em Florianópolis; a questão política de cidadania e participação da população; e, a construção de sua identidade – incluso aqui a discussão sobre o turismo. Maiores informações, ver: CECCA (1997a). Também existe um trabalho de mapeamento das Unidades de Conservação e Áreas Protegidas em Florianópolis, ver: CECCA (1997b).

⁷¹ Corriqueiramente os veículos de comunicação local nos oferecem matérias jornalísticas apontando os problemas enfrentados em Florianópolis, como podemos apreciar na reportagem veiculada pelo Jornal Gazeta Mercantil/SC (2000) "Sobre o crescimento desordenado na Ilha: a explosão de crescimento da capital na última década trouxe à tona diversas situações de exclusão econômica e social". O autor destaca também a precariedade do saneamento básico, com ênfase em relação ao esgoto.

pagam por bens não quantificáveis em valor, como os recursos naturais renováveis e não-renováveis, os traços culturais tradicionais, as características sociais locais, etc. E se considerarmos os bens possíveis de serem quantificados, como os serviços prestados (tanto por empresas públicas quanto por privadas), a malha viária, a urbanização local, a criação de empregos, etc.; não conseguiríamos vislumbrar retorno satisfatório para o local. Devemos ter claro que o turismo assume hoje, em Florianópolis, características predatórias e, talvez, em alguns casos irreversíveis, daí a emergência em pensarmos em alternativas lúcidas e viáveis para a continuidade desta atividade produtiva, mas também social. Neste sentido, apontamos para o esforço de refletirmos sobre o desenvolvimento de um turismo sustentável para o local, no intuito de detectar se esta é ou não uma alternativa viável diante das condições atuais.

TERCEIRO CAPÍTULO

3.1 – Ações e Planos "Sustentáveis" na Ilha de Santa Catarina

A sustentabilidade vem sendo o centro de inúmeras discussões acadêmicas, políticas e sociais, desde a década de 1970, como já mencionamos anteriormente. Entretanto, esta discussão começou a ganhar forma a partir do início dos anos 90, com o comprometimento de várias nações em relação ao desenvolvimento sustentável do planeta, cujos pontos foram traçados na Agenda 21. Mas é somente no final desta mesma década que começaram a surgir os primeiros pareceres técnicos sobre os projetos de desenvolvimento sustentável, os quais foram sendo implantados pelo mundo. Esta, talvez, seja nossa maior contribuição: tecer um parecer analítico, não sobre os impactos de um plano turístico sustentável, pois este ainda se encontra em fase de implantação, mas sobre a adequação deste plano de referência para o desenvolvimento de um turismo sustentável no que se refere ao seu comprometimento com as dimensões de sustentabilidade a nível local.

Inicialmente devemos registrar que, no decorrer da década de 1980, na Ilha de Santa Catarina, ocorreram duas experiências originadas a partir de grupos ambientalistas e de organizações de moradores locais:

- a reciclagem de lixo – fomentada pelo MEL (Movimento Ecologia Livre/UFSC); e,
- um sistema de abastecimento alimentar – introduzido pelo CEB (Comunidades Eclesiais de Base) e Comunidade Monte Serrat.

De acordo com FERREIRA (1992), ambas as experiências geraram efeitos demonstrativos expressivos, apesar de não estarem inseridas num projeto de desenvolvimento mais abrangente.

Na década de 1990, iniciativas mais amplas de desenvolvimento voltadas para a questão da sustentabilidade local foram tomadas, entre elas destacam-se:

- a formação da Câmara de Turismo Sustentável do Distrito do Pântano do Sul (hoje, com as atividades paralizadas);

- o Projeto Guias Mirins da Ilha do Campeche, cuja base se pauta na educação e preservação ambiental;
- as Propostas de sustentabilidade do Conselho de Moradores do Parque Municipal da Lagoa do Peri, com ênfase na questão do manejo da área de uso do Parque;
- o Projeto Ambiente Sul (parceria da ONG Klimata com a ACIF), cuja parte em andamento refere-se ao Plano de Referência para um turismo sustentável no Sul da Ilha de Santa Catarina (analisado a seguir);
- as iniciativas de conscientização sobre a questão da preservação ambiental que permeiam as associações e conselhos de moradores de várias comunidades balneárias ou não na Ilha de Santa Catarina, como:
 - ⇒ a Associação de moradores da Praia do Santinho, empenhada em discutir as novas propostas de duplicação da via de acesso ao Balneário do Costão do Santinho e sua preocupação em relação à necessidade de reflorestamento na região;
 - ⇒ o envolvimento dos moradores de Ratones em relação à preservação do mangue;
 - ⇒ a Associação de moradores da Lagoa da Conceição e a Fundação Lagoa (ONG voltada à preservação ambiental), mobilizando moradores e visitantes da Lagoa da Conceição sobre a necessidade de preservação da mesma, conscientizando sobre os riscos da poluição;
 - ⇒ o Projeto Larus - um projeto de educação ambiental executado pela UFSC, visando contribuir para a formação de uma sociedade consciente da necessidade de conservação da natureza;
 - ⇒ os Estudos Ambientais para o Plano Urbanístico do Pântano do Sul (EAPUPS), o qual se propõe levantar informações sobre as características sócio-ambientais daquela região, além de sugerir a construção de um grande empreendimento para o desenvolvimento turístico local; e,
 - ⇒ o PRESTO (Programa Regional de Serviço Turístico Organizado/SEBRAE) – cujo objetivo centra-se no aproveitamento turístico das especificidades naturais e culturais das localidades, para gerar empregos e renda às populações envolvidas no processo, em caráter complementar, de modo a melhorar a qualidade de vida associada e preservar as características hegemônicas do modelo Catarinense na "(des)concentração" populacional,

diversidade de culturas e forte presença de micro e pequenas empresas na atividade produtiva. O SEBRAE registra em seu banco de dados, a informação de que o PRESTO ocorreu em três localidades da Ilha de Santa Catarina: Canasvieiras, Ingleses e Ribeirão da Ilha. Com base em seus relatórios, percebemos que o PRESTO/Ribeirão da Ilha, numa parceria com o Movimento Verde Mar Vida, encontra-se em fase adiantada de implantação. Por isso, o analisaremos brevemente a seguir.

Nossa análise, como vimos na justificativa desta pesquisa, centra-se no Projeto Ambiente Sul, fundamentalmente por possuir um caráter mais amplo e abordar toda a região sul da Ilha de Santa Catarina. Entretanto, existe também, dentre as iniciativas sustentáveis que vem ocorrendo na Ilha, nesta última década, como já fizemos referência, o projeto PRESTO/Ribeirão da Ilha que, assim como o Ambiente Sul, possui um caráter abrangente, envolvendo no sul da Ilha todo o traçado oeste, ou seja todo o Distrito do Ribeirão da Ilha. Sendo assim, sentimos necessidade de especificar melhor esta proposta, mesmo que sua análise não seja nosso objetivo central, por se tratar de um projeto inovador e que está apresentando resultados consideráveis.

De forma sucinta podemos dizer que a proposta contida no projeto PRESTO/Ribeirão da Ilha possui um perfil técnico que propõe um desenvolvimento sustentável para aquela comunidade. O projeto em questão refere-se a um trabalho conjunto entre o SEBRAE/SC (Serviço de Apoio à Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina) e o Movimento Verde Mar Vida, desde 1999. A base metodológica de trabalho está prevista no PRESTO, com algumas adaptações e flexibilidades de acordo com os atores sociais envolvidos no processo. Através deste plano metodológico de trabalho desenvolveram-se palestras, reuniões de sensibilização comunitária, jornadas técnicas, inventário de oferta e diagnóstico da demanda, exposições preliminares dos resultados obtidos junto à comunidade, sobre os quais redigiu-se um relatório intitulado "Ribeirão Mostra Sua Alma", seminário estratégico e missão técnica ao município de São Martinho – SC.

De acordo com este relatório, realizado junto ao desenrolar dos trabalhos, observou-se a forte valorização comunitária para os elementos de referência

cultural imanentes no espaço e a total aversão à reprodução eventual do modelo em curso no norte da Ilha de Santa Catarina. A proximidade do núcleo urbano central foi destacada como ponto forte para a captação de fluxos que circulam na Ilha, vislumbrando o fomento ao desenvolvimento de atividades recreativas e culturais para atrair visitantes de um dia. A paisagem natural foi apontada como ameaçada pelo capital imobiliário, porém, segundo os participantes⁷² desta proposta, se preservada, oferece possibilidade de desenvolvimento ao ecoturismo. Também a maricultura emerge como alternativa econômica local, embora ainda esteja desprovida de um certo ordenamento espacial que reduza conflitos com a utilização do espaço náutico para recreação e escoamento de produção pesqueira⁷³.

O projeto PRESTO/Ribeirão da Ilha seleciona as potencialidades do local que podem representar um caminho para o desenvolvimento sustentável, como: os elementos de referência cultural açoriana; o patrimônio arquitetônico; a religiosidade popular; a produção artística e artesanal; a gastronomia; as tradições festivas; a base de recursos naturais diversificada; e o espaço náutico (pesca, maricultura, esportes, recreação).

Entretanto, o Ribeirão da Ilha também revela as suas deficiências, onde o processo de ocupação do espaço desencadeia outros problemas de significativo impacto ao meio ambiente, à população e à economia local, como: o ferro velho junto à malha viária central; a expansão desordenada da maricultura; o parcelamento intensivo e irregular do território; o desmatamento de encostas; o descaso em relação ao patrimônio arquitetônico; a poluição estética dos estabelecimentos comerciais; o lançamento de águas sujas e de detritos sólidos nos riachos e no mar; e o aterro progressivo em áreas de mangue.

⁷² De acordo com a Presidente da ONG Movimento Verde Mar Vida, ocorreram momentos em que cerca de 300 pessoas estavam envolvidas nas discussões sobre esta nova proposta de desenvolvimento sustentável.

⁷³ Para obter maiores dados sobre os conflitos gerados e a proposta de uma gestão alternativa dos recursos, consultar: ARANA (2000).

Conforme dados fornecidos pelo PRESTO/Ribeirão da Ilha, a própria comunidade, através do seminário estratégico, estabeleceu nove⁷⁴ ações prioritárias para o desenvolvimento sustentado da atividade turística no espaço local:

- 1 – "buscar a elaboração de um Plano Diretor discutido e elaborado com a participação da comunidade;
- 2 – promover a discussão das diversas formas de saneamento para a elaboração de um plano de esgoto sanitário para o Distrito⁷⁵, buscando, primeiro, orientação técnica para o tratamento do esgoto doméstico;
- 3 – gestionar junto ao poder público municipal a pavimentação asfáltica da "Baldicero Filomeno" de acordo com projeto que contemple construção de calçada, ciclovia e acostamento;
- 4 – promover campanha de conscientização sobre agressões ambientais;
- 5 – promover a instalação de uma usina de reciclagem de lixo visando a melhoria da qualidade de vida e como fonte de renda e geração de emprego para a população local;
- 6 – padronização das placas comerciais, definida pela comunidade através da produção de um plano de comunicação visual;
- 7 – implantar no Distrito uma rede de postos qualificados de informações ao turista junto aos estabelecimentos comerciais;
- 8 – promover cursos sobre história do Ribeirão em parceria com a Fundação de Cultura Açoriana para formação de guias e outros prestadores de serviços turísticos;
- 9 – promover inventário da flora, fauna, paisagem geográfica e sítios arqueológicos".

Dentre as ações prioritárias traçadas pela comunidade do Ribeirão da Ilha, podemos perceber que algumas delas requerem um envolvimento com o poder

⁷⁴ Conforme informações de campo, foram levantadas inicialmente 64 ações para o local, das quais extraiu-se 9 para dar início às atividades, sem contudo excluir as restantes, que serão gradativamente incorporadas no planejamento. Além disso, estas 64 ações foram agrupadas em 21 grupos: saneamento básico, vias de acesso, Plano Diretor, estética das construções, acesso às praias, fiscalização, agressão ambiental, abastecimento de água, atracadouros, sinalização indicativa, atendimento ao turista, serviços turísticos, capacidade gerencial, cultura, gastronomia, meio ambiente, mar do Ribeirão, arte e artesanato, arquitetura, tradições festivas e religiosidade.

⁷⁵ Atualmente, estão desenvolvendo uma campanha de conscientização a respeito do esgoto doméstico e mobilizando a população local para a reivindicação de equipamentos públicos de tratamento do mesmo.

público (municipal e estadual), o que demanda maior tempo para a sua concretização, é o caso das ações: 1, 2 e 3. Outras ações possíveis de serem realizadas no âmbito local requerem, por sua vez, um apoio financeiro, como, por exemplo, as ações: 5, 7 e 9. E, por fim, algumas ações que, com a participação ativa da comunidade envolvida, poderiam atingir um grau satisfatório de concretização, são elas: 4, 6 e 8.

Segundo informações obtidas na incursão à campo, o PRESTO/SEBRAE deu maior credibilidade à proposta de desenvolvimento sustentável para o Ribeirão da Ilha, além de fornecer as diretrizes para a criação de um projeto mais consistente. Atualmente, o projeto conta com o envolvimento de aproximadamente 15 pessoas fixas e os membros dos conselhos comunitários das cinco comunidades que compõem o traçado original do PRESTO/Ribeirão da Ilha, enquanto atores flutuantes⁷⁶. As reuniões ocorrem com uma frequência de duas vezes na semana para a discussão do cumprimento das ações estabelecidas no projeto PRESTO/Ribeirão da Ilha e para a formulação de novas ações ou planos que dêem continuidade à noção de sustentabilidade instaurada por este projeto.

Hoje o Projeto PRESTO/Ribeirão da Ilha propõe um programa mais extenso do que o inicial, somando um conjunto de três planos ou programas com proposições mais específicas sobre o desenvolvimento sustentável da região.

O primeiro plano diz respeito ao "Caminho Verde", que se refere a um traçado de trilhas nos 21 Km que correspondem ao Distrito do Ribeirão da Ilha. Essas trilhas compreendem caminhos que unem residências, áreas rurais e áreas de mata que o turista ou o visitante, seguindo um mapa, poderá percorrer com o objetivo de conhecer melhor a região, além de poder adquirir, destas propriedades, os produtos ali produzidos. Por isso, pensou-se na criação de um "Banco Verde", isto é, com a coleta e a produção de mudas de espécies

⁷⁶ Ou seja, pessoas que recorrem ao Movimento Verde Mar Vida e às atividades desenvolvidas através do Projeto PRESTO/Ribeirão com a intenção de resolver problemas internos a cada comunidade. Um exemplo disso foi a procura pelo Conselho da comunidade do Alto Ribeirão pelo Movimento Verde Mar Vida para auxiliar ou interferir politicamente contra a construção de um loteamento clandestino no local.

nativas da flora local se fará um horto florestal para a comercialização destas mudas, revertendo em lucro para os moradores envolvidos.

O segundo plano refere-se ao "Caminho da Cultura", mas a proposta ainda não está sendo trabalhada. O terceiro plano, com uma intenção mais abrangente e necessitando de maior investimento financeiro, refere-se à "Universidade Livre do Ribeirão", proposta que também não foi aprofundada.

Diante desta descrição do Projeto PRESTO/Ribeirão da Ilha podemos observar alguns pontos que favorecem a sustentabilidade da proposta, tais como a participação da população local na elaboração das ações prioritárias a serem realizadas no Ribeirão; a tentativa de melhoria na qualidade de vida das comunidades através da proposição de um destino adequado para o lixo sólido e para o esgoto sanitário; e o incremento e melhor distribuição da renda com a inserção das propriedades num roteiro turístico. Porém, percebemos que nem todas as ações são de fácil realização, algumas envolvem patamares superiores de poder o que significa, muitas vezes, maior dificuldade de realização.

Segundo informações de campo, outro fator que interfere no andamento dos trabalhos são os conflitos de interesses que se estabelecem internamente ao grupo fixo que participa da implementação do Projeto. Este problema tem sido resolvido com o afastamento temporário de uma das pessoas envolvidas no conflito, possibilitando que todos possam refletir sobre a situação. Existem também os conflitos externos ao grupo fixo do projeto, normalmente desencadeados por intrigas político-partidárias, que se acirram em períodos eleitorais. Sugerimos, pois, para a resolução destes conflitos de interesses, o emprego das dimensões de ação e de negociação da gestão patrimonial, estabelecendo maior clareza na definição de papéis dos atores sociais envolvidos no projeto.

Visualizamos, portanto, em Florianópolis, dois tipos distintos de proposições "sustentáveis". De um lado, ações fragmentadas que tentam incutir na população local e nos visitantes (turistas) uma consciência sustentável através de pequenas manifestações voltadas à preservação do

meio ambiente e de tentativas de educação ambiental; e de outro, propostas mais consistentes que pretendem atingir um nível razoável de sustentabilidade para algumas áreas ou comunidades específicas da Ilha. Assim, optamos por analisar a proposição do Projeto Ambiente Sul, justamente por se tratar de um plano de desenvolvimento amplo, que tenta dar conta de toda a região sul da Ilha de Santa Catarina, apesar da diversidade e complexidade lá existentes.

Antes de analisar mais detalhadamente este projeto, gostaríamos de ressaltar que, mais recentemente, algumas produções científicas vêm sendo apresentadas no meio acadêmico local abordando a questão do desenvolvimento sustentável, o turismo sustentável e o ecoturismo em Florianópolis, são elas: Flávio L. Abreu SILVEIRA (1996). "Pelos trilhas da Ilha de Santa Catarina", dissertação de mestrado em Antropologia Social pela UFSC, cujo tema retrata o ecoturismo e a aventura. O autor parte de um trabalho minucioso sobre o surgimento do ecoturismo em Florianópolis, no início dos anos 90; a forma como ele ocorre; onde ocorre; a interação do homem com o meio natural; os prazeres proporcionados por esta nova atividade turística; as trilhas enquanto manifestações sociais; e a prática de esportes. Mas aborda também o lado perverso do ecoturismo, inseridos nos seus dilemas sócio-ambientais, como: as trilhas e o lixo; a conseqüente transformação da paisagem e a relação entre biodiversidade e ecoturismo.

Inserida nesta mesma temática segue a dissertação de mestrado na Engenharia de Produção da UFSC desenvolvida por Patrícia Mattos de BARROS (1999), cuja temática aborda o "Modelo de planejamento para implementação e desenvolvimento do ecoturismo: diagnóstico ecoturístico – Estudo de Caso". Sua pesquisa parte do pressuposto de que o ecoturismo é a facção do turismo que mais cresce no mundo, por isso devem existir limites para este crescimento, pois seu objetivo é justamente conservar os ecossistemas. Entretanto, a autora salienta que é necessário haver uma ação conjunta entre todos os agentes interessados no desenvolvimento local através do ecoturismo, seguindo as bases do desenvolvimento sustentável.

3.2 – A descoberta do meio ambiente: análise do Projeto Ambiente Sul

3.2.1 – Detalhamento da área de abrangência do Projeto Ambiente Sul

A área em estudo abrange aproximadamente 70 Km², engloba a totalidade do Distrito do Pântano do Sul e a costa sudoeste do Distrito do Ribeirão da Ilha, envolvendo uma população estimada de 12.450 habitantes. A paisagem é dominada pelo maciço montanhoso do sul da Ilha, densamente coberto por um dos últimos remanescentes da Mata Atlântica em Florianópolis. Inclui em seu cenário as lagoas do Peri e do Leste e as praias de Armação, Pântano do Sul e Naufragados, bem como as Ilhas Três Irmãs, Moleques do Sul, Campeche e Araçatuba. Os núcleos urbanos ainda com características de povoados, situados no território são: o núcleo urbano do Ribeirão da Ilha, do Pântano do Sul e de Armação, os demais núcleos já assumem feições de balneário (Projeto Ambiente Sul, 1999). Os recursos naturais da região: remanescentes da cobertura vegetal de Mata Atlântica, matas de planície, manguezais e restingas, espécies de flora e fauna nativas, recursos hídricos (orla marítima, bacias hidrográficas da Lagoa do Peri, da Lagoinha do Leste, do Pântano do Sul e região estuarina do Ribeirão da Ilha); são protegidos pelas leis de proteção ambiental, que criaram os Parques Municipais do Peri, da Lagoinha do Leste, o Parque de Dunas do Pântano do Sul e Áreas de proteção ambiental da Baleia Franca (incluindo a porção insular do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro).

O processo histórico de ocupação humana na região Sul da Ilha de Santa Catarina demonstra a interdependência das comunidades com o meio ambiente. A região possui registros de assentamentos humanos pré-históricos (homens do sambaqui); de ocupação indígena entre os séculos X e XIV. Mas é com a chegada dos imigrantes açorianos, por volta do século XVIII, que esta ocupação se intensifica dando origem à freguesia do Ribeirão da Ilha, que se dividiu em dois aglomerados, um mais ao sul (Caieira da Barra do Sul) e outro mais a leste (Sertão do Peri e costa leste-sudoeste, resultando na formação dos núcleos de Armação e Pântano do Sul). Estes povoados detinham, até o início do século XX, uma forte relação com o mar, através da pesca da baleia, da pesca artesanal e como meio de comunicação (Projeto Ambiente Sul, 1999).

A partir de meados do século XX, as atividades econômicas tradicionais, incluindo entre elas a agricultura e a agropecuária de subsistência, iniciaram um processo de declínio estimulado pela urbanização crescente do local, alterando os hábitos e o modo de vida da população local. Surge na região a implantação de serviços receptivos como pequenos restaurantes, bares, pousadas e roteiros turísticos. Data deste período a implantação do loteamento Balneário dos Açores, na baía do Pântano do Sul.

Somente em 1985 foi sancionada a lei nº. 2.193/85 – criando o Plano Diretor dos Balneários, elaborado pelo IPUF (Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis), com o objetivo de regulamentar a forma de ocupação e uso do solo e como meio de garantir a preservação das características sócio-ambientais dos núcleos fora da área central do município. Porém, os entraves ocasionados pela ocupação espontânea e irregular do solo demonstram a deficiência dos mecanismos de controle, conforme já pudemos sentir na exposição da literatura científica que aborda o assunto.

O Sul da Ilha envolve um conjunto de aspectos socioculturais rico e diversificado, anteriores à colonização açoriana representados pelos sítios cerâmicos, sambaquis, oficinas líticas e inscrições rupestres de diversas etnias. Com a instalação de açorianos no local, outros aspectos podem ser notados: a organização espacial das comunidades, a sua expressão arquitetônica, as manifestações religiosas (como a festa do Divino Espírito Santo e o Terno de Reis) e populares (como o folclore do Boi de Mamão, artesanato como a renda de bilro e danças típicas como o Pau de Fita), além da pesca artesanal, dos engenhos de farinha de mandioca e dos alambiques de cachaça (Projeto Ambiente Sul, 1999: 32).

A infra-estrutura urbana da região se caracteriza pelo sistema viário e pelos equipamentos de serviços. O acesso viário central é feito pelas rodovias SC-401 e SC-405, que está em processo de ampliação, com a concretização da Via Expressa Sul e da Via Parque. A partir do Trevo do Erasmo, que caracteriza o início da área de estudo, este sistema viário divide-se em duas ramificações: uma em direção ao Distrito do Pântano do Sul, contornando o

Morro das Pedras pela SC-406 e outra em direção ao Ribeirão da Ilha. Os dois distritos são interligados por um acesso secundário, de leito primário, que atravessa a região do Sertão do Peri e integra o Parque Municipal da Lagoa do Peri. Existe, ainda, uma malha viária secundária composta de vias locais, caminhos antigos e servidões (Projeto Ambiente Sul, 1999).

Os setores que abastecem a região, como: redes de água, de esgoto, de energia elétrica e de telefone, além dos serviços públicos de coleta de lixo e limpeza urbana apresentam deficiências de atendimento. Estas deficiências estendem-se a serviços comunitários como: educação, saúde, lazer e áreas verdes públicas. Além disso, inexistem serviços de bancos, correios, laboratórios, etc; o que contribui para a dependência desta região em relação ao centro urbano de Florianópolis (Projeto Ambiente Sul, 1999).

A área de abrangência do Projeto Ambiente Sul (Ver mapas em anexo) corresponde a três regiões previamente divididas, para melhor agregar suas especificidades: a região 1 corresponde à: Armação, Praia do Matadeiro, Parque Municipal da Lagoinha do Leste, Pântano do Sul, Balneário dos Açores, Costa de Dentro, Costa de Cima, Praia da Solidão (Rio das Pacas), Saquinho (Saco da Baleia), Ilha do Campeche, Ilhas Três Irmãs, Ilhas dos Moleques do Sul, e a Área de Preservação Ambiental da Baleia Franca; a região 2 compreende: o Alto Ribeirão, a Freguesia Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão, a Costeira do Ribeirão e a Orla Sul (Ponta Caiacangaçu e Caieira da Barra do Sul), Naufragados; e a região 3 refere-se ao Parque Municipal da Lagoa do Peri, sua área de paisagem cultural (Sertão do Peri), área de lazer, e área de reserva biológica.

3.2.2 – Detalhamento do Projeto

Em fins da década de 1990, a ACIF (Associação Comercial e Industrial de Florianópolis) tornou público o interesse em desenvolver um projeto de aproveitamento turístico para unidades de conservação (UCs) de Florianópolis, através da estruturação de parques naturais dotados de infra-estrutura para

programas turísticos, utilizando o patrimônio natural dessas áreas como principal atrativo.

Conforme consta do Projeto Ambiente Sul (1999), a partir da identificação do Sul da Ilha, mais especificamente, do Parque Municipal da Lagoa do Peri, enquanto região com atributos mais favoráveis para o desenvolvimento desta proposta, o Núcleo Setorial de Meio Ambiente da ACIF destacou uma equipe para a formatação de um estudo preliminar. No entanto, diante da complexidade de fatores encontrados, surgiu a proposta de expandir a área de estudo para todo o quadrante sul da Ilha, envolvendo os distritos do Pântano do Sul e do Ribeirão da Ilha, onde estão localizadas importantes unidades de conservação⁷⁷.

Este projeto se propõe estabelecer uma discussão na busca de uma visão diferenciada de desenvolvimento, que alie os aspectos econômicos e sociais à preservação do meio ambiente [idéia base do desenvolvimento sustentável], contribuindo dessa forma para que o processo de ocupação desta região ocorra de maneira diferenciada do restante da Ilha, garantindo a manutenção da base natural e contribuindo para o desenvolvimento social (Projeto Ambiente Sul, 1999). A ênfase dada por este projeto, inicialmente, refere-se à necessidade de considerar as unidades de conservação integradas ao seu entorno sócio-espacial, isto é, sua interdependência com toda a região; bem como ao exame do quadro de desenvolvimento em que a Ilha se insere atualmente, apresentando uma urbanização desordenada, sem considerar a fragilidade e os limites do meio ambiente insular.

⁷⁷ A primeira área protegida na Ilha de Santa Catarina foi a floresta da Lagoa do Peri, considerada floresta remanescente, através do decreto federal n.º 30.443 de 25/01/1952 e somente nas décadas de 60/70 foram criadas as primeiras Unidades de Conservação. Atualmente são elas: Carijós, Pirajubaé, Arvoredo, Anhatomirim, Naufragados, Rio Vermelho, Lagoa do Peri, Lagoinha do Leste, Galheta, Costa da Lagoa, Dunas da Lagoa, dos Ingleses, Santinho, Armação e Pântano, Restinga de Ponta das Canas, Ponta do Sambaqui, Lagoa Pequena e da Chica, Mata do Hospital de Caridade, Maciço da Costeira e Horto Florestal de Canasvieiras e três outras áreas com definição ambígua: Parque Ecológico do Córrego Grande, Área de Relevante Interesse Ecológico do Desterro e Parque Ecológico da Cidade das Abelhas, totalizando cerca de 10.665 ha (CECCA, 1997b: 25).

3.2.2.1 – Primeira etapa: Plano de referência

A primeira etapa do Projeto Ambiente Sul diz respeito à elaboração do Plano de Referência para um Turismo Sustentável para o Sul da Ilha de Santa Catarina, cujo objetivo central refere-se à promoção, na região, de um turismo sustentável, como instrumento gerador de trabalho e renda. Dentro de um perfil mais específico, este Plano de Referência pretende:

- "elaborar um diagnóstico sócio-ambiental como subsídio na tomada de decisões e elaboração de projetos e programas de desenvolvimento sustentável;
- estabelecer critérios e diretrizes que orientem o desenvolvimento turístico sustentável;
- apontar potencialidades para empreendimentos turísticos que assegurem a conservação dos recursos e valores ambientais, sociais e estéticos;
- estruturar os programas, ações e atividades realizadas pela estrutura de gestão".

O Plano de Referência estabelece um conjunto de critérios e de diretrizes quanto:

- 1) *ao uso e à ocupação do solo* – critérios de uso e parcelamento do solo das áreas urbanizáveis (levando em conta suas características ecológicas, paisagísticas e culturais), sistemas públicos descentralizados de saneamento básico (de acordo com as características do solo e da densidade de ocupação), sistemas integrados de circulação (tratamento diferenciado de vias, terminais rodoviários e marítimos, ciclovias, trilhas e caminhos históricos);
- 2) *o desenho e a preservação da paisagem* – sistema de comunicação visual e de desenho ambiental urbano (respeitando as características da paisagem original), programas de revitalização e conservação do patrimônio arquitetônico, histórico e cultural, programas de recuperação, proteção e conservação das áreas naturais, programas de melhoria de qualidade das habitações e espaços públicos;
- 3) *a educação ambiental* – programas educativos (palestras, oficinas temáticas, campanhas de conscientização, concursos, apresentação de

audio-visuais, material informativo, passeios interpretativos), programas de capacitação, eventos e manifestações artísticas e culturais;

- 4) *ao desenvolvimento turístico* – sistema diferenciado de equipamentos e serviços turísticos (hospedagem, alimentação, recreação, entretenimento e informações turísticas), circuitos turísticos integrados (com atividades socioculturais, econômicas, ecológicas, esportivas e de lazer), interação do turista com áreas e comunidades visitadas, programas de capacitação e qualificação profissional;
- 5) *aos usos tecnológicos* – estimular o uso de tecnologias ambientalmente adequadas, conservação de energia, de equipamentos e sistemas de energia renovável, esforços para a minimização e o controle da emissão de poluentes, estabelecer recomendações quanto ao uso de materiais e técnicas adequadas para a manutenção da qualidade e da salubridade ambiental dos espaços construídos e naturais (Projeto Ambiente Sul, 1999: 68-69).

Este Plano de Referência aponta, também, uma série de potencialidades a serem "exploradas" pela atividade turística, respeitando as características de cada região:

Região 1

♦ Pântano do Sul, Armação e Ilhas:

- revitalização da pesca artesanal;
- instalação de trapiche com estrutura de recepção;
- esportes náuticos: mergulho, vela, natação, surf, windsurf;
- pesca esportiva;
- transporte marítimo;
- passeios marítimos: veleiro, canoas, baleeiras;
- gastronomia típica ligada à produção local;
- hospedagem diferenciada: pousadas, pousadas rurais, albergues, hospedagem residencial;
- artesanato: renda, redes, estaleiro, esteiras, reciclagem de materiais;
- eventos e manifestações culturais: feiras, festas populares e religiosas;
- memoriais históricos: pesca da baleia, sítios arqueológicos, edificações coloniais, inscrições rupestres;
- caminhos históricos.

◆ Ilha do Campeche

- patrimônio histórico, sítios arqueológicos e históricos;
- trilhas guiadas com pontos de observação da paisagem, fauna, flora e do patrimônio arqueológico;
- mirantes instalados ao longo das trilhas;
- instalação de trapiche com estrutura de recepção;
- transporte marítimo;
- passeios marítimos; esportes náuticos: mergulho;
- pesca esportiva;
- gastronomia típica ligada à produção local.

◆ Parque Municipal da Lagoinha do Leste

- camping com infra-estrutura de recepção do parque;
- trilhas com pontos de observação da paisagem, fauna e flora;
- mirantes instalados ao longo das trilhas;
- saneamento: processos naturais – biológicos;
- energia alternativa;
- esportes náuticos: surf, mergulho;
- pesca esportiva;
- refeitório com cozinha coletiva.

Região 2

◆ Ribeirão da Ilha

- patrimônio arquitetônico urbano e rural;
- eventos e manifestações culturais: feiras, festas populares e religiosas;
- museus;
- gastronomia típica ligada à produção local;
- maricultura;
- hospedagem diferenciada: pousadas, pousadas rurais, albergues;
- pesca esportiva;
- artesanato: cestaria, estaleiro, renda;
- esportes náuticos: vela, remo, windsurf, natação;
- pontos panorâmicos: mirantes, passarelas, teleféricos;
- horto botânico: floriculturas, viveiro de mudas;

- sistema integrado de atracadouros turísticos;
- aquário marinho;
- transporte marítimo;
- passeios marítimos.

◆ Naufraçados, Dorsal Cristalina e Ilha de Araçatuba

- trilhas com pontos de observação da paisagem, fauna e flora;
- memorial histórico do Farol de Naufraçados;
- memorial histórico da Fortaleza Nossa Senhora da Conceição de Araçatuba;
- camping com estrutura de recepção do parque;
- pesca esportiva;
- passeios marítimos;
- esportes náuticos: mergulho, surf.

Região 3

◆ Parque Municipal da Lagoa do Peri

Área de paisagem cultural:

- uso e manejo dos recursos naturais;
- revitalização do uso dos engenhos de farinha;
- desenvolvimento da silvicultura: essências nativas (palmito, cipós, frutas);
- artesanato: cestaria e renda;
- gastronomia típica ligada à produção local;
- hospedagem residencial;
- trilhas guiadas com pontos de observação da paisagem, fauna e flora;
- via panorâmica com mirantes.

Área de lazer:

- pesca esportiva;
- esportes náuticos: natação, hidroginástica, remo, vela;
- eventos culturais e científicos;
- educação ambiental: cursos, exposições;
- trilhas guiadas com pontos de observação da paisagem, fauna e flora;
- vistas panorâmicas: mirantes, passarelas;
- artesanato: esteiras, renda;

- gastronomia típica da região;
- infra-estrutura de recepção com estacionamento.

Sinteticamente, um primeiro ponto do Plano de referência refere-se à base teórica de evolução das políticas globais referentes ao desenvolvimento, partindo dos conceitos de sustentabilidade e enfatizando a mudança paradigmática. Destaca-se nesta fase a observância dos conceitos de turismo sustentável e as novas relações do setor com o mercado e com a sociedade. Um segundo ponto diz respeito ao processo de expansão urbana, o papel do turismo enquanto indutor de crescimento e as implicações ambientais disso. Um terceiro ponto refere-se à caracterização da área de estudo: sua condição insular, destacando seus aspectos físicos, geográficos, socioculturais, evolução de sua ocupação e relação população/meio. Desta forma a área se dividiu em três regiões (ver mapa 2, em anexo), abordando em cada uma delas: a composição espacial, a distribuição dos núcleos urbanos, suas origens e desenvolvimento, bem como as áreas naturais.

3.2.2.2 – Segunda Etapa: estrutura de gestão

Para a segunda etapa, foi estabelecida a criação de uma estrutura de gestão composta pela Fundação Ambiente Sul (cuja sede, prevista para funcionar no casarão da Família Espíndola, no Ribeirão da Ilha, abrigará as funções administrativas da entidade e servirá como núcleo de desenvolvimento dos projetos), seguida de um conjunto de elementos estruturadores e de suporte, como: a criação de uma Unidade Móvel Ambiental (UMA); a elaboração e implantação de Projetos Piloto; e a criação do Sistema de Certificação Ambiental (Selo Verde). Veremos a seguir os objetivos de cada um destes elementos.

Os objetivos previstos para a **Fundação Ambiente Sul**, que tentam apresentar-se em conformidade com o marco conceitual de desenvolvimento sustentável, são:

- "implementar as diretrizes e ações propostas nos Planos de Referência Plurianuais;

- elaborar e implementar ações de desenvolvimento e ordenação espacial;
- construir um acervo de informações, congregando os estudos e pesquisas disponíveis sobre os diferentes aspectos das regiões abordadas;
- promover campanhas comunitárias para mobilizar populações residentes em ações de melhoria e manutenção da qualidade ambiental;
- participar ou assumir a gestão das áreas de proteção estrita (reserva biológica ou estação ecológica);
- construir reserva fundiária tendo por objetivo terrenos ou edificações apresentando um interesse especial a ser protegido, organizando campanha de arrecadação de fundos, inclusive de recursos obtidos pelo câmbio da dívida externa;
- apoiar e promover iniciativas de preservação e resgate de bens e valores culturais locais;
- incentivar a mobilização e a participação das comunidades nos processos de tomada de decisão e gestão ambiental locais;
- celebrar convênios com os órgãos competentes para a realização de pesquisas sobre a qualidade ambiental;
- celebrar convênios com os órgãos competentes para a realização de pesquisas e monitoramento da qualidade ambiental de bacias hidrográficas, principalmente no que se refere aos seus mananciais hídricos;
- celebrar convênios com os órgãos competentes para o controle dos usos de elemento hídrico;
- celebrar convênios com o poder público para o controle e monitoramento dos processos de uso e ocupação do solo;
- celebrar convênio com os órgãos públicos para a elaboração de cadastro fundiário das áreas de preservação;
- firmar contratos, celebrar convênios e acordos de qualquer natureza e manter intercâmbio com organizações nacionais e internacionais governamentais e não governamentais;
- celebrar convênios ou firmar contratos tendo por objeto a utilização de bens móveis e imóveis, em acordo com seus objetivos estatutários;
- postular a participação, como organização não governamental, nos órgãos colegiados com atribuições nos planos de desenvolvimento, de urbanismo e de meio ambiente;

- participar nas discussões de projetos de urbanização em curso na esfera do poder público;
- prestar serviços de consultoria para implementação de projetos e ações ligados aos seus demais objetivos;
- apoiar o Ministério Público nos inquéritos civis públicos relativos às infrações à legislação ambiental;
- contestar administrativamente e judicialmente as decisões administrativas legislativas que atentem à preservação do patrimônio ambiental e sociocultural das regiões abordadas;
- apoiar a criação e implementação de entidades similares".

A **Unidade Móvel Ambiental – UMA** tem por objetivo principal proporcionar a integração sócio-espacial e a mobilização de todos os atores e setores sociais envolvidos na implementação do Projeto Ambiente Sul. De forma mais específica, o que se pretende com esta unidade móvel é:

- "divulgar o Projeto Ambiente Sul;
- implementar a coleta sistemática de dados, como subsídio à avaliação permanente das potencialidades do Plano de Referência;
- desenvolver trabalhos científicos ligados à proteção ambiental;
- implementar campanhas de conscientização e adesão;
- realizar eventos junto à comunidade em geral;
- avaliar permanentemente as práticas empresariais e as iniciativas comunitárias, quanto aos aspectos ambientais;
- servir de suporte para o desenvolvimento dos Projetos Piloto".

Quanto aos **Projetos Piloto**, seu objetivo central visa traduzir os conceitos de sustentabilidade do Projeto Ambiente Sul, utilizando modelos de intervenção que atendam as demandas sócio-ambientais. De forma específica, pretende-se:

- "fazer emergir da realidade novas formas de percepção do espaço, que estampem padrões de desenvolvimento sustentável;
- transmutar os padrões competitivos nas relações sociais em padrões cooperativos;

- resgatar a confiança e a credibilidade da sociedade nos processos de gestão do espaço, legitimando a dimensão social da sustentabilidade;
- incorporar experiências e iniciativas que vêm sendo desenvolvidas pelas comunidades locais;
- fortalecer a identidade regional, valorizando e revitalizando seus atributos socioculturais e ambientais;
- desenvolver projetos a curto, médio e longo prazo e de caráter emergencial, de acordo com a escala de prioridades do Projeto Ambiente Sul".

E, por fim, o **Selo Verde**, que tem por objetivo implantar um sistema de certificação ambiental a ser desenvolvido e implementado pela Fundação Ambiente Sul, como forma de estimular ações, projetos, empreendimentos que estejam em conformidade com as diretrizes, critérios e potencialidades estabelecidas, inicialmente, no Plano de Referência.

3.2.3 – O confronto com as noções de ECODESENVOLVIMENTO e GESTÃO PATRIMONIAL

Para iniciar esta análise devemos ter claro que a humanidade, em termos paradigmáticos, discute a superação do paradigma economicista de crescimento a qualquer custo, reconhecendo, conforme argumenta SACHS (1986b), que o desenvolvimento não pode ser reduzido única e exclusivamente ao crescimento quantitativo. Portanto, parece-nos útil relembrar que está contida na noção de ecodesenvolvimento a importância de um estilo próprio de desenvolvimento que ocorra em cada local a sua maneira, usando o que este local e sua população tem de melhor a oferecer, para que, fundamentalmente, retorne como ganhos, de forma eqüitativa, para esta população.

Para isso, conforme insiste SACHS no conjunto de sua obra científica, é fundamental a capacidade cognitiva das populações locais em encontrar estratégias adequadas aos anseios e às necessidades da região, seja através da utilização do conhecimento tradicional, ou da adoção de novas tecnologias, ou até mesmo através de parcerias entre instituições e órgãos que fomentem a pesquisa e possibilitem a associação entre conhecimento tradicional e novas

técnicas de desenvolvimento. Essas mudanças estipulam a necessidade de se redirecionar os processos de crescimento econômico local, na busca de novos estilos de desenvolvimento.

Desta forma, é importante citar que

(...) a endogeneidade (...) conduz à autonomia do processo de definição do projeto nacional e de tomada de decisões, assim como à importância primordial da comunidade e da cultura na elaboração de estilos de desenvolvimento, isto é, de uma escolha coerente de objetivos e meios de acordo com uma escala de valores que representa um belo papel no sentido da identidade e da especificidade nacionais. (SACHS, 1986b: 81-82).

Além disso,

(...) o potencial endógeno pode decompor-se em três elementos estreitamente ligados: 1) a capacidade cultural de pensar-se a si mesmo e de inovar; 2) a capacidade político-administrativa de tomar decisões autônomas e de organizar a execução das mesmas; e por fim, 3) a capacidade do aparelho de produção para assegurar a sua reprodução, ampliada em conformidade com os objetivos sociais de desenvolvimento. (SACHS, 1986b: 83-84).

Porém, SACHS (1986b) adverte que não se trata de sair procurando pelo mundo afora o potencial de desenvolvimento endógeno em estado puro e absoluto. O instrumento analítico, neste sentido, tem apenas a intenção de fazer com que o planejador tome as decisões necessárias a partir de situações concretas, levando em conta: o grau de endogeneidade e de mimetismo desta ou daquela experiência de desenvolvimento; a existência ou não de elementos constitutivos do potencial de desenvolvimento endógeno; as seqüências históricas a serem seguidas e os compromissos de pagamento no futuro; e os bons e maus usos desse potencial, normalmente interligados.

Ao utilizarmos o enfoque de ecodesenvolvimento para analisar o Projeto Ambiente Sul, mais especificamente seu Plano de Referência, tínhamos visibilidade do horizonte de ação e reflexão que isso representava. De um lado, o ecodesenvolvimento nos deu a possibilidade de visualizar o planejamento localmente, isto é, num nível micro. Mas, por outro lado, nos cobrou a necessidade de visão sobre um patamar mais amplo de negociação política, o

que define a importância de um planejamento a nível global ou internacional. Isto significa dizer que pensar o Projeto Ambiente Sul com base no ecodesenvolvimento não refere-se apenas à visualização de um desenvolvimento para a região Sul da Ilha de Santa Catarina, é preciso articulá-lo a todo um conjunto de fatores: políticos, econômicos, sociais, culturais, espaciais e ambientais que, muitas vezes, sofrem influências externas à região e que devem ser considerados.

A sustentabilidade política do Projeto Ambiente Sul

Analisando, sob a luz do ecodesenvolvimento, a proposta contida no Plano de Referência do Projeto Ambiente Sul, devemos recapitular que este projeto parte, inicialmente, do interesse específico da Associação Comercial e Industrial do Município de Florianópolis - ACIF, a qual é em primeira instância, representante de empresários e industriais (capitalistas), alguns deles proprietários de terrenos e pequenos estabelecimentos comerciais na região sul da Ilha e outros com recursos disponíveis para nela investir. Apesar desse indício sombrio de reprodução de um turismo massivo, surgem novos atores neste entremeio, as ONGs e as associações ou conselhos de moradores locais, fortes representações político-sociais, cujo papel está se definindo pela participação ativa nas discussões e nas tomadas de decisões sobre a melhor forma de desenvolvimento para estas comunidades. Assim, o que temos é uma demonstração de endogeneidade no que tange à proposição de um outro desenvolvimento local (de cunho alternativo) vinculado ao interesse e ao retorno econômico para a população local, culminando com a noção de sustentabilidade.

Além disso, sugerimos acrescentar uma seqüência de passos que deveriam nortear o trabalho de planejamento, e que consideramos importante apontar neste momento, como contribuição às novas propostas de desenvolvimento que se delineiam no cenário local. O primeiro refere-se à identificação de necessidades e objetivos - inserido num espaço microrregional, devem ser desenvolvidos diagnósticos participativos para a identificação de problemas e de alternativas de solução. O segundo passo diz respeito à

análise de problemas e à busca de alternativas – inicialmente destaca-se a necessidade da realização de estudos sérios de avaliações de impactos ambientais, posteriormente sugere-se a esquematização de estratégias alternativas baseadas especialmente: nos recursos naturais, no espaço e no *habitat*. E, o terceiro passo refere-se à implementação e ao monitoramento de estratégias regionais – onde a realização das alternativas selecionadas passa por um esforço de coordenação institucional (VIEIRA, 1998: 61–71).

Todavia, a autonomia local⁷⁸, que por sua vez é fruto da participação e empenho da população local, é condição imprescindível para a concretização da noção de ecodesenvolvimento, por estar atrelada à capacidade das comunidades ofertarem seu conhecimento particular sobre o potencial ecológico e cultural, possibilitando a realização de um planejamento adequado aos interesses locais, compatibilizando-os à auto-regulação de suas ações e aos mecanismos de mercado. Neste contexto, podemos afirmar, com base em documentos (atas/relatórios de reuniões junto às comunidades locais), e no empenho em divulgar a proposta, que os mentores do Projeto Ambiente Sul (especialmente a ONG Klimata e os membros do núcleo ambiental da ACIF) demonstraram que, apesar dos recursos escassos para esta finalidade, estão aos poucos se reunindo, discutindo, aprimorando e divulgando esta nova idéia de desenvolvimento, na região⁷⁹ e fora dela⁸⁰. Porém, é também necessário que se estabeleça, em relação ao local, uma vontade política central, que ofereça suporte e apoio a esta autonomia local para seu desenvolvimento.

⁷⁸ A idéia de autonomia surge no sentido das pequenas comunidades, normalmente à margem dos benefícios sociais, buscarem, por si mesmas, recursos ou forças para se tornarem ativas e integrantes do processo de desenvolvimento. O objetivo é tomar estas comunidades capazes de produzir o necessário para proporcionar-lhes condições de usufruírem de produtos e bens que atendam suas necessidades básicas e além disso, que possibilite produzir e deter o controle sobre esta produção. Isso requer um esforço na luta contra a penetração cultural, econômica e ideológica de locais (ou nações) que exerçam um potencial de dominação sobre estas comunidades, que entendemos representar o que GALTUNG (1977: 22) chamou de "ser menos suscetível aos gostos (critérios) dos países de centro".

⁷⁹ Cópias do Projeto Ambiente Sul foram entregues às autoridades e instituições locais, caracterizando uma primeira divulgação desta proposta, são eles: 1 – Núcleo Interdisciplinar de Meio Ambiente – CFH/UFSC (Prof. Paulo F.Vieira); ACIF (Vinícius Lummertz, Danilo Cunha, Fernando Demétrio); IPHAN/UNESCO (Paulo e Briane Bicca); Prefeita de Florianópolis - Angela R.H. Amin Helou; Governador do Estado de Santa Catarina – Esperidião Amin Helou Filho; WWF do Brasil (José Roberto Marinho); Rede RBS (Pedro Sirotsky); Procuradoria Geral da República (Ana Lúcia Hartmann); Senador Jorge Bornhausen; SEBRAE (Sérgio Moreira, Mauro Arruda); SDM (Murilo Bortoluzzi); e Fundação ZERI (Lucio Bruschi).

Todavia, o poder público "...não deve dirigir, comandar, administrar ou realizar projetos seus, se não for para apoiar o esforço geral" (FRIEDMANN apud SACHS, 1986b: 109).

Para tanto, com base em SACHS (1986b: 110), enumeramos algumas funções do planejamento central, que parecem essenciais para o pleno desenvolvimento das comunidades locais, assim como poderão servir de apoio para dar maior consistência ao Projeto Ambiente Sul:

- assegurar o acesso do nível local aos recursos físicos, humanos, científicos e financeiros que não possam ser mobilizados localmente;
- ao fazê-lo, proceder às transferências de recursos em favor das camadas da população e das regiões mais pobres;
- compatibilizar os projetos locais entre si e com o projeto de civilização nacional, concebido de forma a acomodar as opções locais diversas, plurais e mutantes, e velar para que a perspectiva a longo prazo e os interesses coletivos mais amplos sejam levados em consideração, fugindo da simples totalização de propriedades locais;
- assegurar o funcionamento de certos serviços que, pela sua natureza, requerem gestão central.

Desta forma, "o respeito da autonomia local não se opõe em absoluto à participação, no processo de planejamento local, dos planejadores e técnicos externos." (SACHS, 1986b: 110). Com frequência, a contribuição destes profissionais pode trazer ao local novas idéias e novas experiências de outros locais, como forma de enriquecer o conhecimento no planejamento e a troca de experiências, através de um estranhamento do local e de sua população. Entretanto, as pessoas externas ao local devem, a princípio, identificar-se com os interesses locais.

Podemos assinalar, em relação ao Projeto Ambiente Sul, que um dos membros do grupo responsável pela sua elaboração é também representante da ONG Klimata; membro da Associação de Moradores do Distrito do Pântano do Sul e participante das reuniões da Associação de Moradores do Distrito do

⁸⁰ Esta proposta (Projeto Ambiente Sul) foi apresentada, no início do ano 2000, no DIFU (Deutsches Institut für Urbanistik); na Humboldt Universität zu Berlin; e no ICAS (Institut für

Ribeirão da Ilha, além de residir na região há aproximadamente vinte anos e ter presenciado muitas das transformações locais. Outro membro da equipe de elaboração do projeto esteve presente no processo de discussão da transformação da área da Lagoa do Peri em Parque Municipal, na década de 80. Isto representa um indício de que existe um vínculo dos autores do projeto com a região e de que os mesmos fazem do conhecimento que possuem do local uma estratégia de trabalho.

A sustentabilidade sócio-ambiental do Projeto Ambiente Sul

A idéia que deu o impulso inicial ao desenvolvimento de um projeto alternativo no sul da Ilha era traçar um plano de uso para uma unidade de conservação (UC)⁸¹ - o Parque Municipal da Lagoa do Peri, o que foi rapidamente reconhecido como inviável por não dar conta do entorno que exerce grande influência sobre o parque. O Projeto Ambiente Sul demonstra uma ausência de dados científicos sobre as UCs, pois não discute a questão teórica que envolve a problemática de uso das mesmas, especialmente no que tange ao uso turístico, apesar de considerar esta idéia como uma das possibilidades para essas unidades.

Conforme expõe SERRANO (1997), existem benefícios, mas também riscos, contidos na utilização de áreas protegidas para o desenvolvimento turístico, mesmo que este defina-se como sustentável ou ecológico. Para ela, o turismo em UCs apresenta vantagens que ultrapassam a mera geração de renda advinda da cobrança de taxas, incluindo-se aqui:

- a possibilidade de uma maior integração das UCs com as comunidades locais e com a sociedade mais ampla;

Cibernetik und Anthropologie), em München na Alemanha.

⁸¹ Segundo SERRANO (1997), a figura do parque nacional surgiu nos Estados Unidos em 1872, com a criação do Parque de Yellowstone, visto como um parque público ou lugar aprazível para o benefício e o lazer do povo. Assim, a idéia de proteção ambiental surge associada à idéia de contemplação, lazer e, por extensão, de turismo. No Brasil, em 1876 surge a idéia de criação de parques nacionais na Ilha do Bananal e em Sete Quedas, sem repercussão. Em 1896, surge em São Paulo o Horto Florestal da Cantareira, voltado à preservação dos recursos hídricos. Em 1934 foi instituído o Código Florestal, e paralelo a ele, ocorre a 1ª Conferência Brasileira para a Conservação da Natureza, que abrirá perspectivas para o surgimento de UCs.

- a circulação de informação ambiental por meio de programas educativos e da própria visitação;
- o aumento da oferta regional de espaços de recreação e lazer;
- a adesão de visitantes às tarefas de fiscalização;
- a divulgação da própria unidade e o estabelecimento de "redes" de interessados em sua manutenção.

De acordo com a mesma autora, na falta de pesquisas estatísticas sobre o fluxo turístico nestas unidades, há evidências de que o crescimento de visitação é superior aos investimentos em infra-estrutura, pessoal e pesquisa, por parte do poder público, responsável por sua manutenção. Portanto, mesmo que o uso turístico das UCs ocorra obedecendo critérios de zoneamento previstos nos planos de manejo, ele não deixa de provocar impactos negativos⁸², com:

- a necessidade de "sacrifício" de áreas para descanso, abertura de trilhas e acessos, construção de infra-estrutura, etc;
- o pisoteamento, a compactação, a erosão e a abertura de atalhos em trilhas;
- a depredação da infra-estrutura, das árvores e das rochas por pichações ou coleta de souvenirs;
- a deposição inadequada de lixo, que interfere na alimentação da fauna e polui o solo e os cursos d'água;
- o distúrbio do ambiente sonoro, visual e olfativo da fauna, por barulho, excesso de cores e odores estranhos ao meio;
- incêndios.

Diante deste contexto, SERRANO (1997) defende a implantação da estratégia de determinação da capacidade de carga enquanto um recurso viável para minimizar os impactos negativos nas áreas de preservação. Na mesma direção RUSCHMANN (1997) aponta que, em relação à capacidade de carga em áreas naturais protegidas, alguns critérios devem ser avaliados, tais como: a duração da estada dos visitantes; a dispersão ou distribuição dos

⁸² Como referência de impactos causados pelo uso de áreas de conservação para o turismo, sugerimos ver o exemplo do Parque Nacional do Itatiaia em SERRANO (1997).

turistas dentro da área; as características do local visitado; as características dos turistas; e a época do ano em que ocorre a visita. Assim, consideramos necessária uma investigação minuciosa sobre a capacidade de carga possível dentro da gestão de áreas naturais protegidas inseridas no Projeto Ambiente Sul, através de um diagnóstico sério sobre as potencialidades do local e as possibilidades de desenvolvimento para ele.

Os parques nacionais e outras áreas de preservação têm sido um elemento importante na preservação da natureza. Neste sentido, conforme DIEGUES (1997), é através da idéia de uma "natureza intocada" que renova-se o "mito do paraíso", enquanto um lugar desejado e procurado pelo homem. Assim, a existência de um mundo natural selvagem, intocado e intocável, faz parte de um novo mito ou de um mito moderno. Porém, segundo este autor, inseridas neste cenário de áreas naturais protegidas⁸³ existem representações sociais ou simbologias que se confrontam. Para aqueles que propõem a criação das áreas naturais protegidas desabitadas, a presença de qualquer tipo de habitante é vista como um fator de impacto negativo. Entretanto, nas representações simbólicas das comunidades tradicionais existe uma simbiose entre o homem e a natureza, que ocorre através de um conhecimento empírico acumulado usado na realização de sistemas tradicionais de manejo.

Neste contexto, transparece que a prática do turismo ecológico, visto como uma atividade viável para a preservação destas áreas naturais, surge inicialmente com a noção de contemplação da "natureza intocada" sugerida por Diegues e transforma-se num elemento estimulante de conflitos e impactos, justamente por ser dado aos turistas ou ecoturistas o direito de uso, muitas vezes ilimitado, destas áreas naturais protegidas. Isto se reflete, em alguns casos, na apropriação desordenada e inadequada de locais protegidos, desencadeando em uma série de fatores negativos, como: a pressão populacional sobre as áreas, criando distúrbios no ecossistema; a produção excessiva de lixo, poluindo o local; e a apropriação indevida dos recursos naturais, acelerando o processo de degradação do meio ambiente. De outro

⁸³ Conforme realça DIEGUES, "o objetivo central dessas áreas naturais protegidas é preservar espaços com atributos ecológicos importantes. Algumas delas, como parques, são estabelecidas para que sua riqueza natural e estética seja apreciada pelos visitantes, não se permitindo, ao mesmo tempo, a moradia de pessoas em seu interior." (1997: 85).

lado está a população tradicional, que em grande parte, possui um modo de vida que contribui para a preservação de rios, florestas e espécies da fauna e flora locais, para a qual é negado o direito de residir nestas áreas, por força da lei.

É preciso salientar que

(...) a transposição do modelo *Yellowstone*, de parques sem moradores, proveniente de países industrializados e de clima temperado, para países de Terceiro Mundo, onde as florestas remanescentes foram e continuam sendo, em grande parte, habitadas por populações tradicionais, está na base não só de conflitos graves, mas de uma visão inadequada de áreas protegidas. (DIEGUES, 1997: 89).

Para este autor, as críticas mais recentes à inadequação deste modelo importado vêm dos movimentos ecológicos que possuem um enfoque socioambientalista próprio da ecologia social, cuja base advém da associação entre os movimentos sociais que lutam pelo direito de acesso à terra e aos recursos naturais por parte de camponeses, pescadores, ribeirinhos, povos da floresta e de setores do ambientalismo do Terceiro Mundo, os quais associam a crise ambiental à crise do modelo de desenvolvimento, à pobreza crescente e à degradação ambiental.

Por este motivo, segundo DIEGUES (1997), as estratégias de uso das áreas naturais protegidas devem ser revistas na tentativa de minimizar os conflitos entre as populações tradicionais e os turistas⁸⁴. Se o conhecimento acumulado por estas populações, que permaneceriam no local, fosse utilizado pelos administradores dos parques na tarefa de guias locais, não só mostrando aos visitantes as belezas da área, mas também repassando seu conhecimento sobre as espécies de vegetais e animais ali existentes, seu ciclo reprodutivo, a utilização de ervas medicinais, etc., os conflitos poderiam diminuir.

Esta argumentação demonstra a viabilidade em capacitar as populações locais para o exercício e a destinação de educação ambiental para o ecodesenvolvimento aos visitantes, amenizando conseqüentemente, os

impactos destes últimos nas áreas protegidas. Um outro aspecto a ser considerado na preservação destas áreas é atribuir às populações locais a função e a responsabilidade de exercer a administração destes locais, por deterem um conhecimento tradicional específico e aplicado dos mesmos; sendo que no caso de apresentarem-se deficiências técnicas, funcionais ou gestoras, as mesmas poderiam ser sanadas com o auxílio técnico-especializado fornecido pelo poder público, responsável por estas áreas.

Devemos destacar que o Plano de Referência do Projeto Ambiente Sul propõe uma inserção da população local no âmbito da educação ambiental, mas não oferece muitos subsídios para que possamos analisar como isso procederá na prática. Também não fomos capazes de visualizar de que forma a população tradicional, conhecedora do local, fará parte do processo de diagnóstico, aprofundamento do planejamento, implantação e gestão destes espaços. Sugerimos, neste sentido, uma revisão das diretrizes básicas de sustentabilidade do projeto.

A sustentabilidade territorial do Projeto Ambiente Sul

Outro fator determinante no Projeto Ambiente Sul diz respeito à proposição de um diferencial de desenvolvimento em relação ao que vem ocorrendo na região norte da Ilha, ou seja, estabelecer para a região sul uma forma de desenvolvimento mais equilibrado e condizente com a dimensão espacial de sustentabilidade, no que se refere ao uso e ocupação do solo para o turismo.

Concomitante a esta perspectiva é elaborado o Plano de Desenvolvimento Turístico de Florianópolis, de 1999. Este plano vem como proposta de atualização do Plano de Desenvolvimento Turístico do AUF (Aglomerado Urbano de Florianópolis), também elaborado pelo Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis – IPUF, em 1981.

⁸⁴ Neste sentido, podemos enquadrar DIEGUES na abordagem da gestão patrimonial, que, segundo vimos, acredita na possibilidade de resolução dos conflitos de interesse dos diversos atores locais através da negociação.

O planejamento e controle da atividade turística na Ilha até o ano de 1994, com exceção do Plano de Desenvolvimento Turístico do AUF/81, limitava-se apenas às normas definidas nos Planos Diretores do Distrito Sede de 1955 (cuja revisão ocorreu em 1998) e dos Balneários de 1985. Este novo plano é concebido enquanto um instrumento norteador das diversas ações que vêm ocorrendo na Ilha, além de pretender assegurar a preservação ecológica e a própria sustentação econômica do local. Um dos aspectos interessantes deste plano é o fato de abrir espaço para a criação, discussão e implantação de projetos específicos, os quais apontam para pontos determinados da Ilha aferindo-lhe um planejamento específico, embora não saliente a participação da população na tomada destas decisões e não enfatize a postura teórica de desenvolvimento sustentável. Como reflexo, alguns desses projetos específicos são velhos entraves, bastante conhecidos do meio acadêmico e científico, como por exemplo o Projeto Porto da Barra, que já foi objeto de vários estudos científicos como vimos no capítulo anterior desta pesquisa, e outros que ainda esperam por estudo analítico como: o Projeto Orla Norte 2010; a Humanização do Mirante do Morro da Cruz; o Projeto do Acesso para a Praia do Campeche; o Plano de Ordenamento Físico – setor leste de Canasvieiras – orla marítima; o Aterro da Baía Sul; o Projeto Renovar; e os Planos de Urbanização Específica⁸⁵ – 1) Retiro da Lagoa, 2) Praia Mole, 3) Barra da Lagoa, 4) Santinho, 5) Ingleses, 6) Pântano do Sul⁸⁶, 7) Jurerê Internacional, 8) Costão do Santinho, 9) Praia Brava.

Se estamos apreciando uma proposta de desenvolvimento sustentável devemos dispor, segundo GODARD (1997b), sobre dois pontos centrais: 1) a participação direta das populações; e 2) a criação de novas formas institucionais de impulso e de planificação a nível dos estabelecimentos ou assentamentos humanos. Assim, cabe-nos afirmar que quando os planos ou projetos de desenvolvimento são concebidos e estabelecidos por órgãos e instituições exógenas ao local, normalmente seu desenvolvimento reflete

⁸⁵ Devemos salientar que alguns deste planos ainda não foram elaborados por falta de dados sobre os locais.

⁸⁶ Para a elaboração deste plano foi desenvolvido um trabalho de pesquisa pela METIS – Consultoria em Licenciamento Ambiental Ltda. intitulado "Estudos Ambientais para o Plano Urbanístico do Pântano do Sul – Florianópolis/SC" em 1999. Este trabalho foi realizado dentro de um convênio entre o IPUF e as empresas: JAT Engenharia e Almeida Empreendimentos Imobiliários Ltda, com o objetivo de prover as informações necessárias para a elaboração do referido plano urbanístico específico.

políticas falhas, por se tratar de um assunto sobre o qual os técnicos destes órgãos pouco conhecem, e fundamentalmente por não levarem em conta os conhecimentos tradicionais acumulados da população local. Isso reflete, comumente, na ocorrência de duas situações impactantes: a adoção de modelos de desenvolvimento alheios às características locais, o que resulta em uma gama de impactos negativos ao meio; e/ou, em outro extremo, a fragilidade ou, mesmo, o teor político contido nestes modelos, que provocam seu total abandono, desnudando o desenvolvimento local e estimulando o crescimento e a ocupação desordenada do espaço local, também ocasionando impactos negativos.

Assim, cabe ressaltar que, apesar do surgimento de novas propostas de desenvolvimento turístico obedecendo à lógica da preservação, não é raro perceber que a expansão urbana descontrolada também se faz presente no sul da Ilha de Santa Catarina. A problemática da explosão urbana associada ao *déficit* acumulado de necessidades básicas não atendidas favorece as tomadas de decisões em favor de planejamentos que se distanciam da realidade das comunidades locais e assumem um caráter mimético, o que, por sua vez, reafirma a ampliação das desigualdades sociais predominantes. Contudo, não podemos visualizar estas transformações como irreversíveis; novas técnicas e estratégias de desenvolvimento urbano devem ser buscadas para reverter este processo. Para isso nos apoiamos em SACHS (1993) que sugere a criação de:

- modelos institucionais e gerenciais;
- novas formas de associação entre a sociedade civil, as empresas e as autoridades públicas;
- mudança de políticas de oferta para políticas de capacitação, estimulando as iniciativas populares;
- esforço contínuo para a eliminação de desperdícios ou a poupança dos recursos;
- gestão competente do pluralismo tecnológico e esforço de pesquisa de novas soluções, que devem ficar disponíveis e acessíveis a toda a população que necessite.

Além dos critérios estabelecidos acima, devemos destacar a necessidade de um empenho maior por parte do poder público em relação à fiscalização, a

fim de assegurar o cumprimento das leis que estabelecem limitação de áreas de construção, pavimentos máximos para as residências, aterros, saneamento básico, etc.; com o intuito de coibir o uso descontrolado do solo, provocando degradações, especialmente ambientais, por vezes, irreversíveis.

A sustentabilidade econômica e cultural do Projeto Ambiente Sul

Decidimos tratar estas duas dimensões de forma atrelada, pelo fato do Projeto Ambiente Sul as aproximar quando enumera as potencialidades de desenvolvimento turístico para toda a região sul da Ilha (ver item 3.2.2.1). O referido projeto estipula um elenco de atividades possíveis para cada uma das três regiões estabelecidas no seu Plano de Referência. Entre elas, podemos indicar a revitalização de atividades tradicionais desenvolvidas no mesmo espaço físico das atividades modernas, detentoras de alta tecnologia. Porém, transparece não haver uma junção ou um aprimoramento entre as duas práticas. Outra forte evidência está na ausência de um planejamento que possibilite disponibilizar recursos financeiros necessários para a adequação ou adaptação de equipamentos locais às atuais necessidades. Também não está claro como se dará a operação do turismo receptivo nos locais de visitação, se é através de atividades desenvolvidas pelos próprios moradores locais, ou se é por meio de pequenas e/ou de grandes empresas operadoras de viagens. Certo é que toda a riqueza histórica, arquitetônica, isto é, cultural da região, faz parte da proposta de oferecer um turismo sustentável ao visitante. Entretanto, até mesmo estas potencialidades ainda permanecem indefinidas quanto ao seu aproveitamento.

Sinteticamente, existe muito a ser definido, em termos de planejamento sustentável no Projeto Ambiente Sul. A partir da delimitação da região de atuação e desenvolvimento do projeto, deve-se estabelecer todo um conjunto interdependente e interativo de possibilidades locais, discutido e pensado pelas comunidades que compõem a região de abrangência do projeto. Mas deve-se levar em conta também a capacidade de carga de cada área incluída no roteiro turístico da região; seu potencial de produção/oferta e demanda; a possibilidade de inserção de grande parte da população local na atividade, com

boa distribuição dos lucros; moderação na implantação de equipamentos turísticos; avaliações constantes em relação às transformações de estilos de vida e cultura locais, com o intuito de evitar que a atividade turística se torne insustentável.

Amparados no ecodesenvolvimento, devemos propor a busca de um uso ordenado do espaço comum para a obtenção de uma melhor lucratividade econômica por parte da comunidade local, associada à uma maior qualidade de vida. E devemos também buscar ampliar nosso patamar de conhecimento técnico para adequar as atividades tradicionais às necessidades atuais vivenciadas localmente ou pelo visitante sem deixar de pensar nas necessidades das gerações futuras.

Análise pontual das etapas do Projeto Ambiente Sul

O Projeto Ambiente Sul propõe, através de seu Plano de Referência, um conjunto de critérios, diretrizes e potencialidades totalmente integradas à capacidade local de aplicação. Entretanto não descreve a forma como vai proceder para atingir os objetivos de implantar e gerir esta gama de atividades provenientes das potencialidades locais. Pontua a necessidade de se realizar, num primeiro momento, um levantamento e, posteriormente, um diagnóstico sócio-ambiental da região, como forma de conhecer com profundidade técnica a área em questão, para melhor caracterizar as dimensões de sustentabilidade: social, econômica, cultural e ambiental. Porém, não dá a dimensão de operacionalização deste levantamento, nem menciona a participação da população tradicional neste processo. Portanto, o que preocupa neste caso é a base teórica do Projeto que, apesar de apresentar-se de forma clara, está bastante sintética, podendo comprometer o real entendimento da noção de desenvolvimento sustentável e de sua aplicabilidade em termos práticos, ou mesmo deixar vácuos teóricos que induzam à crítica.

Consideramos fundamental dispor, com amparo em SACHS (1986a), que os critérios e as diretrizes de ação no desenvolvimento sustentável [entenda-se ecodesenvolvimento] devem ser operacionais, quer dizer, constituem uma

diretiva de ação cujo valor somente pode ser julgado à luz da prática. Por isso, sua aplicação requer um esforço de pesquisa contínuo, acompanhado de ações de demonstração, submetidas a uma reflexão crítica a fim de que se instaurem retornos permanentes entre a prática e a ciência voltada para a ação. Dentro destes critérios práticos podemos pensar então em algumas considerações que devem fazer parte da reflexão sobre planejamento e que poderão enriquecer o Plano de Referência do Projeto Ambiente Sul:

- a eliminação de desperdícios no uso de recursos, atribuindo uma nova noção de consumo e estilo de vida, bem como uma escolha de tecnologias apropriadas de produção;
- o emprego de reciclagem e reutilização de materiais e do lixo;
- a substituição do uso de estoques de recursos exauríveis por fluxos de recursos renováveis;
- a melhor utilização possível dos recursos localmente disponíveis.

Outro fator preponderante sobre esta questão refere-se à necessidade de inventariar as técnicas tradicionais de cada região para avaliar sua combinação às novas tecnologias de produção, pois, como sabemos, as novas estratégias de desenvolvimento exigem um conjunto de novas técnicas, adaptadas às necessidades locais, capazes de valorizar os recursos potencialmente abundantes, inclusive a mão-de-obra. Neste sentido a proposição é privilegiar técnicas modernas e de ponta onde a engenharia pode substituir o volumoso investimento de capital. Para isso, SACHS (1986a) sugere que deve-se saber lidar com este "pluralismo tecnológico".

No que diz respeito à área de estudo enquadrada no Projeto Ambiente Sul, seu embasamento teórico possibilita absorver um amplo conhecimento sobre as especificidades da região, além de fornecer uma visão de conjunto, atribuindo importância ao planejamento negociado entre atores sociais de todas as comunidades que integram a região sul (pré-fixada para o desenvolvimento deste projeto, ver mapas em anexo). Sua caracterização estrutural é muito precisa, congregando todos os componentes necessários para uma apresentação inicial da região. Nesta região visualizamos muitas áreas de uso comum, diante das quais devemos estar atentos à preservação dos recursos naturais ou construídos ali existentes. Devemos salientar que as

mudanças sociais, culturais, econômicas e ambientais ocorrem de forma intensiva, por isso, não podemos nos ater impreterivelmente à questão do planejamento por um longo período, sem que o tornemos aplicável. Sugerimos ao Projeto Ambiente Sul uma maior agilidade na divulgação, implantação e remodelação de sua proposta em conformidade com as transformações que vêm ocorrendo localmente.

Conforme já mencionamos brevemente, o Projeto Ambiente Sul seleciona um conjunto estrutural de potenciais a serem explorados pelo turismo de forma sustentável, em cada comunidade que compõe a área de estudo e planejamento do Projeto. Concordamos com grande parte das possibilidades turísticas assinaladas, porém ressaltamos que, para todas essas atividades tornarem-se viáveis, é necessário todo um arcabouço de técnicas, metodologias e uma estrutura de capacitação específica adequando-as aos locais e à população envolvida. A questão central, neste caso, é: como desenvolver cada uma dessas atividades em harmonia com as outras e em conjunto com a comunidade? Esta é uma indagação que deve fazer parte do cotidiano dos atores envolvidos neste projeto. Outra questão fundamental para não inviabilizar a dimensão sustentável do turismo é verificar se as instalações ou os equipamentos propostos para o turismo não acarretarão danos ao meio ambiente e, a médio ou longo prazo, não se tornarão meios de atrair um contingente massivo de turistas. E, para finalizar, deve-se estar atento para a delimitação dos procedimentos de uso, ocupação, acesso e manutenção das áreas destinadas à visitação.

Sinteticamente, podemos destacar que para tornar um projeto que se pretende sustentável exequível, primeiramente devemos lembrar algumas características cruciais para seu desenvolvimento, entre elas: i) o respeito ao meio ambiente natural (na Ilha de Santa Catarina, o turismo se vale dos recursos naturais para atrair sua clientela, este já é um motivo bastante consistente para relegar-lhe a tarefa de não colocar em risco ou agredir irreversivelmente o meio ambiente); ii) a harmonia entre a cultura e os espaços sociais da comunidade receptora (neste aspecto o turismo deve proporcionar tal envolvimento local que suprima as disparidades entre residentes e turistas, a fim de ocorrer a interação cultural e social entre os mesmos, impedindo

consequentemente que estas dimensões sofram algum tipo de agressão ou transformação); iii) a distribuição eqüitativa dos benefícios do turismo entre a comunidade receptora, os turistas e os empresários do setor (fugindo à configuração de um turismo envolto em grandes empreendimentos e planejado individualmente, sem considerar seu entorno. Por isso o desenvolvimento de um turismo com base local e sustentável possibilita uma melhor distribuição da lucratividade advinda desta atividade, uma vez que grande parte da população local é capacitada e estimulada a participar do mercado produtivo); e, iv) um turista com nova postura (mais responsável, consciente em relação à preservação ambiental, sensível às interações com o local, detentor de uma educação ambiental, conhecedor dos locais, culturas e povos a serem visitados, e possuidor de uma orientação menos consumista) (RUSCHMANN, 1997).

Em relação à segunda etapa do Projeto Ambiente Sul, onde se propõe a implantação de uma estrutura de gestão para o desenvolvimento de um turismo sustentável no sul da Ilha de Santa Catarina, podemos perceber que os elementos que compõem esta estrutura: Fundação Ambiente Sul; Unidade Móvel Ambiental (UMA); Projetos Piloto e Selo Verde; possuem, cada qual, um elenco bem delimitado de objetivos que atendem teoricamente às aspirações de sustentabilidade. Contudo, podemos inferir que o Projeto carece visivelmente de uma metodologia específica de ação para aplicá-los. Porém, após o encerramento de trabalho de campo recebemos a informação de que teve início um diálogo entre o grupo autor do Projeto Ambiente Sul (Núcleo de meio ambiente da ACIF/ONG Klimata) e o SEBRAE, com o intuito de captar fundos para a realização de um Plano Estratégico Regional de Desenvolvimento Sustentável.

3.2.4 – Breve análise sobre o Plano Estratégico Regional de Desenvolvimento Sustentável do Projeto Ambiente Sul

Diante destas informações finais, decidimos retornar ao campo e averiguar o andamento dos trabalhos do Projeto Ambiente Sul. Uma primeira constatação aponta para o início de uma estruturação metodológica, composta por ações

consideradas necessárias para a execução do projeto, as quais estão dispostas por etapas de concretização:

- *Gestão do projeto*

Objetivo: desenvolver, detalhar, aplicar e validar uma metodologia que busque ações sustentáveis.

- *Articulação, sensibilização e conscientização*

Objetivo da reunião de articulação: identificar as principais lideranças políticas, empresariais e comunitárias, visando discutir a implementação do projeto e firmar entre os envolvidos uma parceria de trabalho.

Objetivo atribuído à sensibilização e conscientização: apresentar publicamente o Projeto Ambiente Sul e a metodologia de aplicação.

- *Desenvolvimento de materiais e instrumentos*

Objetivo contido no desenvolvimento de folder e cartaz: sistematizar em linguagem fácil e objetiva o projeto, despertando o público alvo para a busca de maiores informações e participação.

Objetivo contido no desenvolvimento de kit de transparências: divulgar o projeto em eventos e reuniões.

Objetivo contido no desenvolvimento de boletim informativo: criar e implementar um instrumento de comunicação periódica do projeto.

Objetivo contido na implementação de um web-site: disponibilizar informações sobre o projeto, soluções, depoimentos, endereços, estratégias, agendas de trabalho e aspectos relevantes do projeto.

Objetivo contido no desenvolvimento de vídeo: produzir documentário audiovisual sobre os aspectos sócio-econômicos, ambientais e culturais da região e as propostas do projeto.

Objetivo da revisão do Plano de Referência: revisar a redação e distribuir maior volume de exemplares.

Objetivo do desenvolvimento de acervo de documentação de imagens: criar um banco de imagens para utilização no projeto.

Objetivo do desenvolvimento de painéis demonstrativos: promover exposições itinerantes do projeto.

- *Definição, estruturação e implementação da instituição gestora*

Objetivo contido na definição do modelo de instituição gestora: avaliar modelos de instituições cujos programas sejam adequados ao perfil do projeto.

Objetivo contido na estruturação da instituição gestora: propor modelos de quadro institucional, de estatutos e regimentos internos e de planejamento físico-financeiro da instituição.

Objetivo contido na implementação da instituição gestora: dotar a instituição gestora do projeto dos instrumentos necessários à sua implantação.

- *Formalização da instituição gestora e lançamento do projeto*

Objetivo da formalização: congrega assinaturas nos documentos de fundação da Instituição gestora.

Objetivo do lançamento: sensibilizar toda a comunidade para a importância do projeto.

- *Capacitação da equipe técnica, parceiros e líderes comunitários*

Objetivo da capacitação da equipe técnica: repassar conhecimentos básicos sobre cada uma das funções.

Objetivo do ciclo de palestras: fornecer subsídios e informações sobre os temas relevantes a serem trabalhados na implementação do projeto.

Objetivo da formação de lideranças: capacitar lideranças para participarem dos Fóruns de desenvolvimento.

Objetivo da jornada técnica: formar recursos humanos de apoio, acompanhamento, elaboração, multiplicação e sustentabilidade do projeto.

- *Planejamento estratégico de implementação do projeto*

Objetivo do levantamento de dados sócio-econômicos e ambientais: fornecer subsídios para a realização do programa.

Objetivo do diagnóstico sócio-econômico-ambiental: avaliar os dados levantados na área e nas pesquisas setoriais.

Objetivo do seminário de diagnóstico sócio-econômico-ambiental: divulgar e discutir os resultados obtidos com o levantamento de dados, as pesquisas setoriais e o diagnóstico sócio-econômico-ambiental.

Objetivo do workshop de detalhamento dos programas, etapas e planos de ação regionais: detalhar estes instrumentos em cada região estabelecida no Plano de Referência.

Objetivo do seminário: apresentar a proposta final do Plano Estratégico Regional de Desenvolvimento Sustentável.

Objetivo da divulgação do Plano Estratégico regional: apresentar proposta de programa para acompanhamento.

- *Elaboração de programas, projetos e planos de ação*

Objetivo: elaborar detalhadamente os programas e projetos e encaminhá-los aos parceiros e organismos financiadores.

Inserida nesta especificação metodológica recente do Projeto Ambiente Sul consta a forma de delimitação de parcerias, atribuindo-lhes responsabilidades e níveis de envolvimento com o projeto e conseqüentemente com o local, vejamos:

Supervisão Geral

1 – SEBRAE

2 – ACIF

Supervisão Operacional

1 – Consultores contratados – ACIF

Equipe Operacional

1 – Consultores contratados – ACIF

2 – Instituição Gestora do Projeto

3 – Grupos de Trabalhos – Programas e Etapas

Podemos observar que a estrutura de gestão do Projeto Ambiente Sul comporta um envolvimento, no topo da pirâmide das decisões, de segmentos comerciais fortes e influentes no projeto, e principais investidores do mesmo. Para a comunidade local, representada por lideranças locais, restou atuar como membro da equipe operacional, inserida no contexto da Instituição Gestora e dos Grupos de Trabalhos. Apontamos para a existência de componentes de risco quanto à insustentabilidade do projeto atrelada à forma de divisão das tarefas da estrutura de gestão. As decisões, a princípio, parecem estar submetidas às instâncias superiores (e até mesmo nacionais), caracterizadas por um caráter exógeno ao local.

Diante da constatação de carência participativa da população local no Projeto Ambiente Sul, buscamos amparo na gestão patrimonial para refletir sobre as formas possíveis de implementação desta proposta. Lembramos que o enfoque patrimonial contém os fundamentos necessários para atuar na regulação das tomadas de decisões dos diversos grupos sociais envolvidos. Como vimos anteriormente, mesmo com uma definição metodológica mais detalhada e precisa, existem espaços para a externalização de atritos provenientes dos embates decorrentes da ação dos atores locais e externos no projeto. Por isso, é necessária a introdução, neste contexto, de negociação de formas metodológicas condizentes com o desenvolvimento sustentável.

3.2.5 – Apontamentos possíveis para a gestão patrimonial do turismo sustentável

O grande desafio está em assegurar às comunidades locais e ao meio ambiente local a garantia de desenvolvimento sem que este venha acompanhado de reflexos negativos. Para isso buscamos através da gestão patrimonial uma forma mais coerente de gestão do turismo sustentável. Neste caso, os ambientes naturais e sociais são vistos como associados por meio de interações dinâmicas que tendem a ocorrer no nível dos usos que fazemos dos recursos e que determinam os processos decisórios, bem como os modos de apropriação dos mesmos.

A gestão ocorre obedecendo a um conjunto de modalidades de uso; de acesso e de controle de acesso; de repartição ou partilha; e de transferência intra ou intergeracional. Diferentemente dos modos convencionais de gestão, onde existe a figura do decisor, o enfoque de gestão patrimonial possibilita focalizar, segundo VIEIRA & WEBER (1997), grupos de atores participantes da dinâmica de gestão, onde cada um constrói sua representação específica sobre os problemas em questão. São analisadas, posteriormente, as implicações desses diferentes tipos de representação, fazendo emergir ao mesmo tempo os objetivos estratégicos compartilhados pelo atores, antes que ocorra o processo de estruturação de soluções possíveis. Neste momento, o

aconselhamento científico pode ser de grande valia como subsídio em relação ao fluxo de interações entre os diferentes atores.

Algumas metas de negociação parecem imprescindíveis para uma análise que leva em conta a gestão patrimonial como forma de antever a ação dos atores sociais num sentido menos conflitivo, algumas metas de negociação. De acordo com NEDER (1998), estas metas são destinadas à formação dos recursos humanos (técnicos e administradores):

- 1 – identificar e diagnosticar os modos de apropriação (ver de que maneira diferentes grupos percebem, utilizam e administram o acesso e a repartição dos recursos naturais renováveis);
- 2 – identificar e diagnosticar os processos de tomada de decisão (perceber de que maneira indivíduos e grupos interagem no processo de gestão de recursos renováveis); e
- 3 – simular modos de apropriação e de tomada de decisão (refere-se a um estágio avançado do processo de gestão sob o qual as partes envolvidas chegam a arranjos transitórios ou simulados, com base em diferentes técnicas de coleta e análise de dados empíricos, acerca dos modos de coordenação das ações relativas à exploração de um dado recurso renovável).

Este processo, no Projeto Ambiente Sul, ainda encontra-se em fase inicial de atuação, em parte decorrente da falta de uma metodologia de ação, que somente foi pensada e elaborada em fins de novembro de 2000, e em parte pelas atribuições políticas ocorridas no ano 2000 com as eleições municipais, o que, segundo informações obtidas em entrevista, altera profundamente a dinâmica de discussões e ações nas comunidades locais. Mesmo assim, queremos registrar nossa contribuição no sentido de destacar a gestão patrimonial como um veículo útil no "jogo" que envolve o planejamento e as tomadas de decisões locais. Este enfoque demonstra-se passível de eliminar conflitos entre os atores envolvidos no processo de implementação de projetos e planos, posto que seu princípio requer uma cooperação entre estes atores, os quais não possuem, *a priori*, nenhum vínculo de confiança; sendo que esta se estabelece gradualmente, *a posteriori*, por meio das ações.

Durante a incursão à campo e no transcorrer das análises procedidas sobre os documentos (atas e relatórios decorrentes de reuniões) referente ao Projeto Ambiente Sul, pudemos constatar o baixo índice de freqüência com que se processavam os encontros ou as reuniões para discutir junto à população a formulação tanto do projeto quanto da sua execução. Durante a formulação do Plano de Referência foram realizados dois contatos formais junto às entidades comunitárias da região sul da Ilha: um no dia **22/08/99**, com o Movimento Verde Mar Vida (ONG com sede no Ribeirão da Ilha, à qual já nos referimos no início deste capítulo), cujo objetivo era a apresentação e discussão da proposta; e outro no dia **07/09/99**, com o movimento Pró-qualidade de vida do Distrito do Pântano do Sul, com o mesmo objetivo, de apresentar e discutir a proposta do Projeto Ambiente Sul. Segundo informações obtidas em entrevista com um dos autores do projeto, estas duas entidades são as mais atuantes na região e possuem um caráter distrital pelo fato de congregarem uma série de outros grupos comunitários. Estes dois movimentos demonstraram-se favoráveis à formulação de um projeto de desenvolvimento turístico para a região.

Após a elaboração do Plano de Referência ocorreram quatro reuniões, com caráter formal, nos dias:

25/03/00 – Primeira Reunião de Integração Local, para a qual foram convidadas as associações de moradores locais e movimentos (Movimento pró-qualidade de vida do Distrito do Pântano do Sul, Movimento Verde Mar Vida, Associação de moradores do Pântano do Sul, Conselho de moradores do Parque Municipal da Lagoa do Peri, Associação de moradores do Balneário dos Açores, Associação dos Guias Jovens do Sul da Ilha). Somente o Conselho de moradores do Parque Municipal da Lagoa do Peri não esteve presente.

15/04/00 – Seminário para a discussão do Projeto Ambiente Sul, também junto às diversas associações e movimentos locais já citados, somando-se a eles: Escola Desdobrada da Costa de Dentro, Conselho de moradores do Parque Municipal da Lagoa do Peri, Instituto Larus, Associação de moradores da Armação, Depto. de Engenharia de Produção/UFSC, Centro técnico de Estudos do Mar/UNIVALI, Centro de Ciências Biológicas/UFSC, Sócio-

ambiental Engenharia. O objetivo era integrar os participantes em relação à proposta do Projeto Ambiente Sul.

26/04/00 – Reunião com o advogado Rogério Portanova, Presidente do Instituto de Direito e Ecologia Política – IDEP – CCJ/UFSC. O objetivo era viabilizar um projeto de assessoria.

29/04/00 – Reunião para a discussão da estrutura de gestão da proposta. Nesta última reunião foram apontados pelos participantes alguns encaminhamentos necessários para a instituição da estrutura de gestão.

Alertamos que, sob nossa análise, o Projeto Ambiente Sul está envolto no risco de transformar-se numa proposta de desenvolvimento sustentável, pensada e articulada no local e com a participação, mesmo que restrita, da população envolvida, em mais um plano de desenvolvimento que parte de um grupo específico de técnicos que desconhecem como ocorrerá a reação e a participação da população quando este Projeto for implantado. Ao nosso ver, o grau de confiança deste Projeto em relação à sua sustentabilidade está ameaçado pelo fato de não haver um nível de discussão e aprofundamento da proposta junto à comunidade local de forma intensiva e periódica. Esta proposta é com frequência apresentada às pessoas ligadas ao meio acadêmico que buscam novas experiências científicas na área ambiental (isto ocorreu com um grupo de alunos do mestrado em Engenharia de Produção, com alunos do doutorado em Sociologia Política, etc.). Porém, o projeto não mantém um programa constante de auto-avaliação que é exigido de qualquer projeto sustentável.

3.2.6 – Pressupostos básicos para um turismo sustentável

Em síntese, traçamos um quadro teórico elencando os principais critérios de sustentabilidade atingidos e/ou possíveis de serem atingidos pelo Projeto Ambiente Sul, visando o desenvolvimento de um turismo sustentável no sul da Ilha de Santa Catarina:

SUSTENTABILIDADE	AMBIENTE SUL	NOSSA SUGESTÃO
1 – SOCIAL	- participação restrita da população local na	- mobilizar a comunidade local para participar através de um

	<ul style="list-style-type: none"> - tomada de decisões; - previsão de ampla participação local nos diagnósticos sobre a região; - desarticulação em relação a outros planos locais sustentáveis; - falta de critérios de associatividade local; - inexistência de critérios de uso e acesso para a população local. 	<ul style="list-style-type: none"> - processo intensivo de divulgação do projeto; - despertar a consciência sobre a necessidade de preservação através de uma educação para o ecodesenvolvimento; - promover a associatividade local através de programas de capacitação e readequação de atividades tradicionais às necessidades atuais; - interagir com outras ações sustentáveis, a exemplo do PRESTO Ribeirão da Ilha; - prever critérios de apropriação de recursos e tomada de decisões que envolvam, em todas as etapas, a participação da população local.
2 – CULTURAL	<ul style="list-style-type: none"> - valorização da cultura local através do uso potencial das manifestações populares, artesanato, práticas tradicionais como recurso turístico; - não estimulação da reflexão sobre as mudanças culturais locais na população envolvida. 	<ul style="list-style-type: none"> - estimular o aproveitamento de práticas culturais tradicionais, como atração local, demonstrando a evolução destes locais, até a utilização de novas técnicas; - promover uma reflexão constante sobre as transformações empreendidas no local por conta da introdução de novos costumes, outros estilos de vida, decorrentes da atividade turística.
3 – AMBIENTAL	<ul style="list-style-type: none"> - proposição da manutenção do ecossistema local, permitindo sua autodepuração; - desenvolve, paralelamente, iniciativas de conscientização sobre a necessidade de saneamento básico: reciclagem de lixo, consumo mínimo, construção de rede de esgoto. 	<ul style="list-style-type: none"> - detalhar o uso e o acesso de residentes e visitantes às áreas naturais protegidas, bem como a construção de equipamentos turísticos; - fazer uso dos conhecimentos locais sobre o meio ambiente; - limitar o uso dos recursos naturais renováveis e substituir os recursos naturais não-renováveis através do remodelamento de técnicas; - insistir numa rede de iniciativas associadas em relação ao saneamento básico.
4 – TERRITORIAL	<ul style="list-style-type: none"> - remodelação dos núcleos urbanos e de áreas rurais locais; - preservação arquitetônica; 	<ul style="list-style-type: none"> - estabelecer interação entre núcleos urbanos e áreas rurais, na atividade turística; - preservar, e ao mesmo tempo, adequar as construções arquitetônicas às necessidades locais; - fazer um esforço no sentido de evitar as grandes concentrações populacionais; - estabelecer política de manejo adequado às populações tradicionais em áreas de preservação.
5 – ECONÔMICA	<ul style="list-style-type: none"> - possibilita à comunidade 	<ul style="list-style-type: none"> - disponibilizar programas de

	local participar da atividade turística.	financiamento específico para o emprego e reciclagem de novas tecnologias associadas às técnicas tradicionais, bem como a adequação de equipamentos para a atividade turística; - estabelecer critérios de distribuição de atividades ligadas ao turismo entre a população local, evitando concentração de renda em determinados pontos e ausência em outros.
--	--	--

Conclusivamente, devemos, com base nas proposições acima, levar em conta as diferentes visões dos atores sociais envolvidos nas diversas etapas que compreendem um processo de desenvolvimento sustentável. Porém, salientamos, com base nos ensinamentos de SACHS, que é fundamental uma certa coesão da sociedade envolvida, para que o processo de desenvolvimento caminhe na direção da sustentabilidade. Pensando nisso, propomos a construção de uma estrutura de controle e mediação, inserida na estrutura de gestão, a nível local, capaz de conduzir o grupo a um processo constante de negociação, evitando possíveis conflitos. E acima de tudo, os planejadores do Projeto Ambiente Sul devem ter em mente que, a participação da população local nas diversas etapas deste ou de qualquer outro projeto de desenvolvimento local não perpassa pelo conceito de concessão dada a esta população, mas um direito.

3.3 – O risco do sul "copiar" o norte da Ilha: análise crítica do EAPUPS

Assim como alguns projetos se desenham no âmbito de um turismo alternativo ou sustentável, em contraposição, outros estudos vêm a público com o intuito de reafirmar planejamentos exógenos que reforçam o simples crescimento econômico e a continuidade no processo de uso e ocupação do solo, apontando para o desenvolvimento de um turismo que em nada comporta o conceito de sustentável (mesmo que se queiram sustentáveis). Segundo dados colhidos em entrevista, no trabalho de campo exploratório, foram desenvolvidos os "Estudos Ambientais para o Plano Urbanístico do Pântano do Sul", já mencionado anteriormente. Este trabalho de estudos ambientais,

segundo informações de campo, é o primeiro embate sentido pelo Projeto Ambiente Sul, por se tratar de um estudo com características exógenas, com irregularidades em seu traçado analítico, e especialmente, por se tratar de um estudo que prevê a construção, na região da planície do Pântano do Sul, de um grande empreendimento turístico e de lazer, normalmente impactante ao meio.

Este estudo ambiental traz como objetivo "reunir as principais informações sobre as características estruturais e os principais fenômenos ambientais, que poderiam interferir na paisagem, de forma a orientar a elaboração de um Plano Urbanístico na Bacia Hidrográfica do Pântano do Sul." (MÉTIS, 1999: 13). Dentro dos encaminhamentos metodológicos, destes estudos, destacam-se dois momentos estratégicos: 1) a realização do diagnóstico sobre a área de influência para, em seguida, serem avaliados os níveis de fragilidade dos componentes ambientais presentes na área; e 2) a apresentação de recomendações com o objetivo de minimizar os efeitos negativos e potencializar os positivos.

De acordo com estes "Estudos Ambientais", foi utilizada como área de influência do empreendimento a bacia hidrográfica do Pântano do Sul, "nem tanto porque a ocupação pudesse vir a ter conseqüências sobre ela, mas justamente porque, as ações efetuadas na bacia hidrográfica é que poderiam ter repercussões sobre a ocupação pretendida." (MÉTIS, 1999: 14).

Estes "Estudos Ambientais" congregam um conjunto de informações que vai desde a localização e delimitação da área de estudo, até os aspectos sócio-econômicos da região, perpassando também pelos aspectos jurídicos; pelo Plano Urbanístico; pelos Planos Institucionais e Áreas Protegidas; e pelo diagnóstico ambiental.

Inicialmente, podemos observar que estes "Estudos Ambientais" se pautam sob um planejamento legalmente instituído pelo poder público, através de planos diretores, planos de desenvolvimento urbano, etc. Possuem uma visão de planejamento pronto e acabado, implantado no local determinado, característica dos planos que são elaborados em instâncias superiores e posteriormente lançados no local, do tipo de cima para baixo. Neste contexto,

estes "Estudos ambientais" analisam a estrutura do Plano Urbanístico Atual e apontam os pressupostos para o novo plano, entre eles destacam-se: A) a *integração dos empreendimentos com a população local*, o que significa construir: 1) um "núcleo de desenvolvimento comunitário" destinado à comunidade local (esta infra-estrutura não integrada ao empreendimento pode ser entendida como uma segregação da comunidade local); 2) escolas (Estaduais e Municipais) e espaço a ser definido para as escolas particulares; 3) igrejas; 4) hospitais; 5) rodoviária (terminal de transporte coletivo); 6) cemitério (já que o existente além de pequeno, está sobre um sítio arqueológico); e, 7) revitalizar a pesca artesanal; 8) desenvolver um estudo arquitetônico. B) *dotar a região de estrutura turística*, que envolve a construção de: 1) um centro de negócios (um centro de eventos); 2) um parque temático (cuja proposta é criar o Parque Temático da América do Sul, reproduzindo inclusive a configuração geográfica do Continente Sul Americano, onde a integração cultural dentro do MERCOSUL deverá ser fortalecida através de uma síntese cultural dos países); e 3) hotelaria (compatível com o público esperado, ou seja, na faixa de 3, 4 e 5 estrelas, com elevado padrão de prestação de serviço. Estão previstos desde simples hotéis, mas confortáveis, até grandes *resorts*) (MÉTIS, 1999).

Em suas conclusões, o "estudo ambiental" salienta aceitar "o desafio de recolher o essencial para o estabelecimento dos limites racionais, necessários à definição de um plano urbanístico sustentável." (MÉTIS, 1999: 203). Algumas questões nos são recorrentes ao analisar este estudo ambiental: onde se apoia a sustentabilidade, neste caso? Como se julga sustentável, se atribui à população local o direito de participar apenas da administração do núcleo comunitário proposto? E quanto à implantação de um grande empreendimento, componente exógeno ao local? Quanto à previsão de transformar a paisagem e formar novas lagoas onde hoje existe uma região de mata secundária? Esta nova configuração não incentivaria a expansão urbana desordenada, uma vez que o empreendimento não visualiza além dos limites da comunidade do Pântano do Sul? O que dizer das vias de acesso? E das comunidades circunvizinhas que passariam a abrigar, descontroladamente, um contingente de mão-de-obra utilizada neste empreendimento, além de autônomos e/ou trabalhadores informais? Estas questões em aberto dão mostra da ausência de

critérios condizentes com a noção de desenvolvimento sustentável, abordada anteriormente nesta pesquisa.

Portanto, ao atingir o nível de planejamento e execução de um projeto de desenvolvimento devemos ter sempre presente que um grande número de ações destrutivas em relação ao meio ambiente natural ou construído estão articuladas a um processo crescente de exclusão social e econômica da população, além de virem ligadas à uma trama de interesses particulares que passam pela esfera política. Esta base conflitiva esteve presente nas reuniões presididas pelos autores do Projeto Ambiente Sul, junto à comunidade local, em relação ao "Estudo Ambiental para o Plano Urbanístico do Pântano do Sul". Entretanto, podemos afirmar que através de um redirecionamento no âmbito do planejamento e com a participação da população local na gestão de seu território, estas ações destrutivas podem ser contidas, progressivamente.

Inferimos, no encerramento deste capítulo, que as iniciativas de cunho sustentável que vêm se desenhando na Ilha de Santa Catarina, em grande parte, atentam para os critérios de sustentabilidade dispostos na noção de ecodesenvolvimento, por nós usada como base teórica. Todavia, apresentam-se de forma incipiente, em parte, por se tratar de uma abordagem recente no campo do desenvolvimento, e em parte, por tentar libertar-se de modelos miméticos. Neste sentido, o Projeto Ambiente Sul, nosso objeto de análise, mesmo realizando seus primeiros passos, caminha na direção de um desenvolvimento sustentável, apesar de apresentar, como vimos, uma série de pontos questionáveis em relação a esta abordagem. Entretanto, aí insere-se nossa contribuição direta a este Projeto, que por estar em fase inicial de implantação, pode acatar sugestões que o conduzam para a real sustentabilidade, contornando, por outro lado, os entraves causados por iniciativas que se dizem sustentáveis, mas que reafirmam um desenvolvimento mimético.

Assim sendo, para que ocorra uma consistente mudança de paradigmas em relação ao desenvolvimento turístico local, sugerimos um maior comprometimento do Projeto Ambiente Sul com o princípio ético que rege o

desenvolvimento sustentável em favor da preservação do meio ambiente, além de ampliar seus esforços de mobilização da sociedade local neste processo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer desta pesquisa, tentamos trazer a tona um conjunto teórico que possibilite auxiliar a análise das mudanças empreendidas pela humanidade, especialmente em termos locais. Nossa intenção, nesta primeira parte da pesquisa, centrou-se em demonstrar a evolução sofrida pela teoria social e ambiental no decorrer das últimas décadas, até podermos utilizá-las como base de sustentação à proposição de um desenvolvimento que perpassa por uma atividade turística alternativa, que concordamos em denominar sustentável.

De forma mais específica, achamos pertinente relatar que um contato mais aprofundado com os enfoques de ecodesenvolvimento e de gestão patrimonial possibilitou ver que os critérios que os delimitam não são rígidos e inflexíveis. Pelo contrário, eles se constroem progressivamente através das ações participativas das populações locais e podem responder a mudanças quando estas forem necessárias. Porém, este tipo de desenvolvimento exige que se cumpra um caráter ético e responsável em todas as etapas que o compõem.

O primeiro passo efetuado por nossa pesquisa pretendeu dar início à construção de um banco de dados científicos, tendo para isso revisto e agrupado (através de um mapeamento prévio) um conjunto valioso de produções científicas locais sobre a problemática "turismo" ou sobre questões outras que se referiam às características ou às mudanças ocorridas na Ilha na última década, que de uma forma ou de outra influenciaram e influenciam ou sofrem influência da atividade turística.

Este trabalho inicial, mas em hipótese alguma exaustivo, possibilitou analisar o processo de desenvolvimento turístico da Ilha, fator que nos ofertou maior embasamento cognitivo para discutirmos uma temática relativamente atual como o turismo sustentável. Além disso, possibilitou ilustrar e antever,

através dos diagnósticos exprimidos por estas pesquisas, as falhas no processo de desenvolvimento que acarretaram em impactos (sociais, culturais, ambientais, espaciais e econômicos), muitos deles negativos e irreversíveis.

Além disso, nesta fase da pesquisa detectamos um certo consenso científico em relação ao processo de desenvolvimento danoso que o turismo massivo vem demonstrando na Ilha de Santa Catarina. Diante deste contexto, as produções científicas usadas como amostra em nossa pesquisa alertam para a necessidade de mudança do enfoque de planejamento turístico local, algumas sugerindo como possibilidade o ecoturismo ou um turismo alternativo, cuja base se pautar no desenvolvimento sustentável.

O passo seguinte desta pesquisa foi analisar uma proposta de desenvolvimento turístico sustentável. Para isso relançamos, como forma de dar visibilidade aos nossos posicionamentos conclusivos sobre o desenvolvimento turístico na Ilha de Santa Catarina, a questão inicial, indutora desta reflexão: em que medida o turismo sustentável, conforme está sendo pensado, planejado, implantado e gerido em Florianópolis, se enquadra na concepção de sustentabilidade, embutida no ecodesenvolvimento? Nosso esforço de pesquisa centrou-se neste direcionamento, com base analítica na noção de ecodesenvolvimento e nos critérios de ação e negociação da gestão patrimonial.

Em relação à análise do Projeto Ambiente Sul (nossa amostra de um turismo sustentável), devemos esclarecer que a maior dificuldade esteve em visualizar se o seu caráter sustentável, previsto teoricamente, se confirmaria na prática. Tentamos, pois, esgotar a análise em todas as vias de ação propostas pelo seu Plano de Referência, por se tratar da primeira etapa deste projeto e por conter as diretrizes essenciais do mesmo. Somente no momento final de nossa pesquisa tivemos a grata satisfação de vislumbrar os primeiros contatos externos do referido Projeto com órgãos institucionais (especialmente o SEBRAE) sobre a captação de recursos para a implantação de um Plano Estratégico Regional de Desenvolvimento, que envolve a capacitação técnica,

a divulgação da proposta e a conscientização dos atores sociais locais sobre uma nova proposição de desenvolvimento com um caráter sustentável.

O Projeto Ambiente Sul demonstrou, através de sua proposição com base na noção de desenvolvimento sustentável, a intenção de romper com o paradigma de desenvolvimento econômico imperativo na atualidade. Para isso, estabeleceu um conjunto de objetivos que nortearão o desenrolar das ações no decorrer da implantação e gestão do projeto, dentro de um perfil mais sustentável.

Entretanto, apesar de seu caráter *a priori* sustentável, o Projeto Ambiente Sul vem marcado pelo baixo índice de participação da população local nas fases de planejamento e implementação (são as etapas em andamento). E no que diz respeito à gestão deste projeto, nem mesmo seu Plano de Referência deixa clara a questão do envolvimento permanente com a população local. Percebemos, através das idas à campo, que este projeto pretende resolver grande parte das questões a ele referentes de forma restrita, não ocorrendo um envolvimento total nem mesmo parcial das comunidades. Houve, num primeiro momento, a divulgação desta proposta às comunidades regionais, mas não ocorreu uma interação mais ampla.

Por outro lado, a equipe autora do Projeto Ambiente Sul continua incansável na tentativa de implantar esta proposta. Um dos motivos que levaram o grupo a esta dedicação foi a realização, paralela a este projeto, por parte da iniciativa privada em parceria com o IPUF, do "Estudo Ambiental para o Plano Urbanístico do Pântano do Sul", cujo teor revela a intenção de implantar na região um grande empreendimento turístico e cujas características chocam-se com a noção de desenvolvimento sustentável. Este conflito, ainda desenhado no âmbito teórico, revela, por outra via, a intenção contida no Projeto Ambiente Sul de prosseguir com os esforços na construção de um projeto permeado pelas dimensões que formam os pilares do desenvolvimento sustentável: equidade social, prudência ecológica e viabilidade econômica.

Portanto, em resposta à questão norteadora central desta pesquisa, podemos afirmar que as intenções do Projeto Ambiente Sul caminham na direção dos critérios de sustentabilidade contidos no ecodesenvolvimento, porém, alguns critérios essenciais devem ser observados daqui para frente. Por isso, sugerimos ao Projeto Ambiente Sul, atenção especial sobre alguns pontos fundamentais:

- a necessidade de ter presente o envolvimento da população local nas diversas etapas do projeto, garantindo a participação e a responsabilidade da mesma sobre esta nova forma de desenvolvimento;
- a necessidade de uma melhor compreensão quanto ao funcionamento dos ecossistemas da região;
- a necessidade de criação de um banco de dados locais sobre a biodiversidade;
- a importância de conduzir estes estudos, contidos no banco de dados, em conjunto por grupos de técnicos que incorporem a prática interdisciplinar;
- a necessidade de se ater à dimensão dos sistemas de serviços básicos (saneamento e serviços sociais) para o atendimento da população;
- a importância em mapear os diversos atores locais e os eventuais conflitos de interesse, com base nas dimensões da gestão patrimonial;
- através de um processo de simulação, estimular a elaboração de diversos cenários e a avaliação dos impactos presentes em cada um, levando à negociação.

A partir dos critérios básicos expostos acima torna-se possível diagnosticar, com o auxílio da gestão patrimonial, o nível necessário de negociação a ser atingido pelos atores sociais locais na eliminação dos conflitos de interesse, estipulando formas mais justas de apropriação dos recursos e de tomada de decisões. A palavra de ordem, neste caso, é a utilização ou o aproveitamento racional da natureza pelos povos, inserido nos critérios de sustentabilidade propostos pelo ecodesenvolvimento.

Testamos, pois, de acordo com as hipóteses propostas neste trabalho de pesquisa, que para ocorrer um desenvolvimento turístico sustentável é

necessário que exista todo um envolvimento da sociedade local neste processo. E isso, como podemos perceber, exige um nível razoável de conscientização local, o que requer um prazo maior. Portanto, com base na noção de ecodesenvolvimento e na observação de campo, refutamos a hipótese de uma substituição, a curto prazo, de um turismo massivo, por outro com características sustentáveis. Por outro lado, confirmamos que algumas iniciativas sustentáveis na Ilha, apontam para o bom sentido. E, no que diz respeito à gestão destas iniciativas, utilizando para isso o enfoque da gestão patrimonial, deixamos apenas a sugestão da importância de seus critérios em relação à apropriação dos recursos e à tomada de decisões, uma vez que esta fase ainda não foi atingida pelo Projeto Ambiente Sul.

Deixamos aqui, para aqueles que acreditam nas possibilidades de mudança através da noção de desenvolvimento sustentável, a sugestão de analisar, em pesquisas científicas futuras, as relações sócio-ambientais estabelecidas no âmbito das comunidades locais que optaram por um desenvolvimento turístico sustentável, através de estudos comparativos.

ANEXOS

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BIBLIOGRAFIA CITADA

ALEXANDRE, Agripa F. (1999). **Gestão de conflitos sócio-ambientais no litoral sul do Brasil: estudos de representações sociais dos riscos envolvidos no projeto de construção do Porto da Barra, na Ilha de Santa Catarina, no período de 1955 – 1999**. Dissertação de mestrado em Sociologia Política, UFSC, Florianópolis.

ALVES, Vicente R. (1995). **Efetividade na gestão do meio ambiente: o caso do município de Florianópolis**. Dissertação de mestrado do Centro Sócio-econômico, UFSC, Florianópolis.

ANDRADE, José V. de (1995). **Turismo: fundamentos e dimensões**. São Paulo: Ática.

ARANA, Luís A. Vinatea (2000). **Modos de apropriação e gestão patrimonial de recursos costeiros: estudo de caso sobre o potencial e os riscos do cultivo de moluscos marinhos na Baía de Florianópolis – SC**. Tese de doutorado em Ciências Humanas: UFSC, Florianópolis.

ARAÚJO, Hermetes R. de (1989). **A invenção do litoral: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República**. Dissertação de mestrado, PUC/SP.

BARBIERI, José Carlos (1997). **Desenvolvimento e meio ambiente: as estratégias de mudanças da agenda 21**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.

BARRETTO, Margarita (1996). **Planejamento e organização em turismo**. Campinas, São Paulo: Papirus.

BARROS, Patrícia M. de (1999). **Modelo de planejamento para implementação e desenvolvimento do ecoturismo: diagnóstico**

ecoturístico – estudo de caso. Dissertação de mestrado em Engenharia de Produção: UFSC, Florianópolis.

BAUMAN, Zygmunt (1998). **O mal-estar da pós-modernidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

BENEVIDES, Ireleno P. (1997). Para uma agenda de discussão do turismo como fator de desenvolvimento local. In: RODRIGUES, Adyr B. (org.) **Turismo e desenvolvimento local.** São Paulo: Hucitec.

BERTELLI, Edilane (1995). **Consensos e dissensos da indústria da construção civil: os rumos da representação política empresarial na Ilha de Santa Catarina.** Dissertação de mestrado em Sociologia Política, UFSC, Florianópolis.

BUENO, Ayrton P. (1996). **Estudos sintáticos em assentamentos costeiros na Ilha de Santa Catarina: integração e segregação em balneários turísticos.** Dissertação de mestrado em Planejamento Urbano, UnB, Brasília.

CAMPOS, Nazareno J. de (1991). **Terras comunais e pequena produção açoriana na Ilha de Santa Catarina.** Dissertação de mestrado em Geografia, UFSC, Florianópolis.

CASTELLI, Geraldo (1990). **Turismo: atividade marcante do século XX.** Caxias do Sul: EDUCS.

CECCA – Centro de Estudos, Cultura e Cidadania (1997a). **Uma cidade numa ilha: relatório sobre os problemas sócio-ambientais da Ilha de Santa Catarina.** Florianópolis: Insular.

_____ (1997b). **Unidades de Conservação e Áreas Protegidas da Ilha de Santa Catarina: caracterização e legislação.** Florianópolis: Insular.

CORADINI, Lizabete (1992). **Redes de sociabilidade e apropriação do espaço em área central de Florianópolis**. Dissertação de mestrado, UFSC, Florianópolis.

CORDOVA, Maria Cristina N. (1991). **Terno: o Canto de Reis do Sambaqui**. Dissertação de mestrado em Antropologia Social, UFSC, Florianópolis.

CORIOLOANO, Luzia N. M. T. (1998). **O turismo litorâneo cearense**. Campinas, São Paulo: Papyrus.

DE MONTGOLFIER, J. & NATALI, J. M. (1997). Instrumentos para uma gestão patrimonial. In: VIEIRA, P. F. & WEBER, J. (orgs.). **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental**. São Paulo: Cortez.

Dicionário do Pensamento Social do Século XX (1996). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

DIEGUES, Antônio C. S. (1997). As áreas naturais protegidas, o turismo e as populações tradicionais. In: SERRANO, Célia M. T. & BRUHNS, Heloisa T. (orgs.). **Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente**. Campinas, SP: Papyrus.

DREW, David (1983). **Processos interativos homem-meio ambiente**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

DUMAZEDIER, Joffre (1999). **Sociologia empírica do Lazer**. São Paulo: Perspectiva: SESC.

FANTIN, Márcia (2000). **Cidade dividida: dilemas e disputas simbólicas em Florianópolis**. Florianópolis: Cidade Futura.

FERNANDES, Florestan (1973). **Comunidade e Sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação**. São Paulo: Ed. Nacional e Ed. da USP.

FERREIRA, Francisco A. C. (1992). **Turismo e desenvolvimento urbano: avaliação do impacto sócio-ambiental da atividade turística na Ilha de Santa Catarina**. Dissertação de mestrado em Sociologia Política, UFSC, Florianópolis.

FERREIRA, Sérgio L. (1998). **O banho de mar na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. das Águas.

FLORES, Maria Bernadete R. (1991). **Teatros da vida, cenários da história. A farra do boi e outras festas na Ilha de Santa Catarina**. Tese de doutorado em História, PUC/SP.

FRIEDMAN, Yona (1977). **Utopias realizáveis**. Lisboa: Sociocultur.

GALTUNG, Johan (1977). Self-reliance: concepts, practice and rationale. In: GALTUNG, Johan; O'BRIEN, Peter & PREISWERK, Roy. **Self-reliance: a strategy for development**. London: Bogle-L'Ouverture Publications Ltd.

GIDDENS, Anthony (1993). **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Ed. UNESP.

GODARD, Olivier (1997a). A gestão integrada dos recursos naturais e do meio ambiente: conceitos, instituições e desafios de legitimação. In: VIEIRA, P. F. & WEBER, J. (orgs.). **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental**. São Paulo: Cortez.

_____ (1997b). O desenvolvimento sustentável: paisagem intelectual. In: CASTRO, Edna & PINTON, Florence (orgs.) **Faces do trópico**

úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente.
São Paulo: Ed. CEJUP.

GONÇALVES, Carlos W. P (1996). **Os (des)caminhos do meio ambiente.**
São Paulo: Contexto.

GRANEMONN, Gládis L. M. (1999). **Sustentabilidade turística: estudo da capacidade de carga de áreas turísticas – estudo de caso do Porto da Barra – Ilha de Santa Catarina.** Dissertação de mestrado em Geografia, UFSC, Florianópolis.

GUIVANT, Júlia S. (1998). **Trajetórias das análises de risco: da periferia ao centro da teoria social.** Revista de informações bibliográficas – ANPOCS – N. 46, p. 3-38.

HARVEY, David (1992). **Condição pós-moderna.** São Paulo: Loyola.

IPIUF – Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (1999). Plano de desenvolvimento Turístico. Florianópolis.

JANUÁRIO, Sérgio S. (1997). **Organização, ação e representação de interesses do empresariado do setor turístico em Florianópolis.** Dissertação de mestrado em Sociologia Política, UFSC, Florianópolis.

JOLLIVET, Marcel & PAVÉ, Alain (1997). O meio ambiente: questões e perspectivas para a pesquisa. In: VIEIRA, P.F. & WEBER, J. (orgs.). **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental.** São Paulo: Cortez.

JOSUÉ, Cristina G. (1997). **Valorização do meio ambiente. Um estudo de caso: o parque do Rio Vermelho, Florianópolis, SC.** Dissertação de mestrado do Centro Tecnológico, UFSC, Florianópolis.

KRIPPENDORF, Jost (1989). **Sociologia do Turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

KUHN, Thomas S. (1982). **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva.

LACERDA, Eugênio P. (1994). **As farras do boi no litoral catarinense**. Dissertação de mestrado em Antropologia Social, UFSC, Florianópolis.

LAGO, Mara (1983). **Memória de uma comunidade que se transforma de localidade agrícola-pesqueira a balneário**. Dissertação de mestrado em Antropologia, UFSC, Florianópolis.

_____ (1991). **Modos de vida e identidade: um estudo sobre sujeitos no processo de transformação social na Ilha de Santa Catarina**. Tese de doutorado em Educação, UNICAMP, SP.

LINS, Hoyêdo N. (1993). **Herança açoriana e turismo na Ilha de Santa Catarina**. RJ. Revista de Ciências Humanas, Vol. 10, N. 14.

MACHADO, Simone M. (1990). **O processo de formalização jurídico-Institucional dos Conselhos Comunitários em Florianópolis (1977 – 1983)**. Dissertação de mestrado, UFSC, Florianópolis.

MARTINS, José B. (1995). **Marolas antropológicas: identidades em mudança na Praia do Santinho**. Dissertação de mestrado em Antropologia Social. UFSC, Florianópolis.

MAZUEL, Luc (2000). Patrimônio cultural e turismo rural: o exemplo francês. In: ALMEIDA, Joaquim A. & RIEDL, Mário (orgs.) **Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru, São Paulo: EDUSC.

MCCORMICK, John (1992). **Rumo ao Paraíso: a história do movimento ambientalista**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

MORETTO NETO, Luis (1993). **A atividade turística e o desenvolvimento sustentado. Estudo de caso: o balneário dos Ingleses e o Projeto Costa Norte – Ilha de Santa Catarina, no período de 1960 – 1990.** Dissertação de mestrado em Geografia, UFSC, Florianópolis.

MORIN, Edgar (1987). **Cultura de massas no século XX: o espírito do tempo.** Rio de Janeiro: Forense Universitária.

NEDER, Ricardo T. (1998). Obstáculos à criação de políticas de gestão patrimonial de recursos renováveis em zonas metropolitanas. In: VIEIRA, P. F. et alii. **Desenvolvimento e meio ambiente no Brasil: a contribuição de Ignacy Sachs.** Porto Alegre: Pallotti; Florianópolis: APED.

OLÍMPIO, José (1995). **Conservação da fauna de mamíferos silvestres na Ilha de Santa Catarina.** Dissertação de mestrado em Geografia, UFSC, Florianópolis.

OLLAGNON, Henry (1997). Estratégia patrimonial para a gestão dos recursos e dos meios naturais: enfoque integrado da gestão do meio rural. In: VIEIRA, P. F. & WEBER, J. (orgs.). **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental.** São Paulo: Cortez.

ORTIZ, Renato (org.) (1994). **Pierre Bourdieu – Sociologia.** São Paulo: Ática.

OURIQUES, Helton R. (1998). **Turismo em Florianópolis: uma crítica à "indústria pós-moderna".** Florianópolis: Ed. da UFSC.

PAIVA, Maria das Graças de M. V. (1995). **Sociologia do turismo.** Campinas, São Paulo: Papirus.

PELLEGRINI FILHO, Américo (1993). **Ecologia, cultura e turismo.** São Paulo: Papirus.

PEREIRA, Elson M. (1992). **Gestão do espaço urbano: um estudo de caso das áreas central e continental de Florianópolis**. Dissertação de mestrado em Administração, UFSC, Florianópolis.

PIRES, Paulo dos S. (1996). Paisagem litorânea de Santa Catarina como recurso turístico. In: YAZIGI, E.; CARLOS, A. F. A. & CRUZ, R. C. A. da (orgs.) **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: Hucitec.

PÔSSAS, Heloísa P. (1998). **Análise ambiental da Bacia Hidrográfica do Pântano do Sul**. Dissertação de mestrado em Geografia, UFSC, Florianópolis.

Prefeitura Municipal de Florianópolis – Secretaria de Finanças (2001). **Listagem de contribuintes por bairro**. Florianópolis.

RIAL, Carmen S. (1992). **Mar de dentro: a transformação do espaço social na Lagoa da Conceição**. Dissertação de mestrado em Antropologia Social, UFRGS, Porto Alegre.

RIBEIRO, Cláudia M. B. (1992). **Sobre as sobreposições de demarcações territoriais**. Dissertação de mestrado em Geografia, UFSC, Florianópolis.

RIBEIRO, Gustavo L. & BARROS, Flávia L. de (1997). A corrida por paisagens autênticas: turismo, meio ambiente e subjetividade no mundo contemporâneo. In: SERRANO, Célia M. de T. & BRUHNS, Heloísa T. (orgs.) **Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente**. Campinas, São Paulo: Papirus.

RIZZO, Paulo M. B. (1993). **Do urbanismo ao planejamento urbano. Utopia e Ideologia. Caso de Florianópolis de 1950 – 1990**. Dissertação de mestrado em Geografia, UFSC, Florianópolis.

RUSCHMANN, Doris V. de M. (1997). **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. Campinas, São Paulo: Papirus.

SÁ, Lucilene A. C. M. de (1993). **Sistema de informações geográficas para o turismo em Santa Catarina**. Dissertação de Mestrado do Centro Tecnológico, UFSC, Florianópolis.

SACHS, Ignacy (1986a). **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice.

_____ (1986b). **Espaços, tempos e estratégias do desenvolvimento**. São Paulo: Vértice.

_____ (1993). **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: Studio Nobel: Fundação do desenvolvimento administrativo.

_____ (1995). **Em busca de novas estratégias de desenvolvimento**. Estudos Avançados, Vol. 9, N. 25, USP.

_____ (1997). **Desenvolvimento numa economia mundial liberalizada e globalizante: um desafio impossível?** Estudos Avançados, Vol. 11, N. 30, USP.

_____ (2000). **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond.

SANTIAGO, Alina G. (1995). **Environnement, Tourisme et Aménagement: L'Impératif D'Une Conciliation. L'Ile de SC (Brésil)**. Université de Paris I Panthéon – Sorbonne.

SANTOS, Cristina S. U. (1993). **Planejamento turístico e seus reflexos no processo de urbanização nas praias de Canasvieiras e Jurerê Internacional**. Dissertação de mestrado em Geografia, UFSC, Florianópolis.

SANTOS, Paulo C. dos (1997). **Espaço e memória: o aterro da Baía Sul e o desencontro marítimo de Florianópolis**. Dissertação de mestrado em História, UFSC, Florianópolis.

SANTUR – Santa Catarina Turismo S.A. (2000). **Relatório de Estudo da Demanda Turística**. Florianópolis.

SELLTIZ, Claire et alii (1974). Coleta de dados: questionários e entrevistas. In: **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: EPU.

SERRANO, Célia M. de T. (1997). Uma introdução à discussão sobre turismo, cultura e ambiente. In: SERRANO, Célia M. de T. & BRUHNS, Heloísa T. (orgs.) **Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente**. Campinas, São Paulo: Papirus.

SILVA, Dalton da (1989). **Esgotos Sanitários em Florianópolis**. Dissertação de mestrado em Geografia, UFSC, Florianópolis.

SILVA, Marcelo D'Avila da (2000). **O perfil do turista que visita Florianópolis – do período de 1995 – 2000**. Especialização em Turismo, Planejamento, Gestão e Marketing, UNIVALI, Balneário Camboriú.

SILVEIRA, Flávio L. A. da (1996). **Pelas trilhas da Ilha de Santa Catarina: ecoturismo e aventura**. Dissertação de mestrado em Antropologia Social: UFSC, Florianópolis.

SILVEIRA, Marcos A. T. da (1997). Planejamento territorial e dinâmica local: bases para o turismo sustentável. In: RODRIGUES, Adyr B. (org.) **Turismo e desenvolvimento local**. São Paulo: Hucitec.

SILVEIRA, Mauro C. C. (1990). **A falta de infra-estrutura, fator desestimulante do turismo de Florianópolis**. Especialização em Turismo, ASSESC, Florianópolis.

SOSA, Maria M. S. de (1995). **A adequação da habitação de praia para o turista argentino em Florianópolis**. Dissertação de mestrado do Centro Tecnológico, UFSC, Florianópolis.

SWARBROOKE, John (2000). **Turismo sustentável: conceitos e impacto ambiental**. São Paulo: Aleph.

TRIGO, Luiz G. G. (1996). **Turismo e qualidade: tendências contemporâneas**. São Paulo: Papirus.

TUAN, Yi-Fu (1983). **Espaço e Lazer**. São Paulo: Difel.

URRY, John (1996). **O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas**. São Paulo: Studio Nobel: SESC.

VAZ, Nelson P. (1990). **Reorganização da área central de Florianópolis: o espaço público ritual**. Dissertação de mestrado em geografia, UFSC, Florianópolis.

WEBLEN, Thorstein (1974). A teoria da classe ociosa. In: Coleção Os Pensadores. São Paulo: Ed. Abril Cultural. Vol. XL.

VIEIRA, Paulo F. (1998). Meio ambiente, desenvolvimento e planejamento. In: Vários autores. **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez; Florianópolis: Ed. da UFSC.

VIEIRA, Paulo F. & WEBER, Jacques (1997). Introdução geral: sociedades, naturezas e desenvolvimento viável. In: VIEIRA, P. F. & WEBER, J. (orgs.). **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental**. São Paulo: Cortez.

VIEIRA, Paulo F.; RAUD, Cécile & MORAES, Edmundo C. de (1998). Uma estratégia de ecodesenvolvimento para a região sul-sudeste do Brasil: programa de pesquisa sobre modos de apropriação e gestão comunitária de

recursos naturais. In: VIEIRA, P.F. et alii (orgs.). **Desenvolvimento e meio ambiente no Brasil: a contribuição de Ignacy Sachs**. Porto Alegre: Pallotti; Florianópolis: APED.

BIBLIOGRAFIA DE APOIO

ASCANIO, Alfredo (1994). Impacto del turista no residente en la economia local. In: **Estudios y perspectivas en turismo**. Buenos Aires, Argentina: Centro de Investigaciones y Estudios Turisticos, Vol.3, N. 4.

BRUHNS, Heloísa T. (1997). O corpo visitando a natureza: possibilidades de um diálogo crítico. In: SERRANO, Célia M. T. & BRUHNS, Heloísa T. (orgs.). **Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente**. Campinas, São Paulo: Papyrus.

CARUSO, Raimundo C. (1997). **Vida e cultura açoriana em Santa Catarina**. Florianópolis: Cultura Catarinense.

DACHARY, Alfredo C. & BURNE, Stella M. A. (1994). Cancún: el enclave turístico y sus costos. In: **Estudios y perspectivas en turismo**. Buenos Aires, Argentina: Centro de Investigaciones y Estudios Turisticos, Vol. 3, N. 2.

FALCÃO, José Augusto G. (1996). O turismo internacional e os mecanismos de circulação e transferência de renda. In: YAZIGI, E.; CARLOS, Ana F. A. ; & CRUZ, Rita C. A. da (orgs.) **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: Hucitec.

HARO, Martin A. P. de (org.) (1990). **Ilha de Santa Catarina – relato de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX**. Florianópolis: Lunardelli: Ed. da UFSC.

IPUF – Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (1985). **Plano Diretor dos Balneários**. Florianópolis.

LEROY, Jean-Pierre; MAIA, Katia D. & GUIMARÃES, Roberto P. (1997). Cinco anos depois da Rio 92. In: WEID, Jean M. V. & ALMEIDA, Sílvio (orgs.). **Brasil Século XXI: os caminhos da sustentabilidade – cinco anos depois da Rio 92**. Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fase.

MENEZES, Dalma L. & SANTIAGO, Alina G. (1997). Ilha de Santa Catarina: paisagem litorânea em transformação – o caso da Lagoa da Conceição. In: RODRIGUES, Adyr B. (org.). **Turismo e ambiente: reflexões e propostas**. São Paulo: Hucitec.

RODRIGUES, Adyr B. (org.) (1997). **Turismo e ambiente: reflexões e propostas**. São Paulo: Hucitec.

SABATOVSKI, Emílio (2000). **Constituição Federal de 1988**. Curitiba: Juruá.

SACHS, Ignacy & WEBER, Jacques (1997). Developing in harmony with nature: guidelines for resource management by people in the biosphere reserves. In: ARAGÓN, L. E. & SACHS, I. (orgs.). **Reservas da biosfera e reservas extrativistas: conservação da biodiversidade e ecodesenvolvimento**. Belém: UNAMAZ e UNESCO.

SALVATI, Sérgio S. (2000). **Benefícios e Impactos do ecoturismo**. Capturado em sssalvati@uol.com.br

SANTOS, Sílvio C. dos (1998). **Nova história de Santa Catarina**. Florianópolis: Terceiro Milênio.

SCHLÜTER, Regina G. (1993). **San Carlos de Bariloche: costos y beneficios del ecoturismo**. Buenos Aires, Argentina: CIET.

TRONCOSO, Bolívar (1999a). **Propuesta para una política de desarrollo turístico sostenible.** Capturado em <http://kiskeya-alternative.org/publica/bolivar/desars.html>

_____ (1999b). **Turismo sostenible y ecoturismo.** Capturado em <http://kiskeya-alternative.org/publica/bolivar/ecoturis.html>

OUTROS

DISON, Márcio. Sobre o crescimento desordenado na Ilha. Jornal Gazeta Mercantil/SC, Florianópolis, 13 nov. 2000. Opinião, p.2.

Estudos Ambientais para o Plano Urbanístico do Pântano do Sul. METIS/IPUF, Florianópolis, 1999.

PRESTO/Ribeirão da Ilha. Movimento Verde Mar Vida/SEBRAE. Florianópolis, 1999.

Projeto Ambiente Sul. Plano de referência para um turismo sustentável no sul da Ilha de Santa Catarina. Klimata/ACIF. Florianópolis, 1999.

Projeto Ambiente Sul. Plano estratégico regional de desenvolvimento sustentável. Klimata/ACIF/SEBRAE. Florianópolis, 2000.

Projeto Ambiente Sul. Relatórios reuniões, convites, listas contatos, relação divulgação. 1999-2000.